

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

SIMONE APARECIDA NUNES

**Justino Martins, jornalista, comunista e diretor da *Revista do Globo*: um estabelecido
durante o Estado Novo (Porto Alegre, 1942)**

PORTO ALEGRE

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

SIMONE APARECIDA NUNES

Justino Martins, jornalista, comunista e diretor da *Revista do Globo*: um estabelecido durante o Estado Novo (Porto Alegre, 1942)

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do curso de Licenciatura em História ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Professor Doutor Luiz Alberto Grijó.

PORTO ALEGRE

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

SIMONE APARECIDA NUNES

**Justino Martins, jornalista, comunista e diretor da *Revista do Globo*: um estabelecido
durante o Estado Novo (Porto Alegre, 1942)**

Professor Doutor Luiz Alberto Grijó
Orientador (UFRGS)

Professora Doutora Mara Cristina de Matos Rodrigues
(UFRGS)

Doutora Marisângela Terezinha Antunes Martins
(Núcleo de Pesquisa em História/UFRGS)

PORTO ALEGRE

2017

Agradecimentos

Eu acredito que as histórias não salvam o mundo, mas podem incutir o desejo da utopia e do mundo em mudança. A gente pensa que contar histórias é uma competência dos escritores. Não é. Todos nós somos produtores e somos produtos de pequenas histórias¹.

Muito obrigada!

O trabalho de historiador e historiadora é, na maior parte do tempo, um trabalho solitário. De análise de fontes, reflexão, escrita, correção e reescrita. No entanto, há sempre pessoas especiais que surgem, ou que já estavam no caminho percorrido e, cada uma, da sua forma, contribui para que o trabalho aconteça. E este trabalho que apresento teve a felicidade de contar com a ajuda de muita gente. Gente que quis entender a pesquisa, gente que contribuiu materialmente para que ela acontecesse e, principalmente, gente que incentivou (e muito!) a sua realização. Aqui, neste espaço bem curto, é verdade, eu agradeço e dedico os meus mais sinceros agradecimentos a estas pessoas. Aqui se encontra a alma desta pesquisa.

Fui aprovada no vestibular de 2008, primeiro ano de cotas na UFRGS, e eu havia entrado na universidade por meio delas, pois estudei em escola pública. De lá para cá, tive a oportunidade de ter várias bolsas, de conhecer gente importante do meio acadêmico, gente inteligente e de coração aberto, aprendi a estudar, pude estudar no Rio de Janeiro, que era um grande sonho, enfim... mas é inegável que vivemos tempos sombrios na atualidade e a universidade não escapa disso. Com esse trabalho, sendo aprovada, me torno professora de História, algo que já me sinto, mas que precisa, necessariamente, do título. Mesmo tentando entender que todas as ações humanas são partes de processos, eu tenho medo destes tempos de intolerância, mas sei da necessidade que o nosso mundo tem de pessoas que ajudem a compreendê-lo. Acredito que um/a professor/a não ensina, ele ou ela ajuda a compreender as coisas do mundo. É como diz o meu mestre inspirador João Guimarães Rosa: “Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende”². Espero que o caminho que me reserva o destino daqui para frente seja feito de desafios de compreensão possíveis de serem vencidos.

Agradeço imensamente aos meus pais, Antonio e Noeli, por me ajudarem sempre, de muitas formas, nunca desistirem de mim e entenderem, do seu jeito, as minhas dificuldades e meus desejos. Ao Marcelo, que é parte de mim há mais de uma década, por ter paciência e me apoiar, por honrar a tarefa de ser um companheiro, por me levantar do chão e tentar me entender. A vida me mostrou que estas três pessoas são a base de tudo o que eu faço, e nelas incidem as minhas escolhas sejam elas quais forem. Sei que vocês torcem por mim. Muito obrigada por tudo! Todas as minhas conquistas são dedicadas a vocês, mas nenhum agradecimento é capaz de externar o sentimento de gratidão que hoje eu sinto.

A esta Universidade, tão distante de mim por muito tempo e hoje tão próxima, uma casa que escolhi morar. Agradeço aos meus professores e professoras, que me acolheram e me deram inúmeras oportunidades profissionais, pessoais e de conhecer muita gente bacana que eu quero levar para sempre comigo. Graças à Universidade, pude conhecer e aqui, neste momento, agradecer muito ao meu querido orientador e incentivador, professor Luiz Alberto

¹ Mia Couto, escritor moçambicano, no Salão de Atos da UFRGS, 2014.

² ROSA, J. G. **Grande Sertão: Veredas**. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 326.

Grijó. Muito obrigada, professor, por me ajudar, me acolher novamente, me incentivar e me deixar tranquila para escrever o meu texto. Por acreditar na pesquisa, por querer saber mais e por me mostrar os caminhos. Obrigada pelas suas correções e sugestões sempre muito pontuais e necessárias. Agradeço muito a querida professora Mara por aceitar compor a banca de avaliação do trabalho, por fazer parte deste momento tão importante para mim. Muito obrigada à professora, mestra e mulher inspiradora Silvia Petersen, por suas aulas de Teoria, com as quais discutimos muito sobre o que é, afinal de contas, fazer História. Agradeço também aos amigos e amigas que a UFRGS me deu, especialmente os da /08, pelo carinho. Mesmo distante e com a vida cheia de compromissos, o que nos impede de manter encontros regulares, os guardo no coração e a nossa convivência na memória.

Muito obrigada também, de coração, inclusive dedico este trabalho, à Marisângela Martins, Técnica em Assuntos Educacionais da UFRGS, doutora em História, conhecedora com propriedade do assunto que aqui será abordado, mas antes de todos os títulos, uma parceira, uma pessoa amiga, compreensiva, generosa e de um coração muito bom. Em um mundo tão individualista no qual vivemos, encontrar pessoas dispostas a ajudar sempre, a doar o seu tempo, suas palavras, suas mensagens que acalmam e seus materiais de pesquisa é praticamente uma benção. Marisângela me apresentou Justino Martins, quando, em 2013, eu nunca havia ouvido falar o seu nome. Muito obrigada por me ajudar, incentivar e por me apresentar a Justino Martins. Muito obrigada também por aceitar compor a avaliação desta pesquisa, espero que eu tenha conseguido chegar ao menos perto daquilo que tu gostarias de ler sobre o Justino. Pessoas honestas e de um coração generoso e querido como o de Marisângela são difíceis de encontrar e devem ser muito preservadas na sua amizade. Agradeço também a querida Nayane Manaut, também servidora da UFRGS, pela amizade e pelo apoio desde que nos conhecemos na Pró-Reitoria de Graduação, onde eu pude ser bolsista.

Finalmente, ao pessoal do Colégio de Aplicação da UFRGS, em especial aos professores de História, Arlene e Antoni, com os quais eu pude trabalhar nos últimos tempos, dialogar, buscar ajuda e compreensão, e me consolar nos momentos em que as coisas não iam bem. Professores queridos, muito obrigada por tudo, este trabalho é dedicado a vocês, pelos incentivos e puxões que me deram. Obrigada também aos meus alunos e alunas do Colégio, por me ensinarem muitas das coisas que eu levo hoje comigo em atitudes, pensamentos e palavras.

Resumo

Justino Martins foi um jornalista cruz-altense que administrou e dirigiu a *Revista do Globo*, de Porto Alegre, entre os anos de 1939 a 1947. A sua tarefa na direção da revista passou despercebida por muitas pesquisas que utilizaram esse periódico como fonte de análise. Este trabalho de história se propõe a dar atenção a Martins. Sendo jornalista e diretor da revista da rua da Praia, ele foi também comunista e relacionou-se com militantes do partido, muitos dos quais eram escritores, possibilitando a eles o acesso para publicarem os seus textos na revista. Nesta condição se considerará Martins como um *estabelecido*, na concepção teórica de Norbert Elias e John Scotson, do espaço intelectual sul-rio-grandense no contexto do Estado Novo. Esta pesquisa analisará apenas o ano de 1942 da direção do jornalista na revista, por entender este como um ano bastante emblemático na sociedade brasileira e na vida de Martins, devido aos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial e do recebimento de orientações do Partido Comunista do Brasil direcionadas a ele, a fim de verificar uma possível tomada de posição do jornalista através do periódico a partir do contexto em que vivia.

Palavras-chave: Justino Martins; jornalismo; *estabelecido*; Estado Novo; Partido Comunista do Brasil.

Introdução	p. 8
1. <i>Progresso dentro da ordem: algumas considerações sobre o contexto do Estado Novo (1937-1945)</i>	p. 25
1.1 DIP: censura e propaganda – faces da mesma moeda.....	p. 31
1.2 A ambivalente relação entre intelectuais e o Estado Novo: o caso do Rio Grande do Sul; ou <i>como as ditaduras temem as palavras</i>	p. 36
1.3 O esgotamento político do Estado Novo e a contribuição dos intelectuais: uma relação de proporção.....	p. 46
1.3.1 O I Congresso Brasileiro de Escritores: um salto em 1945.....	p. 48
2. Justino Martins, jornalista e diretor da <i>Revista do Globo</i>: um estabelecido durante o Estado Novo	p. 55
2.1 Portas de livrarias e outros espaços de sociabilidade pública de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 1940.....	p. 56
2.2 Como Justino Martins se tornou um jornalista <i>estabelecido</i>	p. 59
2.3 Justino Martins: um jornalista, um <i>estabelecido</i> , um comunista.....	p. 71
3. A escrita como instrumento de ação ou em que medida Justino Martins abriu as páginas da <i>Revista do Globo</i> para uma tomada de posição (1942)	p. 74
3.1 O “perigo alemão” na <i>Revista do Globo</i> e a política de união nacional do PCB nas ações de Justino Martins.....	p. 80
Considerações finais	p. 93
Referências	p. 95

Introdução

Todos estão loucos, neste mundo? Porque a cabeça da gente é uma só, e as coisas que há e que estão para haver são demais de muitas, muito maiores diferentes, e a gente tem de necessitar de aumentar a cabeça, para o total³.

Na apresentação do livro *Porto Alegre e suas escritas. História e memórias da cidade*, Charles Monteiro afirma o seguinte: “Essa é uma história que fala de intelectuais, jornalistas, escritores, historiadores, políticos e de gente comum, bem como suas lembranças, esquecimentos, suas vozes e seus passos, ou seja, das suas experiências e representações sobre o tempo e o espaço urbano de Porto Alegre nas décadas de 1940 e 1970”⁴. Tal como Monteiro, a história aqui iniciada tem a finalidade de mostrar o espaço no qual escritores, intelectuais, jornalistas e políticos circulam – mais especificamente sobre um deles, que se relacionou e permitiu que muitos outros pudessem aparecer no meio intelectual da época –, em um determinado tempo e um determinado lugar, ou seja, seguir um pouco os seus passos e tentar perseguir as suas experiências.

É importante que se afirme que este Trabalho de Conclusão do Curso de História é fruto da predileção da sua autora pelas letras e pela literatura, em especial, a literatura brasileira. Por isso, em alguns momentos ele dialogará com alguns escritores e intelectuais que ficaram mais conhecidos no meio literário do que na história. E é um trabalho que versará também sobre o jornalismo. Esses dois espaços de ação se encontrarão neste trabalho. Essa introdução começa afirmando isso, pois ao longo da escrita inúmeras vezes serão feitas afirmações e/ou questionamentos a respeito do meio intelectual, serão citadas autoras e autores notadamente conhecidos como escritores da literatura nacional ou local, e é necessário, antes de tudo, avisar o/a leitor/a, já de início, que é um trabalho de história com a licença de se relacionar com outras áreas de conhecimento. É sempre importante entender que o intercâmbio de ideias que a história permite hoje em dia com outras formas de saber tornam o conhecimento histórico mais rico e reflexivo. Para isso, Roger Chartier oferece uma explicação, na qual esse trabalho se inspira, de que “a História deve travar um diálogo com outros questionamentos – filosóficos, sociológicos, literários, etc. Somente através desses encontros a disciplina pode inventar questões novas e forjar instrumentos de compreensão mais rigorosos”⁵.

O presente trabalho tem, portanto, a felicidade de dialogar com outros trabalhos. O

³ ROSA, J. G. **Grande Sertão: Veredas**. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 327.

⁴ MONTEIRO, C. **Porto Alegre e suas escritas. História e memórias da cidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, p. 9.

⁵ CHARTIER, R. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002, p. 18.

fazer historiográfico tem hoje essa marca, que é a de empreender diálogos com as mais variadas áreas, o que, talvez no passado, não fosse bem visto ou aceito. O trabalho que mais dialoga com essa pesquisa, até o presente momento, é de autoria de Marisângela Martins⁶. Defendida em 2012, sua tese traz inúmeras contribuições para o estudo sobre a relação entre escritores e política, em um contexto que vai desde os anos 1920 até o final dos anos 1950, na cidade de Porto Alegre. Esse trabalho será citado inúmeras vezes, pois é uma referência a este que agora apresento. Martins estudou um grupo de escritores que se envolveu com a militância política no Rio Grande do Sul, a partir da ação do Partido Comunista do Brasil (PCB). Dentre eles estavam “Beatriz Bandeira, Cyro Martins, Dyonélio Machado, Edith Hervé, Fernando Melo, Heitor Saldanha, Ivan Pedro de Martins, Jorge Bahlis, Laci Osório, Lila Ripoll e Plínio Cabral”⁷. Para a historiadora, os escritores e escritoras estudados/as na sua pesquisa:

Foram homens e mulheres que também se dedicaram à literatura, mas não exclusivamente a ela. Além de escritores e de militantes do PCB, eles e elas ocuparam-se de outras e diversas atividades, escrevendo para jornais e revistas, traduzindo, lecionando, pesquisando, clinicando, exercendo atividades diplomáticas, além de fazerem parte de entidades profissionais e literárias⁸.

Esses homens e mulheres das letras, que foram objetos de análise de Martins estavam, portanto, inseridos nas suas atividades pessoais e profissionais, na escrita literária e também na militância política, dentro de um contexto que atravessava todo o governo Vargas, e, principalmente, a censura empregada durante o Estado Novo, a partir de 1937 até 1945. Todos/as eles tinham uma característica em comum – e que norteou a análise do trabalho de Martins –: eram vinculados ao PCB, ou pela militância propriamente dita ou pela simpatia ao partido, formando, assim, um grupo que alternava a ação política e a escrita.

Ao trabalhar com esses/as escritores/as, Martins se deparou com inúmeros nomes com os quais eles e elas se relacionaram em algum momento pelas atividades desempenhadas no interior do partido ou pelo meio intelectual em que circulavam. Um nome, contudo, atravessa esse dois espaços de ação, o político e o das ideias (é bastante difícil separar um do outro no contexto deste trabalho): Justino Martins. Ele foi diretor da conhecida *Revista do Globo*, de Porto Alegre, entre os anos de 1939 e 1947. Martins poderia ser apenas mais um diretor e administrador do quinzenário porto-alegrense na sucessão de Mansueto Bernardi, Luiz Estrela

⁶ MARTINS, M. T. A. *À esquerda do seu tempo: Escritores e o Partido Comunista do Brasil (Porto Alegre – 1927-1957)*. 2012. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História: UFRGS, Porto Alegre, 2012. Disponível <<http://hdl.handle.net/10183/61721>>, acesso em 12 set. 2017.

⁷ Ibidem, p. 28.

⁸ Ibidem, p. 29.

e Erico Verissimo, não fosse uma característica bastante particular que não era comum aos outros naquele contexto: era vinculado ao PCB, recebia recomendações do partido e relacionava-se com outros membros da agremiação. Isso até poderia passar despercebido se Justino Martins não tivesse se tornado diretor da revista mais importante do estado naquele contexto e uma das principais do país, contemporânea da grande revista semanal *O Cruzeiro*, do Rio de Janeiro, e que, junto com os demais empreendimentos Globo, a Livraria e a Editora homônimas, detinham o domínio do mundo literário no Rio Grande do Sul e das pessoas que nele circulavam à época.

A *Revista do Globo* já foi motivo e fonte de pesquisa para vários historiadores. Alguns consideraram que o periódico, até a entrada de Martins na direção, ou seja, até 1939, mantinha uma abordagem conservadora dos assuntos que noticiava, ou que ainda não se preocupava com questões sociais, mas sim com frivolidades sociais da elite sul-rio-grandense, como coberturas de suas festas de batizados, casamentos e formaturas. No livro *A imagem do Terceiro Reich na Revista do Globo (1933 – 1945)*, Mateus Dalmáz⁹ afirma que o periódico havia sido criado por sugestão de Getúlio Vargas, então Presidente do estado, a Mansueto Bernardi, em 1929, para suprir a carência de um periódico de variedades que tratasse da cultura e da vida social do Rio Grande do Sul, já que notícias gerais sobre a política eram veiculadas nos jornais diários do estado.

Para tanto, em pleno contexto do Estado Novo, com Vargas na Presidência da República, após o golpe de 1937, a revista contava com um diretor, isto é, o seu alto cargo, comunista. Este fato por si intrigava e foi um dos motivos para que esse trabalho de pesquisa fosse feito, abrindo questionamentos para pesquisas posteriores. O então diretor da *Revista do Globo* relacionava-se com inúmeros intelectuais do seu tempo. No entanto, de acordo com o trabalho de Marisângela Martins¹⁰, ele manteve uma forte aproximação com os escritores considerados de esquerda no contexto das décadas de 1930 e 1940. Soma-se a isso o fato de, em 1945, Justino Martins participar do I Congresso Brasileiro de Escritores, compondo a delegação do Rio Grande do Sul, que se reuniu no Teatro Municipal de São Paulo, inclusive palestrando no primeiro dia do evento e formando a Mesa Diretora no papel de Secretário, ao lado de vários nomes da intelectualidade brasileira do século XX. Parte bastante significativa dos escritores de literatura que se tornou conhecida após o movimento modernista da década de 1920 encontrava-se reunida no evento, que auxiliou a pensar e por em xeque algumas ideias implantadas durante a ditadura de Vargas.

⁹ DALMÁZ, M. *A imagem do Terceiro Reich na Revista do Globo (1933-1945)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

¹⁰ MARTINS, op. cit., p. 125-163.

O recorte temporal da pesquisa de Marisângela Martins, como já mencionado, foi de 1927 a 1957 e versou sobre a ação dos intelectuais comunistas. Durante boa parte desse período, o PCB esteve na clandestinidade, e isso também serviu de motivação de estudo, para entender os meandros da ação política mesmo quando o partido não estava autorizado a representar.

Nesta pesquisa que apresento, será trabalhado o conceito de intelectual de maneira bastante modesta, a fim de tentar entender teoricamente essa definição e aplicá-lo ao objeto da pesquisa, utilizando referências que melhor se adaptam ao objeto. Há inúmeras maneiras de entender e de ser intelectual. Aqui não se pretende dar uma explicação fechada e resolvida do conceito. O grupo de intelectuais comunistas que Martins se dedica a estudar compunha, segundo ela, “um grupo mais ou menos fechado”¹¹, dando a entender, portanto, que essas pessoas se relacionavam e mantinham laços de amizade entre si, o que lhes permitiam o reconhecimento e o apoio mútuo nas mais variadas situações do seu cotidiano. Outros dois trabalhos de pesquisa que são igualmente importantes e nos quais o presente se apoia são a dissertação de mestrado de Glaucia Vieira Ramos Konrad¹² e o livro do professor René Ernani Gertz¹³ sobre o Estado Novo. A dissertação de Konrad, apresentada em 1994, tem um peso importante, por ser um dos primeiros trabalhos que visava entender o universo cultural durante o Estado Novo no Rio Grande do Sul, quando os trabalhos sobre o entendimento das bases autoritárias da sociedade brasileira ainda estavam em fase inicial. Já o livro do professor Gertz é um clássico. Seria impossível comentar algo sobre o período do Estado Novo no Rio Grande do Sul sem utilizar aquele que dedicou a sua vida acadêmica a entender a Era Vargas. Além deles, outros autores serão trazidos para o diálogo com o presente trabalho.

Retornando ainda ao ponto inicial dessa introdução, pois, afinal, o que a história, a *Revista do Globo*, que será uma fonte essencial para o que se pretende analisar, esse sujeito, até então desconhecido, de nome Justino Martins – que empresta o seu nome para compor o título do trabalho – o comunismo e a literatura brasileira têm em comum para se encontrarem reunidos em um mesmo espaço de pesquisa? É possível afirmar que esses elementos têm muito em comum e se interrelacionam. O objeto desta pesquisa será Justino Martins, visto a partir da sua relação com escritores de literatura e da sua ação política enquanto jornalista e administrador da *Revista do Globo*. Seria muito interessante, se fosse possível, estudar toda a sua trajetória profissional. Martins foi um sujeito com uma trajetória de vida muito

¹¹ MARTINS, op. cit., p. 28.

¹² KONRAD, G. V. R. **A política cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul: Imposição e Resistência**. 1994. 332 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós Graduação. Mestrado em História do Brasil. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

¹³ GERTZ, R. E. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

interessante e que rende uma pesquisa igualmente importante.

Reconstituir um pouco da sua história é tropeçar em pedaços de histórias que ainda não foram explorados pelos historiadores. Sua vida foi cercada de um misto de sorte, talento e esquecimento. Sorte, pois Martins tinha tudo para continuar morando em Cruz Alta, onde nasceu, levando uma vida modesta no interior do estado do Rio Grande do Sul. Ao encontrar Erico Verissimo, sua vida profissional teria mudado de direção, sendo ele convidado a trabalhar nos empreendimentos Globo, em Porto Alegre. Essa afirmação se trata de uma hipótese levantada: o seu contato com Verissimo, através da relação de parentesco das esposas, possibilitou a mudança de Martins para Porto Alegre, embora isso não esteja escrito em lugar algum pesquisado até então.

Talento, pois ao começar o seu trabalho como revisor na Editora do Globo, Justino Martins passou a entrar em contato com muitos escritores, a se dedicar ao ofício e se destacar, a ponto de ser considerado por seus contemporâneos como um homem talentoso na profissão que exercia. Isso possivelmente foi levado em consideração por Augusto Gonçalves de Souza Júnior, que era um homem bastante influente no meio intelectual porto-alegrense do início do século XX, quando sugeriu o nome de Justino para a direção do periódico. Como diretor e administrador do periódico, Martins alçou a revista dos Bertasos ao cenário nacional, mudou a sua organização interna, dando um aspecto moderno, e colocou as frivolidades que lhe eram características para as últimas páginas, deixando as primeiras e centrais para assuntos de maior importância, de acordo com o seu entendimento. Ao folhear a revista a partir de 1939, fica evidente que uma das preocupações do diretor era com o seu público leitor, indo além da abordagem de notícias sobre livros, cultura e eventos sociais, mas também valorizando aquelas sobre política e acontecimentos cotidianos, sobre a guerra que iniciava e as suas consequências entre outros assuntos que eram igualmente importantes.

E o esquecimento é parte da história. Hoje, Justino Martins tem, em sua homenagem, uma casa de cultura em Cruz Alta que leva simbolicamente o seu nome. É neste lugar, de acordo com sua filha, Maria Valéria Martins, que se encontram todos os materiais que pertenceram ao jornalista, e que foram doados pela família no momento posterior a sua morte¹⁴. Não se sabe, mesmo tentando contato várias vezes, ao certo que materiais são esses e de que forma estão guardados, se é possível consultá-los e se houve alguma organização ou catalogação por parte da casa quando eles foram recebidos. Como há poucos estudos acadêmicos que tocam no nome de Martins, se deduz que esse material não tenha sido explorado ainda por algum pesquisador interessado. Também não se sabe ao certo que usos a

¹⁴ Em entrevista concedida à Marisângela Martins, Maria Valéria Martins deu essa informação.

casa faz da memória de Justino Martins. No ano de 1992, por iniciativa do vereador Antônio Carlos Hohlfeldt, a Câmara Municipal de Porto Alegre aprovou o projeto de lei número 37/92, que denominava uma rua da cidade com o nome de Justino Martins¹⁵. A exposição de motivos para a homenagem a Martins faz um breve histórico da sua trajetória jornalística e encerra afirmando que: “jornalista, antes e acima de tudo, é mais do que justo a homenagem a este profissional que dedicou longos anos de sua vida a Porto Alegre”. Para Hohlfeldt, que também é jornalista, fazia sentido prestar essa homenagem a Martins. No entanto, hoje, o jornalista de Cruz Alta encontra-se, de certa forma, esquecido. Ao trabalhar com ele nesta pesquisa, o sentimento é esse, pois há poucas referências àquele que foi considerado o maior revisteiro do Brasil. Talvez esse esquecimento diga muito sobre o jornalista, já que ele envolveu-se em algumas polêmicas, algumas serão tratadas ao longo deste trabalho, e com o comunismo, que na sua época, não diferente de hoje, era relacionado com algo ruim e perigoso à sociedade.

Tentando passar por cima de algumas dificuldades, que são normais no dia a dia da pesquisa em história, este trabalho é construído em três momentos. o primeiro capítulo, intitulado de ***Progresso dentro da ordem: algumas considerações sobre o contexto do Estado Novo (1937-1945)*** dialoga com muitas referências bibliográficas e tem por finalidade apresentar os principais aspectos do contexto no qual surge o objeto de análise do trabalho, que é Justino Martins, enquanto diretor do periódico quinzenal dos empreendimentos Globo, sem, no entanto, parecer uma contextualização enfadonha, mas sim algo necessário para se entender o tempo e o espaço os quais se está pesquisando e tratando nos capítulos posteriores. Nesse capítulo também será feita uma análise da relação entre a literatura (escritores e intelectuais) e a política, necessária para a compreensão do espaço onde Justino age.

O espaço literário passou a ser ressignificado a partir e pelo governo de Getúlio Vargas. Isso porque uma das bandeiras que foi fortemente erguida pelos mentores do Estado Novo, a partir de 1937, era a do nacionalismo, da brasilidade, trazidos em primeira mão pelo movimento modernista da década de 1920, e readaptada em negação à influência das ideias estrangeiras dentro do país (neste sentido, não houve distinção entre as diferentes correntes de pensamento que fizeram parte do movimento modernista de 1922). No contexto do Estado Novo, entendia-se como ideias estrangeiras o liberalismo, considerado como algo que não havia dado certo no país durante a Primeira República, e o comunismo, pensado como uma real ameaça para a política e para a sociedade brasileira. Ambas as ideias eram importadas e

¹⁵ O processo de denominação da rua em homenagem a Justino Martins pode ser consultado na Câmara Municipal de Porto Alegre. Trata-se do processo número 0702, de 18 de março de 1992. A versão que eu tenho me foi emprestada gentilmente por Marisângela Martins.

não poderiam comprometer o sentimento de brasilidade que aqui deveria reinar.

Para isso, a burocracia do governo Vargas conseguiu arregimentar para si boa parte dos escritores e intelectuais mais conhecidos daquele contexto, ou que se tornaram conhecidos a partir dali, com o intuito de formar pensamentos novos, a partir daqueles que detinham o saber para isso, com a anuência do Estado. Ideias novas sobre um Brasil novo, que deixasse para trás o passado atrasado e liberal que vivera: essa era a mensagem que os intelectuais que aderiram ao Estado Novo deveriam passar ao restante da população, através de seus textos, seus artigos e suas entrevistas.

A entrada de Vargas para a Academia Brasileira de Letras, em 1943, demonstrou que a ação política não deveria ser dissociada da esfera das ideias. Por isso, ele faz questão de inflar a administração do país de homens das ideias, a fim de legitimar o discurso de sentimento nacional. De acordo com Monica Velloso, “Vargas argumentava que somente a partir de 1930 é que teria sido operada a ‘simbiose necessária entre homens de pensamento e de ação’”¹⁶. Nessa concepção, de participação ativa dos intelectuais na vida política brasileira, não havia espaço para os que não aceitavam o Estado Novo, pois isso significava não aceitar o país, ser seu inimigo. Com a instalação de um órgão de censura e propaganda, essa ideia ganhou força, pois a censura se justificava com o discurso contra aqueles que não respeitavam o espírito de nacionalidade dos demais. Ainda segundo Velloso, “a partir do momento em que o Estado marca presença em todos os domínios da vida social, não há por que o intelectual manter a antiga posição de oposicionista ou insistir na marginalidade”¹⁷. Neste pensamento, ou se aceitava e fazia parte do jogo do Estado Novo, ou era relegado à margem do social, da clandestinidade. Por isso que, não raro, serão vistos muitos escritores, jornalistas, intelectuais em geral, fazendo parte das fileiras do Estado, trabalhando e servindo à administração pública em um contexto em que o autoritarismo político era revestido e apresentado como algo bom.

Houve, no entanto, também aqueles que souberam operar com os meios e com os recursos de que dispunham, não participando de uma oposição declarada ao governo, mas também não dialogando a seu favor. Este trabalho de pesquisa mostrará que o jornalista Justino Martins não fez parte das fileiras do Estado, mesmo imbuído de uma posição social de destaque no meio intelectual, e tentou colocar uma crítica, ainda que sutil, ao autoritarismo nas páginas da revista que dirigia.

Já o segundo capítulo **Justino Martins, jornalista e diretor da *Revista do Globo*: um**

¹⁶ VELLOSO, M. P. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo do nacional - estatismo**. v. 2, 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 153.

¹⁷ Ibidem, p. 155.

estabelecido durante o Estado Novo objetiva apresentar primeiramente o espaço social porto-alegrense onde Justino Martins se encontrava, com quem ele se relacionava e quem ele era, fruto do contexto político autoritário trabalhado no primeiro capítulo, tentando fazer uma análise dos possíveis caminhos que o levaram ao jornalismo, meio onde ele se consagrou e foi reconhecido pelos seus pares. Ele era um verdadeiro *estabelecido* em detrimento dos *outsiders*, na perspectiva teórica de Elias e Scotson, que ainda será trabalhada nesta introdução e reproduzida nesse capítulo. Essa análise de Justino Martins no jornalismo contará com algumas contribuições da Sociologia, que ajudam a compreender este lugar de ação e os seus agentes.

Finalmente, o terceiro e último capítulo chamado **A escrita como instrumento de ação ou em que medida Justino Martins abriu as páginas da *Revista do Globo* para uma tomada de posição (1942)** faz uma análise centrada de um ano dos nove em que Justino Martins foi diretor da *Revista do Globo*. O ano escolhido para a análise foi 1942, por se entender que, neste momento, o jornalista já estava de posse de alguns recursos que os permitia publicar determinados assuntos na revista, sob determinadas perspectivas, em detrimento de outros. A análise neste último momento da pesquisa tem a intenção de problematizar a forma como Justino Martins, jornalista vinculado às ideias comunistas, usa as páginas da revista para uma possível tomada de posição, sem, no entanto, utilizar o periódico como um instrumento a serviço do partido. Desta forma, serão analisadas as reportagens produzidas pelo próprio jornalista, que, em um tom denunciativo, mostravam situações que, no contexto da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, passam a ser consideradas perigosas para o estado e para o país. Essas situações são, em sua maioria, a presença de ideias nazistas no Rio Grande do Sul. Martins ataca os grupos nazistas, expõe a sua organização e a sua vinculação com os integralistas e conclama a população a não aceitar a infiltração dessas ideias na sociedade. Como comunista, fica evidente a sua decisão em fazer essa denúncia, já que Martins colocava o integralismo e o nazismo como sinônimos e ameaças. Esse capítulo tem o objetivo de trabalhar com essas denúncias, as possíveis razões de o jornalista fazê-las e o que poderia estar por trás delas.

Assim, o trabalho inicia com uma discussão mais ampla sobre o período e vai diminuindo a sua perspectiva de análise até chegar a Martins agindo sobre um determinado assunto de seu tempo. Algumas notícias dão conta de que Justino Martins escrevera algumas histórias consideradas de alucinação, a partir de observações que fazia da Igreja da Matriz de Porto Alegre. Ele morava em um pensionato em frente à Igreja e ouvia quase diariamente as badaladas dos sinos anunciando os funerais e a entrada de corpos no interior do prédio para os

velórios. Ao que parece, ele teria utilizado esses acontecimentos para compor os cenários de suas histórias¹⁸. Não se trata de afirmar, no entanto, que Justino era um literato, uma vez que seu trabalho era muito mais jornalístico, de produção de reportagens e outras matérias para a revista na qual trabalhava. Eventualmente, Justino escreveu contos e crônicas e os publicou no periódico, mas esta não era a sua atividade principal. Ele foi mais jornalista do que escritor.

Também não se pretende, com este trabalho, homogeneizar o grupo de escritores e intelectuais que nasceram ou viviam no Rio Grande do Sul entre as décadas de 1930 e 1940. Sabe-se que muitos, de fato, se relacionavam, se encontravam nos espaços de sociabilidade (as livrarias, os jornais, as editoras, os bares e cafés) que a cidade de Porto Alegre oferecia para discutir literatura, política e futilidades, e que eram importantes pontos de encontro e discussão das suas ideias. Entretanto, no tocante à política e a comportamentos sociais, muitas vezes eles não concordavam. Ao tratar de grupos sociais como o dos escritores, o dos jornalistas ou o dos políticos incorre-se a tarefa de pensá-los dentro da categoria de intelectuais. Aqui, portanto, se tomará a licença de colocar o jornalista e administrador da *Revista do Globo* dentro dessa categoria de análise, sabendo e tomando cuidado de pensar que essa categoria abriga ideias, comportamentos e significados muito diversificados.

É importante pensar o que significava ser um intelectual na Porto Alegre nos anos 1930 e 1940. Jean-François Sirinelli, em seu clássico estudo sobre os intelectuais na França do século XX¹⁹, oferece algumas pistas para o entendimento da categoria de intelectual quando designa os intelectuais como “atores do político”²⁰. Sirinelli esboça o abandono, por parte dos historiadores, desta categoria de análise (vista como um subobjeto da história), enquanto que, timidamente, a ciência política e a sociologia já a estudavam. Para ele, parte deste abandono estava justificado na produção de qualidade e quantidade que a história medieval e moderna tiveram no século XX, em detrimento de uma história do contemporâneo, mas, principalmente, na discriminação que a história política, aquela feita de homens notáveis e acontecimentos grandiosos ligados à formação dos Estados nacionais, e da qual os intelectuais faziam parte, sofreu. No momento da escrita de seu artigo, no entanto, o historiador francês vislumbrava outro cenário, criado em função do crescimento do grupo de intelectuais nas últimas décadas, que se intitulavam enquanto tal, ou que eram nomeados assim, e do desejo dos historiadores de compreenderem o tempo presente, em consonância com uma nova forma de se pensar a história política: “a história dos intelectuais tornou-se

¹⁸ Conforme < <http://revistapress.com.br/v15/index.php/nomes/justino-martins/>>, acesso em 10 out. 2017.

¹⁹ SIRINELLI, J. F. Os Intelectuais. In: RÉMOND, R. **Por uma História Política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2003.

²⁰ *Ibidem*, p. 231.

assim, em poucos anos, um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural”²¹. Essa nova história política dava, a partir da sua renovação, em meados da década de 1970, uma tarefa aos historiadores que era a de repensar as noções de político e de poder, influenciadas pelo raciocínio das demais ciências sociais para pensar nas categorias que advinham ou se relacionavam com elas, como é o caso de intelectual.

No entanto, para Sirinelli, a noção de intelectual carregava imprecisões quanto a sua definição dentro da sociedade francesa. Por isso, ele propõe dois tipos de interpretação do termo: uma ampla e sociocultural e outra mais estreita. Devido ao seu caráter amplo, a primeira engloba tanto jornalistas, escritores, professores primários como eruditos e sofre das mutações sociológicas, pois não só elas explicam essa grande multiplicação do número de intelectuais no decorrer das décadas, mas também o fato do termo intelectual passar por uma mutação semântica, isto é, de significado. A segunda baseia-se na noção de engajamento na vida da cidade, ou seja, medindo a atuação desse intelectual na causa que defende e sua notoriedade eventual, a qual legitima e privilegia seu discurso. Sirinelli considera, e aqui concorda-se com essa afirmação, que os postulados do debate entre essas duas definições são, na verdade, um falso problema histórico, já que os dois elementos de definição são de natureza sociocultural, onde o intelectual é o criador, o mediador, mas também o receptor da cultura. Da mesma forma, para o sociólogo Gérard Leclerc, “o intelectual isolado não existe. Ser intelectual é pertencer conscientemente e de alguma maneira a coletividade dos pares: é ler os jornais, é estar a par dos debates, é fazer ouvir sua voz no ‘pequeno mundo’ dos intelectuais”²². Assim, tanto Sirinelli quanto Leclerc pensam os intelectuais dentro de seus espaços de ação na sociedade.

No caso da relação que Justino Martins estabeleceu com os escritores nas décadas de 1930 e 1940, através da sua direção na *Revista do Globo*, Sirinelli aponta que o “meio intelectual constitui, ao menos para seu núcleo central, um ‘pequeno mundo estreito’, onde os laços se atam, por exemplo, em torno da redação de uma revista ou do conselho editorial de uma editora”²³. Ainda de acordo com o historiador francês:

As revistas conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão – pelas posições

²¹ Ibidem, p. 232.

²² LECLERC, G. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2005, p. 73.

²³ SIRINELLI, op. cit., p. 248. Jean-François Sirinelli trabalha ainda, nesta parte do texto, com as noções de redes de sociabilidade e geração, conceitos bastante utilizados pelos historiadores para os estudos sobre intelectuais.

tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas. Ao mesmo tempo que um observatório de primeiro plano da sociabilidade de microcosmos intelectuais, elas são aliás um lugar precioso para a análise do movimento das ideias. Em suma, uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão²⁴.

É neste “pequeno mundo estreito”, ou “grupo mais ou menos fechado”, que é o meio intelectual, em que alguns fazem parte enquanto outros são excluídos, dentro da lógica de forças antagonicas de adesão, em que os laços de amizades, as fidelidades e as influências, e, por outro lado, as exclusões e as inimizades aparecem, devido às posições tomadas, debates e cisões, que o diretor da revista aqui estudado circula.

Pensando ainda sobre a relação teórica que a história possui com o uso do termo intelectual, a história social é um dos pontos que forma a escrita do conhecimento histórico sobre essa categoria. Sobre ela, Eric Hobsbawm já afirmava, em seu ensaio *Da História Social: a História da sociedade*, texto preparado para uma conferência na Itália em 1970, que o termo história social “sempre foi difícil de definir, e até recentemente não havia nenhuma premência em defini-lo, já que não se haviam formado os interesses institucionais e profissionais que normalmente insistem em demarcações precisas”²⁵. O que o historiador está tentando demarcar, no momento da sua escrita, é a incipiente produção, e mesmo discussão, a respeito do que se destinava até aquele momento a história social. Na verdade, em toda a leitura do texto de Hobsbawm, percebe-se a incerteza que a definição do termo social/sociedade pode causar. Foi talvez pensando exatamente nisso que Hebe Castro, anos mais tarde, em seu artigo de contribuição para o livro *Domínios da História* propôs a reflexão aos historiadores: “é lícito questionar se existiria uma história que não a do social”²⁶. A historiadora ainda menciona que o conceito de história social possui uma multiplicidade de significados, o que, conseqüentemente, gera uma série de ambigüidades na sua acepção, trazendo assim, a mesma dúvida levantada por Hobsbawm. Ele, por sua vez, pondera que prefere nomear esta forma de praticar a história de *história da sociedade* em vez de *história social*. Hobsbawm tem este receio justamente pelo *social* ser muito abrangente e estar intrínseco nas outras relações humanas, como a econômica, a demográfica e a política, enquanto a terminologia *sociedade* pode ser mais neutra nas discussões dessa natureza.

Ainda a propósito disso, Hobsbawm traz à discussão a fundação do conceito de

²⁴ Ibidem, p. 249.

²⁵ HOBBSAWM, E. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 83.

²⁶ CASTRO, H. História Social. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011, p. 42.

história social, tributando à história econômica o surgimento desta abordagem. Na verdade, ele afirma que a maior dificuldade no entendimento da história social se dá principalmente pelo fato de o social não ser um elemento separado dos outros aspectos da vida humana. Toda a ação humana é social e mais alguma coisa, como política, cultural, econômica. E a vida em sociedade é algo que fundamenta o convívio de homens e mulheres desde os primórdios. Ele afirma, neste sentido, que “os aspectos sociais ou societários da essência do homem não podem ser separados dos outros aspectos de seu ser, exceto à custa da tautologia ou da extrema banalização”²⁷. Assim, é comum e legítimo que os historiadores afirmem que a história social surgiu para fundar um novo modo de compreender a história em contraposição aos métodos tradicionais e contemplativos que ainda existiam no início do século XX, como a história política, trazendo com ela outras formas de conceber a produção do conhecimento nesta área. Foi a partir do movimento da *Escola dos Annales*, com a história nova, que isso se tornou possível, devido ao fato de os historiadores franceses naquele momento pensarem que a história, assim como as outras ciências sociais, deveria buscar métodos pluridisciplinares, rompendo assim com as separações existentes nas ciências humanas. A história social, portanto, de acordo com Castro, “surgiria, assim, como abordagem que buscava formular problemas históricos específicos quanto ao comportamento e às relações entre os diversos grupos sociais”²⁸, sendo uma herdeira direta da história praticada pelos *Annales*.

O texto de Castro retoma ainda muitas ponderações feitas por Hobsbawm na década de 1970. É importante ressaltar que uma das abordagens que é proposta pela história social é aquela que versa sobre as produções literárias, seus desdobramentos em outros materiais como publicações de jornais, revistas, pasquins de uma época e seus produtores. Um exemplo da visão que a história social permite é a obra *A pátria que quisera ter era um mito: história, literatura e política em Lima Barreto*, do historiador Denilson Botelho, publicada em 2017, que apresenta a trajetória de militância política e literária de Lima Barreto, importante escritor brasileiro, nos seus artigos e crônicas publicados no Rio de Janeiro, no início do século XX²⁹. Nesta pesquisa, o estudo a respeito da ação de Justino Martins como jornalista está inserido nesta perspectiva historiográfica.

Refletindo sobre as relações de poder que ocorrem em uma pequena cidade da Inglaterra, segundo as normas de socialização do local, Norbert Elias e John Scotson³⁰

²⁷ HOBBSAWM, op. cit., p. 87.

²⁸ CASTRO, op. cit., p. 44.

²⁹ BOTELHO, D. **A pátria que quisera ter era um mito: história, literatura e política em Lima Barreto**. 2 ed. Curitiba: Prismas, 2017.

³⁰ ELIAS, N.; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

pensam a comunidade de Winston Parva (cujo nome é fictício) dividida em duas categorias: os *estabelecidos* e os *outsiders*. Na apresentação à edição brasileira do livro, Federico Neiburg afirma que os *estabelecidos* são “aqueles que se autopercebem e que são reconhecidos através de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência”³¹, isto é, há uma reciprocidade, reconhecimento e, com o tempo, normas, nas relações daqueles que formam o grupo. Normas de comportamento e conduta nem sempre explícitas mas sentidas pelos participantes. Neiburg explica ainda que, na língua inglesa, as palavras *establishment* e *established* são utilizadas para “grupos e indivíduos que ocupam posições de prestígio e poder”³².

Já os *outsiders* sofrem com a estigmatização por parte do grupo de *estabelecidos*. Eles se encontram no outro extremo da sociedade. Para Elias e Scotson, “o grupo *estabelecido* tende a atribuir ao conjunto do grupo *outsider* as características ‘ruins’ de sua porção ‘pior’ – de sua minoria anômica”³³. A anomia aqui tomada pelos autores como um espaço em que faltam ordens, regras, onde a ação é sozinha e não coesa, sendo o contrário do que apresenta o grupo de *estabelecidos*, que partilha de certa organização. A partir da utilização dos conceitos trazidos por Elias e Scotson e das ideias de Sirinelli, sobretudo quando ele afirma que o espaço ocupado pelos intelectuais é um espaço de forças contraditórias (de adesão e de exclusão), é possível pensar a comunidade intelectual de Porto Alegre, nos anos 1930 e 1940, como um ambiente fechado, dotado de um regramento próprio e implícito, já que não havia regras escritas, mas, principalmente, como um espaço em que seus membros se reconhecem e são considerados *estabelecidos*, em detrimento daqueles que não conseguiam acessar ao grupo, que eram os *outsiders*.

A autoridade da qual fala Neiburg pode ser sentida na posição que Justino Martins ocupava dentro do espaço de *estabelecidos* porto-alegrenses ligados à cultura, pois mesmo dentro de um grupo relativamente coeso parecia haver alguma hierarquia, isto é, ele era o diretor da revista onde os demais *estabelecidos* poderiam (sob a sua aprovação, uma vez que, na posição de diretor, é ele quem permite a entrada de um texto na edição a ser publicada, ou não) se tornar (re)conhecidos. Essa relação entre um *estabelecido* que decide sobre os demais mostra que Martins estava em uma posição intermediária, em direção ao topo, do espaço social intelectual da cidade, pois o uso dos recursos que ele dispunha permitia-lhe expor determinados assuntos e autores e deixar outros de lado. Como a *Revista do Globo* possuía notoriedade dentro do meio em que circulava, a posição de Justino Martins dentro dela era de

³¹ Ibidem, p. 7.

³² Idem.

³³ Ibidem, p. 22.

grande evidência. Por esse motivo, é necessário pensar o sujeito Justino Martins na sua relação com os demais indivíduos e com o espaço onde agia, analisando a sua entrada no jornalismo e o seu estabelecimento dentro dele, lugar onde ele consegue se colocar em uma posição de destaque e pode tomar posições, ou decisões, na publicação.

Justino Martins, como já citado, foi diretor do quinzenário entre os anos de 1939 e 1947, mais especificamente, da edição de número 243, de 14 de janeiro de 1939, ao número 433, de 26 de abril de 1947, administrando, assim, um total de cento e noventa e três edições³⁴ do periódico. O trabalho aqui apresentado não dará conta de todo o período em que Justino esteve à frente da *Revista do Globo*, mas sim de um ano em particular, 1942, da edição 311 a 331. Mesmo que se tentasse, não se conseguiria analisar um volume de materiais tão grande dentro de um trabalho que se pretende inicial na investigação a respeito desse personagem em específico e da sua rede de relações com escritores e jornalistas, simpatizantes, militantes ou não do PCB. As pesquisas com a revista foram feitas no acervo fotográfico do DELFOS, Espaço de Documentação e Memória Cultural, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). A justificativa para a escolha do ano de 1942 é devido ao envolvimento de Justino com o contexto de tensão política internacional e nacional e do recebimento de orientações vindas do PCB no final daquele ano (1942). Quem oferece um disparador para pensar o comportamento do jornalista comunista da *Globo*, buscando os seus indícios no periódico, é a tese de Marisângela Martins, especialmente o capítulo 3, *Recompensas (des)agradáveis: O PCB, os escritores e a literatura em Porto Alegre no contexto do Estado Novo*. De acordo com a historiadora,

Na carta enviada por Tito Batini interceptada pela polícia – datada de 23 de novembro de 1942 – e conforme relato do agente ‘reservado X’, infiltrado entre os comunistas de São Paulo dois anos depois, foram dadas orientações para que Justino Martins e Eduardo Barreiro apoiassem o governo, embora não indefinidamente. Eles deveriam dar apoio a Vargas em sua declaração de guerra contra o Eixo, no plano externo, e na luta contra os integralistas, no plano interno, utilizando, para tanto, todos os meios que estivessem ao seu alcance: o rádio, a imprensa, o livro, a conferência etc. A medida,

³⁴ De acordo com o DELFOS, Espaço de Documentação e Memória Cultural, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, o **Acervo Fotográfico da Revista do Globo** é composto por duzentos e cinquenta e sete edições: 1929 1(1, 3-5, 7-21, 23-24); 1931 3(1-18, 20-29, nesp); 1932 4(2, 4, 6-9, 11-14, 17-25); 1932 4(2, 4-8, 11, 14,16-25); 1933 5(1-13,17-25); 1934 6(1-24); 1935 7(1-10,162-168,170-174); 1936 8(175-181,183-186,188-189,193); 1939 11(262); 1940 12(282, 285); 1941 13(298); 1942 14(325,327,329); 1945 17(378-401); 1947-48 19(445,458); 1949 21((483,494); 1950 22 (nesp,518-521); 1951 23(532,539-540,543); 1952 (558); 1953 (595-596,600); 1954 (614-615, 622, 626); 1956 27(668); 1957 28(695,703); 1958 (720,730); 1959 (754,757); 1960 31(762-763,772-773,775,780); 1961 32-3(784,787-789,791-793,797-800,802-803,804-9); 1962 34(810,825-826,828,830-831,833-835); 1963 35(837-838,842-846,848-856, 858-859,861); 1964-65 36(862, 864-868, 872-874, 881, 888-890, 892-895,898, 905, 907-908, 910-911); 1966 38(914-920, 922-926, 928-930, 933, 935, 937); 1967 39(938-939). No sítio do DELFOS há uma apresentação do Acervo interessante: <<http://www.pucrs.br/delfos/?p=globo>>.

segundo Batini, visava deixar o governo comprometido a fazer o que não convinha aos 'reacionários' que o integravam. Segundo os policiais de plantão, a instrução foi rigorosamente adotada (...) ³⁵.

As informações acima, trazidas por Martins, são importantes porque ela afirma que Justino Martins teria recebido correspondências do PCB de São Paulo, em 1942, com recomendações para uma possível tomada de posição dos comunistas diante dos fatos que advinham com a guerra, como o fortalecimento das ações dos integralistas e nazistas no país. Essa tomada de posição se definia em um apoio ao governo Vargas, no cerco aos grupos reacionários presentes no país. Cabia, portanto, aos comunistas naquele momento apoiar o Estado Novo, utilizando os meios que lhes fossem possíveis, para diminuir a ameaça que esses grupos representavam ao país. Além disso, essa recomendação vinda do escritório do PCB paulista relacionava-se com um contexto mais amplo, da guerra, quando a União Soviética já vinha sofrendo ataques nas suas fronteiras pelo exército nazista desde 1941. Fortalecer o máximo possível o seu lado na disputa contra os nazistas e seus expoentes espalhados pelo mundo fazia parte da estratégia do Partido Comunista soviético para minimizar a influência do nazismo em qualquer lugar onde houvesse comunistas.

A ideia de ameaça nazista no Brasil ficaria mais evidente com o ataque alemão em águas brasileiras em agosto de 1942. Com isso, o governo deixou a neutralidade de lado e aderiu ao conflito junto com os Aliados. Ao acompanhar as publicações do jornalista comunista da *Revista do Globo* ao longo de todo o ano em que aconteceu o recebimento da correspondência, é possível verificar que mesmo antes das recomendações do partido, Justino Martins já tomava um posicionamento diante dos fatos. Para esta análise, no entanto, não serão utilizados materiais estritamente do PCB como fontes, pois não é o objetivo da pesquisa. Este trabalho tem o objetivo de ver Justino Martins agindo em seu local de trabalho, com o meio que lhe estava mais disponível, por isso, se centrou a análise apenas no periódico quinzenal da rua da Praia.

Sobre as fontes de pesquisa, do ponto de vista metodológico, este trabalho utilizará periódicos, principalmente a *Revista do Globo*, como sua fonte de pesquisa. Por fontes periódicas se entende todas as publicações que possuem certa regularidade de circulação, como jornais e revistas. Neste estudo, será analisada a revista porto-alegrense, cuja circulação era quinzenal, no ano de 1942, embora ela tenha circulado de 1929 a 1967. A utilização destas fontes materiais foi antecedida das fases de fichamento, bem como de análise dos dados coletados. Além disso, esse trabalho contará, em alguns momentos, com informações obtidas nas pesquisas e fichamentos dos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*,

³⁵ MARTINS, op. cit., p. 130.

contemporâneos da revista da rua da Praia, de circulação também no Rio Grande do Sul. Esse fichamento foi elaborado pela bolsista Alana Basso, que trabalhou com Marisângela Martins, que foi quem emprestou o material.

Ao tomar como base de pesquisa uma fonte que vem da imprensa não se tem a intenção de vê-la como uma verdade absoluta de seu tempo. Por isso, a necessidade de problematizá-la e inseri-la no debate que os historiadores fazem sobre o uso deste tipo de fonte para a produção do conhecimento histórico. A imprensa é e sempre será um ótimo material de análise para a história, desde que bem contextualizada, que é o que ultimamente se tem visto nos trabalhos de história. Assim, a análise da revista terá como foco a prudência, como assim recomenda Tania Regina de Luca, sobre o uso dos jornais e outros periódicos nos estudos históricos, verificando e problematizando o contexto e o meio em que eles circulam. A *Revista do Globo*, sob a direção de Justino Martins, não pareceu ter um caráter imparcial, como muitos periódicos se arrogam. Pelo contrário, ele imprimiu nela aquilo que acreditava e isso fica evidente nas suas entrevistas e reportagens, sendo uma fonte bastante subjetiva, de acordo com o pensamento de Luca³⁶.

O conhecimento histórico produzido a partir de fontes periódicas, como é este caso, dialoga com outras formas de interpretação da sociedade e está inserido em um debate muito mais amplo a propósito do social. Desta forma, ao tomar como parâmetro parcial, já que não se analisará todo o período da direção, o trabalho do diretor de uma revista que publicava sobre cultura, livros, cotidiano, como era a ideia inicial do periódico, e que passou a publicar sobre política e questões sociais em pleno contexto da guerra e, assim, durante o acirramento entre os dois blocos em disputa e da posição que o país adquire neste momento, **este trabalho tem como problema de pesquisa a tentativa de compreender em que medida Justino Martins utilizou o seu cargo de diretor na *Revista do Globo* para se posicionar diante dos acontecimentos nos quais ele estava inserido.** Para essa tarefa, como já foi exposto na explicação dos capítulos, serão trabalhados o contexto e a emergência de Martins na revista como jornalista e seu administrador, para, enfim, analisar a exposição dele no periódico no ano de 1942. Para a execução dessa tarefa, ter-se-á em mente uma reflexão muito interessante trazida por Enio Passiani ao pensar as contribuições trazidas à sociologia por Pierre Bourdieu:

Para Bourdieu, a estrutura apresenta fissuras, rachaduras por entre as quais atuam, com alguma liberdade, os agentes, por onde se infiltra a história, e por isso mesmo a estrutura se modifica. Mesmo sendo a liberdade dos agentes relativa – e jamais plena, sem limites – ela é suficiente para que estes

³⁶ LUCA, T. R. de. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** In: PINSKY, C. B (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

ajam em seu interior, exerçam a sua criatividade e potenciais até a transformação da própria estrutura. A estrutura, portanto, por mais que faça sombra sobre os indivíduos, não consegue inibi-los ou controlá-los completamente³⁷.

A partir dessas fissuras que ocorrem dentro da estrutura social e que permitem certa liberdade de ação aos sujeitos, das quais se refere Passiani, se tentará observar o comportamento de Justino Martins na *Revista do Globo* diante do seu contexto e o uso que ele faz da sua rede de relações sociais também para expor esse seu comportamento. Como já levantado, Martins não torna a revista um panfleto do partido, mas também parece não ignorar a sua posição dentro dela, fazendo uso disso para expor a sua opinião, mostrando que mesmo antes das recomendações vindas do PCB, ele já direcionava a publicação para uma forma de abordagem e crítica a um dos lados que se apresentavam em disputa.

³⁷ PASSIANI, E. **Afinidades seletivas: uma comparação entre as sociologias da literatura de Pierre Bourdieu e Raymond Williams**. Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 14, n. 27, p. 285-299, 2009, p. 294. Disponível em < <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/1939>>, acesso em 20 nov. 2017.

Capítulo 1

Progresso dentro da ordem: Algumas considerações sobre o contexto do Estado Novo (1937-1945)

Viver é muito perigoso...Querer o bem com demais força, de incerto jeito, pode já estar sendo se querendo o mal, por principiari. Esses homens! Todos puxavam o mundo para si, para consertar o consertado. Mas cada um só vê e entende as coisas dum seu modo³⁸.

O Estado Novo foi o período da história do Brasil compreendido entre os anos 1937 a 1945. É dentro dele que o objeto deste trabalho de pesquisa emerge, fazendo-se, portanto, necessária a sua contextualização. Dentro do capítulo que segue serão feitas problematizações a respeito desse período, tendo como foco principal os aspectos cultural e político daquele momento, na tentativa de entender a forma como o governo brasileiro lidou com esses dois aspectos. Serão utilizadas como ferramentas de análise a literatura e a imprensa, pois este trabalho abordará esses dois temas do início até o fim. O Estado Novo caracterizou-se por ser um governo autoritário e continuísta de Getúlio Vargas na presidência da República brasileira, justificado a partir do Levante Comunista de 1935 e o forjado Plano Cohen, atribuído, na época, à Internacional Comunista.

O Levante de novembro de 1935 foi articulado pelos comunistas ligados à Aliança Nacional Libertadora (ANL) e composto majoritariamente pelos setores urbanos e radicais de esquerda da sociedade brasileira, vinculados às ideias que advinham da União das Repúblicas Soviéticas Socialistas (URSS), fundada em 1922, e do PCB, criado nesse mesmo ano³⁹. As primeiras notícias que dão conta do surgimento de uma organização de esquerda são de janeiro de 1935, quando o PCB encabeçou a criação desta linha de frente contra os perigos externos, que eram o nazismo e o fascismo, então em crescimento na Europa, e a ameaça que eles representavam aos comunistas, e os internos, que eram a Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada com a perspectiva do fascismo italiano, e a Lei de Segurança Nacional. A Lei de Segurança Nacional foi aprovada em abril daquele ano e definia quais atos seriam considerados crimes contra a ordem política e social, julgados por um Tribunal de Segurança Nacional, e as suas punições.

³⁸ ROSA, J. G. **Grande sertão: veredas**. 19 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005, p. 32-33.

³⁹ Sobre o Partido Comunista do Brasil é importante uma ressalva: conforme a tese de Marisângela Martins, o PCB de 1922 até 1961 recebeu esse nome, quando, ainda na década de 1950, com disputas internas no partido fizeram com que ele se dividisse em Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Portanto, ao trabalhar com a agremiação comunista, esta pesquisa está se referindo ao Partido Comunista do Brasil, cuja sigla era PCB. Ver: MARTINS, op. cit. p. 19, nota 2.

A ANL passou a contar com Luiz Carlos Prestes como seu presidente de honra desde março de 1935 e com seções estaduais. No Rio Grande do Sul, a seção da ANL foi fundada oficialmente em julho de 1935, no Teatro São Pedro, tendo como seu presidente o médico e escritor comunista, Dyonélio Machado⁴⁰. No entanto, no mesmo mês, Vargas colocou o grupo na ilegalidade alegando se tratar de “atividade subversiva da ordem política e social”⁴¹, impedindo, assim, as suas ações, que passaram a ser clandestinas. Porém, mesmo antes de ser posta na informalidade, a ANL, segundo o clássico trabalho de José Antonio Segatto sobre a história do Partido Comunista no Brasil, “transformou-se em um amplo movimento de massa, alcançando uma amplitude nunca antes vista na história do Brasil. Dela participam comunistas, socialistas, liberais, etc., incluindo-se aí operários, elementos da classe média, militares, burgueses e outros”⁴². Dos militares que formavam a Aliança, e que Segatto menciona, é possível pensar que eram os tenentes. De acordo com o trabalho de Marisângela Martins, os tenentes foram “aliados de Vargas no conflito que pôs fim à Primeira República, [mas] eles vinham perdendo espaço e influência junto ao seu governo. Parte deles foi responsável pela criação da Aliança, tida como um novo caminho da luta iniciada em Copacabana em 1922”⁴³.

Assim, todos estes grupos da sociedade reunidos contra o inimigo externo e interno, um grupo bastante heterogêneo, é verdade, também representava uma forte ameaça ao governo de Vargas, que já havia passado por outros momentos de contestação, como o caso da Revolta de São Paulo de 1932, e passou a perseguí-los. Sobre isso, Maria Celina D’Araujo afirma que:

O Levante foi produto de uma avaliação dos comunistas brasileiros e do *Komintern*, órgão central do Partido Comunista da União Soviética, sobre as condições de implantar no país um ‘governo popular e revolucionário’. Como tal, foi uma ameaça real ao governo de Vargas, e não apenas um pretexto para o golpe de 1937, como querem alguns. O anticomunismo, que já era uma das preocupações centrais dos chefes militares e do governo, se intensificou e passou a ser um dos principais alvos governamentais⁴⁴.

⁴⁰ De acordo com Maria Zenilda Grawunder, “a notícia do evento [a fundação da seção da ANL em Porto Alegre] saiu no *Correio do Povo* de 6 de julho, ao lado de outra, sobre o policiamento ostensivo providenciado pelo Chefe de Polícia, Poty Medeiros, juntando um destacamento da guarda civil a um piquete da cavalaria da Brigada Militar. A notícia diz que, felizmente, o comício aliancista *decorreu na maior ordem*” (MACHADO, D. **O cheiro de coisa viva**: entrevistas, reflexões dispersas e um romance inédito: *O Estadista*. Introdução, seleção e notas de Maria Zenilda Grawunder. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1995, p. XIX).

⁴¹ SEGATTO, J. A. **Breve História do PCB**. Coleção *A questão social no Brasil*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981, p. 42.

⁴² *Ibidem*, p. 41.

⁴³ MARTINS, op. cit., p. 89.

⁴⁴ ARAUJO, M. C. D’. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 16.

Cabe lembrar que no período em que Vargas esteve no poder, muitos movimentos de oposição surgiram, um inclusive contra a própria ANL: a AIB, cujo presidente era Plínio Salgado e contava com membros com inspirações fortemente fascistas. Por outro lado, do ponto de vista da influência internacional, o Estado Novo no Brasil, nas palavras de Maria Helena Capelato “teve inegável inspiração europeia. Um traço comum foi à crítica à liberal democracia e a proposta de organização de um Estado forte e autoritário, encarregado de gerar as mudanças consideradas necessárias para promover o *progresso dentro da ordem*”⁴⁵. O Estado Novo, liderado por Vargas, considerava, portanto, o comunismo e o liberalismo como seus inimigos principais.

De 1935 até a instauração oficial do Estado Novo, em novembro de 1937, o Brasil viveu em “estado de guerra”, momento pautado principalmente pelas ideias anticomunistas e de propagação do medo de um possível golpe comunista. Nas palavras de Rodrigo Patto Sá Motta, “os acontecimentos de 1935 têm uma importância marcante na história do imaginário anticomunista brasileiro, na medida em que forneceram argumentos para solidificar as representações do comunismo como fenômeno essencialmente negativo”⁴⁶. Além disso, houve a promulgação da já referida Lei de Segurança Nacional, que surgiu com a intenção de punir aqueles que provocaram o movimento de 1935 – como foi o caso de Luiz Carlos Prestes, Graciliano Ramos, Dyonélio Machado (fundador da ANL no Rio Grande do Sul, foi preso e transferido de Porto Alegre para uma prisão no Rio de Janeiro) e outros também ligados ao PCB e, por consequência, a ANL – e alguns integralistas⁴⁷. Já em 1937, ano em que estava marcado para ocorrer a eleição que daria a sucessão de Vargas, a partir da Constituição de 1934, ele mesmo deu um golpe para permanecer no poder e outorgou uma nova Constituição, extinguindo a de 1934.

O Estado Novo foi um período de governo autoritário, devido ao fato de muitas medidas tomadas pelo governo terem sido de cunho antidemocrático, de perseguição, censura e repressão, principalmente contra aqueles que não o aceitavam e o contestavam. Há muito debate a propósito do entendimento do que foi o Estado Novo e o que ele representou na história brasileira. A esse respeito, não há consenso na historiografia e há fartas análises sobre

⁴⁵ CAPELATO, M. H. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo do nacional - estatismo**. v.2, 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 110 (grifo meu).

⁴⁶ MOTTA, R. P. S. **Em guarda contra o perigo vermelho. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002, p. 76.

⁴⁷ A perseguição era claramente contra os comunistas, uma vez que os integralistas não deixaram de comemorar quando o golpe se consolidou em 1937. Plínio Salgado, ideólogo da AIB, enviou, inclusive, uma carta de apoio ao Estado Novo. Ver: Carta de Plínio Salgado a Getúlio Vargas (apoio ao regime e fechamento da Ação Integralista Brasileira). In: BONAVIDES, P.; AMARAL, R. **Textos políticos da História do Brasil**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2002. Cap. 210.4. p. 275-291. (Volume 5 - Segunda República (1934-1945)/ Estado Novo (1937-1945)).

a Era Vargas. As pesquisas em história sobre o governo de Getúlio Vargas, das décadas de 1930 e 1940, começaram a ganhar força a partir dos anos 1980 e nos momentos concomitantes à redemocratização pós-ditadura civil-militar. Nestes anos, e que vem ocorrendo até hoje, se tinha um esforço muito grande em compreender as bases autoritárias da sociedade brasileira e, por isso, a necessidade de recuar até o governo varguista. Por outro lado, alguns estudos que tematizam a Era Vargas ainda hoje tratam o período de uma forma homogênea e são poucos os trabalhos que pesquisam com maior fôlego, por exemplo, as particularidades de cada estado naquele momento. Durante o Estado Novo, Vargas impôs a ideia de que o governo federal não deveria dar atenção particular aos estados, pois considerava isso um ato de regionalismo que só servia para dividir o país. Ao queimar as bandeiras dos estados e hastear a do Brasil, ficava evidente que a sua ideia era a de construir um Estado forte, em detrimento das particularidades regionais.

Segundo René Gertz, talvez o fenômeno de pesquisas que homogeneizaram a Era Vargas se explique pelo fato de o governo central ter ganho tanta força e visibilidade neste período que os estados, que passaram a ser governados pelos interventores, passaram a ter uma interpretação secundária dentro do processo e, assim, “a compreensão do todo prescindia do entendimento das partes – bastava estudar o que aconteceu no governo federal para entender aquilo que aconteciam em qualquer um dos estados”⁴⁸. Nesse sentido, parte muito importante e substancial da produção historiográfica a respeito da Era Vargas no Rio Grande do Sul foi dada pelo professor Gertz, junto à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Entretanto, se Vargas manteve um governo de ditadura e que em alguns momentos, inclusive lançou olhos aos governos fascista e nazista europeus, ele também trouxe avanços que o Brasil da primeira metade do século XX ainda não conhecia e que são caros à sociedade até hoje. Foi no seu governo que houve a regulamentação da legislação social para os trabalhadores e das suas relações com os patrões, algo inédito no Brasil de então. A Primeira República (1889 – 1930), que antecedeu o governo Vargas, foi marcada por muitos embates nas relações entre empregados e empregadores, foi um momento da história brasileira em que ocorreram inúmeras greves e paralisações ensejadas, principalmente, pelos abusos dos patrões e pelas precárias condições de trabalho que a população trabalhadora enfrentava. A Consolidação das Leis do Trabalho, de 1º de maio de 1943, representava, assim, um ponto de mudança nessas relações, auxiliada pelo incremento do governo à industrialização do país.

⁴⁸ GERTZ, R. Estado Novo. In: BOEIRA, N.; GOLIN, T. (Coordenação Geral). **História Geral do Rio Grande do Sul**. 5 volumes. Passo Fundo: Méritos Editora. 2007. Vol. 04. República (1930-1985), p. 39.

Por outro lado, o governo de Vargas passou por momentos diferentes entre 1930 e 1945. De 1930 a 1934, o governo varguista foi considerado provisório, após o movimento de 1930, que derrubou a oligarquia paulista do poder. Em 1934, Vargas foi eleito indiretamente para continuar na presidência da República, culminando com o golpe de 1937, que dava início ao Estado Novo, que se estendeu até 1945 e foi o período menos democrático da Era Vargas. Com a instauração do Estado Novo, o Congresso Nacional foi dissolvido, bem como as Assembleias Legislativas Estaduais e as Câmaras Municipais, pautando o governo do Brasil na figura de um homem só, o próprio Vargas. É necessário entender também que o governo procurou promover de todas as formas os seus feitos, montando órgãos para esse fim e contando com um departamento de propaganda eficaz, que conseguia anunciar a todo o país os esforços do governo e a sua imagem. Assim, nas palavras de Maria Celina D’Araújo, “foi durante o Estado Novo que se construiu definitivamente o mito Vargas, fruto do carisma do presidente, mas também da eficiente máquina de propaganda então existente”⁴⁹. André Barbosa Fraga corrobora com a informação trazida por D’Araújo ao argumentar sobre a valorização e o uso de figuras como as de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, do Barão do Rio Branco e de Tiradentes, colocados como heróis nacionais, atrelados à imagem do Presidente da República durante o Estado Novo. De acordo com o historiador:

O discurso do Estado Novo apresentava-o como continuidade de um passado brasileiro grandioso que soube produzir homens virtuosos. Mas, se esse passado fora grandioso, o presente estava sendo maior ainda, já que Vargas aparecia como possuidor de todas as virtudes necessárias a um grande líder, capaz de conduzir com sabedoria os destinos de seu país. Dessa forma, partia-se do princípio de que os heróis do passado serviram ao engrandecimento do Brasil em um determinado momento de sua história, e Vargas fazia o mesmo e de forma ainda melhor, no presente, até porque os sintetizava em suas qualidades. Logo, Vargas era também apresentado e considerado um novo herói nacional⁵⁰.

Essa ligação de Vargas com os homens grandiosos da história do Brasil se justificava para fomentar na população o espírito nacional, de vinculação do governo com um passado glorioso, com os seus feitos e, principalmente, de afastar qualquer risco considerado pelo governo de infiltração de ideias internacionais. Para isso, o Ministério da Educação e Saúde (MES), na figura do seu ministro, Gustavo Capanema, auxiliava nessa tarefa através do projeto de palestras que promovia sob o título “*Os nossos grandes mortos*”, nas dependências

⁴⁹ ARAUJO, M. C. D’. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 36.

⁵⁰ FRAGA, A. B. **Os heróis da Pátria: política cultural e história do Brasil no governo Vargas**. 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012, p. 39. Disponível em <<http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2012 Andre Barbosa Fraga.pdf>>, acesso em 10 mai. 2017.

da Escola Nacional de Belas Artes ou no Instituto Nacional de Música, na capital federal, Rio de Janeiro. Basicamente, ao incentivar a valorização de personagens nacionais, o governo Vargas tinha como intenção a tentativa de inibir que ideias consideradas subversivas adentrassem no território, fizessem a cabeça da população e, assim, colocassem em xeque o seu governo. Para Fraga, após o Levante Comunista de 1935, o clima das ideias no Brasil se tornou tenso, pois:

O ‘perigo comunista’, que há pouco tempo parecia distante, mostrou-se o mais próximo possível. O episódio da chamada Intentona Comunista deixou claro que havia comunistas no Brasil dispostos a chegar ao poder por meios revolucionários. Porém, para o governo, o que se mostrou ainda mais perigoso foi a descoberta da atuação de estrangeiros ligados ao *Komintern*, a Internacional Comunista, no movimento, o que fazia dos brasileiros participantes elementos ‘a serviço de Moscou’ e, portanto, traidores da pátria⁵¹.

Após oito meses da deflagração do movimento de 1935, acontecia a primeira palestra promovida pelo MES, com a intelectual Rosalina Coelho Lisboa, que era vinculada à AIB e apoiadora da candidatura do líder nacional do integralismo, Plínio Salgado, às eleições presidenciais previstas para 1937. Na conferência, Lisboa alertava “para ‘o perigo da invasão armada da Rússia’ e empregou em sua fala, que possuía um caráter inaugural, duras críticas ao comunismo, defendendo a necessidade de cada brasileiro, sem piedade, combatê-lo”⁵². No texto do verbete biográfico que consta no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) sobre Rosalina Coelho Lisboa ainda é possível verificar que, para ela, o Levante Comunista “foi uma ação irrefletida e selvagem de alguns elementos influenciados pelo líder comunista Agildo Barata. Em seus artigos, [Lisboa] exigia a punição dos envolvidos, ao mesmo tempo em que elogiava a forma como o governo havia sufocado o levante, aplaudindo as medidas tomadas por Filinto Müller”⁵³.

Desta forma, é possível perceber que a propaganda política e as ações empreendidas pelo MES, no governo Vargas, se mostraram essenciais para o seu sucesso, aliadas ao controle das manifestações de ideias políticas. Junto delas estava todo um aparato de governo e o esforço dos seus aliados em fortalecer o Estado nacional, em negação àquilo que era considerado negativo ou subversivo. Gláucia Konrad comenta que a partir dos estudos de

⁵¹ Ibidem, p. 79.

⁵² Idem.

⁵³ **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – DHBB**, CPDOC/FGV. Verbetes LISBOA, Rosalina Coelho. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rosalina-coelho-lisboa-larragoiti>>, acesso em 20 mai. 2017.

Monica Velloso, a propósito do ambiente cultural durante o Estado Novo, foi possível pensar que o discurso de legitimação do regime autoritário nesse aspecto se dava de quatro formas:

[1] O Estado Novo procurava legitimação através da recuperação do passado; [2] da visão que o presente devia criar uma nova visão de mundo por meio de uma nova concepção intelectual do homem e da política; [3] da criação do mito Getúlio Vargas e [4] da elaboração de uma prática que consolidasse as questões anteriores, através do ‘consenso’ ou da força, se necessário⁵⁴.

Durante o Estado Novo, portanto, houve um forte investimento na produção da cultura nacional, e uma parte dela estava ligada à valorização da imagem do Presidente. O MES encarregava-se de administrar e promover a cultura mais erudita, enquanto os departamentos que cuidavam da imprensa e da propaganda (e que foram mudando de nome ao longo do período que vai de 1930 a 1945) conduziam a cultura que circulava mais popularmente. Neste sentido, o governo, na figura de Vargas, na medida em que o controle das informações ficava maior e mais rigoroso, começou a primar pela participação em massa nos eventos públicos que se voltavam para toda população, mas, fundamentalmente, às crianças e aos jovens, aos trabalhadores e a alguns militares, por entender a relevância destes grupos na constituição do Brasil, enquanto nação, naquele contexto e por ver neles a possibilidade de apoio para a sua conservação, tentando afastar para longe as possíveis ideias de contestação.

1.1 DIP: censura e propaganda – faces da mesma moeda

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)⁵⁵, criado em dezembro de 1939, foi o grande braço auxiliar na propagação das ideias do Estado Novo e um marco importante do período. Não é possível compreender o governo Vargas sem compreender a estrutura do tripé entre a imprensa, a propaganda e, posteriormente, a censura que ele foi capaz de produzir. Desde 1931, com o Departamento Oficial de Publicidade, substituído em 1934 pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), o governo já vinha implantando uma política de controle da informação transmitida pelo rádio e pela imprensa. Quando o DPDC se transformou no Departamento Nacional de Propaganda (DNP), em 1938, inaugurou-se o programa de rádio *Hora do Brasil*, que passou, a partir de 1939, a ser produzido pelo DIP.

⁵⁴ KONRAD, op. cit., p. 71.

⁵⁵ *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, CPDOC/FGV. Verbete *Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)*, CPDOC/FGV. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/departamento-de-imprensa-e-propaganda-dip>>, acesso em 09 set. 2017.

O DIP foi dirigido por Lourival Fontes até o momento em que o Brasil posicionou-se contra os países do Eixo, na Segunda Guerra Mundial⁵⁶, em 1942⁵⁷. Fontes era um homem de confiança de Vargas e um dos mentores ideológicos do Estado Novo. Jornalista, havia participado junto com Vargas da Aliança Liberal, em 1930, e era de clara simpatia com o fascismo, sendo inclusive reconhecido por Benito Mussolini, do qual ganhara uma condecoração. O DIP teve seu principal momento durante a administração de Fontes, atuando majoritariamente na propagação da imagem do Presidente, com produções que se pautavam em exaltar a figura de Getúlio Vargas e o espírito nacional que se constituía sobre ele, e no exame de obras artísticas e de veículos de informação antes da sua divulgação, proibindo e censurando aqueles que traziam ideias que não condiziam com as diretrizes do governo.

Para que as tarefas de controle e propaganda fossem executadas, o DIP foi dividido em várias seções, as quais, cada uma, se encarregava de um objetivo específico dentro do órgão: havia a Divisão de Divulgação, que estava incumbida da tarefa de censurar as publicações que julgava impossibilitadas de circulação, particularmente livros, bem como produzia materiais de divulgação sobre o governo, como cartazes, livros e panfletos; já a Divisão de Cinema e Teatro censurava peças, filmes, atores e atrizes, e produzia e distribuía obras de produção do Estado; a Divisão de Imprensa, na visão de Konrad, a mais atuante dentre as seções no Rio Grande do Sul⁵⁸, estava encarregada de vigiar e proibir os periódicos nacionais e internacionais que circulavam no país, além de fazer a autorização para todo periódico que desejasse circular no território nacional; a Divisão de Radiodifusão que produzia e transmitia o programa *Hora do Brasil*, bem como fiscalizava os demais programas de rádio e censurava letras de músicas consideradas impróprias; já a Divisão de Turismo, organizava as informações turísticas, e, por fim, a Divisão de Serviços Auxiliares ou, a partir de 1941, Serviços de Administração, que, como o nome já sugeria, cuidava da parte administrativa do órgão.

Como se observa, o DIP constituía vários setores para que o meio cultural não escapasse da vigília do Estado. Enquanto o Estado Novo durou, durou também o DIP, sendo extinto apenas alguns meses antes de Vargas sair do poder, em outubro de 1945. Para Konrad,

⁵⁶ De acordo com o verbete que consta no portal do CPDOC, Lourival Fontes manteve simpatia com o regime fascista na Itália, mas que ele mesmo não se relacionou com Plínio Salgado e com a AIB: “embora adepto do fascismo e colaborador da SEP, Lourival Fontes não chegou a estabelecer vínculos com Plínio Salgado. Segundo seu depoimento, ‘o integralismo tinha uma doutrina, mas não tinha um chefe...e estes movimentos são mais de fidelidade a homens do que a ideias’. Ainda segundo suas palavras, ‘o integralismo nasceu sem nenhuma influência de minha parte’”. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**, CPDOC/FGV. Verbetes FONTES, Lourival. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/fontes-lourival>>, acesso em 10 set. 2017.

⁵⁷ Lourival Fontes foi substituído, de acordo com Glaucia Konrad, “pelo Major Coelho dos Reis, de 1942 a 1943, e pelo Capitão Amílcar Dutra de Menezes até seu fechamento em 1945” (KONRAD, op. cit., p. 81).

⁵⁸ KONRAD, op. cit., p. 151.

“o sentido da censura para o Estado Novo era impedir que os setores excluídos ou descontentes ganhassem consciência e se aglutinassem numa posição mais radical ao regime. Por um lado, o governo trabalhava para ganhar adeptos e por outro, impossibilitava a população de levantar vozes contra a ditadura”⁵⁹. A questão cultural nos anos 1930 e 1940, dado o acirramento das ideias no contexto internacional – com a guerra acontecendo –, se tornava, assim, uma questão de política. Por isso, através deste departamento, o cinema educativo, a música, a produção escrita (livros, jornais, panfletos e revistas), o rádio, o teatro e o turismo obtiveram uma atenção que não haviam tido antes. Toda essa produção cultural passava pelos rígidos olhos da censura prévia do órgão, o que significava que grande parte dos materiais permitidos de circulação continha conteúdos de cunho pró-Vargas ou não o atacavam e, por isso, poderiam chegar ao público. Para Monica Velloso⁶⁰, o DIP foi um órgão altamente centralizado, que exercia o controle da informação, uma vez que era também da sua competência a vigilância sobre a comunicação social. Além disso, cabia ao DIP manter o controle de quaisquer manifestações públicas que pudessem ocorrer. No Rio Grande do Sul, coube ao DIP a proibição de circulação dos periódicos alemães, durante a forte campanha da nacionalização orquestrada pelo interventor federal no estado, o coronel do Exército Oswaldo Cordeiro de Farias, a mando de Vargas. Cordeiro de Farias foi interventor federal no Rio Grande do Sul de 1938 a 1943.

Sobre o controle praticado pela censura e a produção cultural durante o Estado Novo, Konrad traz uma importante reflexão feita pelo antropólogo Ruben George Oliven sobre esse período:

O autor considera que já se nota, naquela época, o desenvolvimento de duas tendências complementares do Estado em relação à cultura: ele interfere, proibindo e censurando aquilo que é visto como prejudicial, mas, em contrapartida, autopromove a imagem da ‘cultura nacional’. Dessa forma, o papel do Estado em relação à cultura é complexo, pois ele é, ao mesmo tempo, agente de repressão e de censura, mas também o incentivador da produção cultural, acima de tudo, o criador de uma imagem integrada do Brasil que tenta se apropriar do monopólio da memória nacional⁶¹.

Por outro lado, a cultura popular passou a ser ressignificada pelo DIP, passando por momentos que foram da valorização, se comparada com a falta de atenção que as expressões populares haviam tido até a interferência do DIP, à marginalização, já que muito daquilo que havia sido produzido passou a não ser mais permitido (é evidente, neste sentido, a

⁵⁹ Ibidem., p. 91.

⁶⁰ VELLOSO, M. P. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo do nacional - estatismo**. v. 2, 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 145-179.

⁶¹ KONRAD, op. cit., p. 10.

interferência do governo nas festas populares como o carnaval, na música popular e na mudança dos temas dos sambas durante o Estado Novo). De acordo com Velloso, “[a música popular] é vista como o retrato fiel do povo na sua poesia e lirismo espontâneos. Estas expressões de cultura, porém, devem ser policiadas na sua espontaneidade, impedindo-se que as músicas abordem ‘temas imorais’ ou de ‘cafajestagem’”⁶². As letras de músicas que continham a valorização da malandragem e da boemia passaram a valorizar o trabalho como forma de desenvolver o país (que condizia perfeitamente com a ideologia do governo), sob a orientação do DIP: por exemplo, os sambas compostos e cantados por Wilson Batista e Aaulfo Alves, *Lenço no Pescoço*, de 1933, que caracterizam o personagem malandro do Rio de Janeiro, de chapéu e terno branco, são muito diferentes de *O Bonde de São Januário*, de 1940, onde o malandro deixa de ser um malandro sem juízo e torna-se um trabalhador que vai até o seu trabalho de bonde.

Ainda no meio cultural, a partir do DIP, segundo o CPDOC, foram criadas algumas “revistas destinadas a fazer a propaganda do regime, onde se incluíam a *Cultura Política*, a *Ciência Política*, os *Estudos e Conferências*, *Dos Jornais* e outras de caráter mais efêmero como *Brasil Novo* e *Planalto*”⁶³. Além das revistas, os jornais *Jornal do Estado*, que circulava no Rio Grande do Sul, *A Noite*, em São Paulo, *A Manhã*, no Rio de Janeiro, esse na direção de Cassiano Ricardo, exerciam o papel fundamental de porta-vozes oficiais do governo, em conjunto com a *Rádio Nacional*. Da mesma forma que o jornal *A Manhã*, a revista *Cultura Política - Revista Mensal de Estudos Brasileiros*, fundada em março de 1941, manteve uma função dianteira na divulgação do quadro político que Vargas exercia. E ela se destacou dentre as demais publicações com essa característica.

A revista, dirigida por Almir de Andrade e publicada pelo DIP, circulou nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, entre os anos de 1941 e 1945. Era um material completo na propaganda do Estado Novo e que alcançava um público significativo, além de contar com uma produção bastante especializada, com vários intelectuais colaboradores, formando um grupo heterogêneo, dentre eles o próprio Graciliano Ramos, que havia sido preso após o seu envolvimento com a ANL, Gilberto Freyre e Nelson Werneck Sodré. A revista tratava de dar uma interpretação cultural aos atos políticos do governo. Para os historiadores do CPDOC, nesta revista:

⁶² VELLOSO, op. cit., p. 164.

⁶³ **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - DHBB**, CPDOC/FGV. Verbete DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E PROPAGANDA. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/departamento-de-imprensa-e-propaganda-dip>>, acesso em 09 set. 2017.

Os intelectuais tinham um papel de fundamental importância na estruturação da *nova ordem*. Formadores da opinião pública, a eles cabia a função de unir governo e povo, traduzindo a voz da sociedade. A revista contava com a colaboração da nata da intelectualidade brasileira, abrigando as mais diversas correntes de pensamento. Entre seus colaboradores estavam os próprios ideólogos do regime: além de Almir de Andrade, Francisco Campos, Azevedo Amaral, Lourival Fontes e Cassiano Ricardo. Mas Graciliano Ramos, Gilberto Freyre e Nelson Werneck Sodré também colaboraram com artigos.

Chama a aten o em *Cultura Política* seu alto grau de organiza o e eficiência no manejo da informa o. Cada sessão era precedida de uma nota introdutória em que se explicitavam seus objetivos e princípios norteadores, seguindo-se notas bibliográficas sobre os autores. Essas características da publica o mostram a eficácia do projeto ideológico estado-novista, evidenciando sua modernidade⁶⁴.

É justamente essa característica da revista *Cultura Política*, qual seja, a de abrigar diferentes correntes do pensamento intelectual brasileiro que abre margem para refletir a atua o dos intelectuais, estes escritores colocados como “formadores da opinião pública”, e o Estado Novo, como eles se relacionavam com este governo e com as suas políticas, que na grande maioria das vezes utilizava-se da repressão e da prisão aos opositores, que eram, muitas vezes, seus companheiros de ideais e de luta.

É preciso, portanto, ter em mente, para compreender a a o dos intelectuais diante do governo autoritário de Vargas, a no o que pairava sobre a rela o entre os homens das letras e a política: o nacionalismo. Ele foi capaz de aglutinar as mais diferentes correntes de pensamento em torno do Estado, foi um estratagema do governo, a fim obter o apoio, e quando não o apoio, pelo menos a participa o, dos vários pensadores na época nos setores da administra o do país. Para os pensadores do Estado Novo, especialmente os que se encontravam no Ministério da Educa o e Saúde e no Departamento de Imprensa e Propaganda, ao aproximar a política dos “formadores de opinião pública”, estariam aproximando também o governo da sociedade.

⁶⁴ Se o **Navegando na História**, CPDOC/FGV.

Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/apresentacao>>, acesso em 29 jul. 2017.

1.2 A ambivalente relação entre intelectuais e o Estado Novo: o caso do Rio Grande do Sul; ou como as ditaduras temem as palavras⁶⁵.

Os anos 1930 e 1940 foram um período de intensa produção literária e de ascensão de muitas editoras no Brasil (movidas pela crescente produção de livros), como a Editora do Globo, em Porto Alegre, e a José Olympio, que iniciou os seus trabalhos em São Paulo e, em 1935, mudou-se para o Rio de Janeiro. A produção de literatura ainda respirava os ares do modernismo de 1922, e o governo também estimulava muitos escritores, através, principalmente, dos muitos concursos que o Ministério da Educação e Saúde, na direção do ministro Gustavo Capanema, promovia, e publicava algumas obras pela sua editora, a Imprensa Oficial.

No entanto, é importante lembrar que a ideia do Estado Novo era a de uma produção cultural voltada para si, para a figura de Vargas, para a exaltação da pátria e de seus heróis, dos quais um era o próprio presidente. De forma alguma estes escritores poderiam posicionar-se claramente contra o governo, já que muitos textos passavam também pela avaliação crítica e prévia no DIP. Desse modo, pode-se afirmar que os defensores do Estado Novo, que estavam ligados à produção cultural, trabalhavam também para tentar despolitizar os escritores, assim como os outros meios de comunicação social e de cultura, como a música, o rádio, o teatro, o cinema e a imprensa, os quais ficaram atrelados aos interesses de circulação e à propaganda do governo⁶⁶. Por outro lado, como já mostrado anteriormente, muitos escritores participaram e colaboraram com o Estado Novo. Foi o caso, por exemplo, de Carlos Drummond de Andrade e Graciliano Ramos, o primeiro trabalhando ao lado de Capanema no MES, sendo o seu chefe de gabinete, e o outro colaborando com a revista do DIP, *Cultura Política*.

Algumas pesquisas buscam entender como sujeitos esclarecidos se colocavam ao lado daqueles que poderiam cercear a sua liberdade de expressão, em um período em que isso estava em iminente situação. Esta relação se dava porque muitos eram funcionários públicos. Alguns pesquisadores ligam Drummond e Ramos com a militância de esquerda, embora, no caso do poeta mineiro, em específico, não se tenha muita certeza de que ele esteve, em algum

⁶⁵ Essa frase, “*como as ditaduras temem as palavras*” foi retirada do livro de memórias de Erico Verissimo, *Solo de Clarineta* ao narrar o episódio de censura prévia que o seu programa Amigo Velho, na Rádio Farroupilha, de Porto Alegre, sofreu: “Quando em 1937, Getúlio Vargas instituiu o Estado Novo e o famigerado DIP começou a exercer rigorosa censura sobre a imprensa e as estações de rádio, fui notificado que dali por diante o Amigo Velho teria de submeter previamente suas histórias ao Departamento de Censura, antes de contá-las aos pequenos ouvintes. (Como as ditaduras temem as palavras!)”. VERISSIMO, E. **Solo de Clarineta**, memórias, vol. 1. 20 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 243-244.

⁶⁶ Dois sociólogos fizeram obras essenciais para a compreensão da relação entre intelectuais e a política no Brasil: Daniel Pécaut e Sergio Miceli: PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990. MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

momento, enfileirado com uma oposição mais combativa (mesmo que teoricamente) a Vargas, tendo mais uma posição modesta no jogo político, de não contrapor nem apoiar o Estado Novo. Drummond era antigo conhecido de Capanema desde Minas Gerais e formou, junto com ele e outros escritores mineiros, nos anos 1920, um grupo de intelectuais que se reunia em Belo Horizonte. O poeta foi então convidado por Capanema para trabalhar junto ao MES, em 1934, mudando-se de Minas Gerais para o Rio de Janeiro antes mesmo do Estado Novo se instaurar. Assim, sobre o comportamento de Drummond enquanto esteve trabalhando com Capanema, afirma Geovani Lever de Mendonça:

Apesar de se dizer alheio às questões políticas e explicar sua marcante presença no Ministério apenas por motivos de amizade, Drummond sempre cumpria o seu trabalho burocrático com devoção e se destacava pela maneira como desempenhava suas funções. Era conhecido pelos políticos e intelectuais que estavam diretamente ligados ao Ministério como uma extensão do Ministro Capanema, ao ponto de, por falta do ministro, Drummond exercer algumas funções ministeriais e era reconhecido como tal. Muitos intelectuais, arquitetos e literatos que escreviam ao Ministro Capanema incluíam o ‘Carlos’ como uma extensão do próprio ministro⁶⁷.

O autor sugere que Drummond era uma continuação de Capanema nos afazeres do Ministério, pois era seu braço direito, seu Chefe de Gabinete. No entanto, não é possível afirmar que com isso, pela posição que Drummond ocupava, ele tenha apoiado todas as ideias que vinham do presidente da República. Embora, é verdade também, o MES ocupasse um lugar central nas preocupações e nos interesses de Vargas na divulgação das obras do Estado, Drummond ocupava uma função burocrática, e Vargas tentava cercar o seu governo de nomes de peso da sociedade intelectual brasileira, para buscar, cada vez mais, a sua legitimação. Nele, de acordo com Konrad,

Capanema (...) contava com o apoio de Carlos Drummond de Andrade (seu chefe de gabinete); dava liberdade de criação para Oscar Niemeyer, Le Corbusier e Lúcio Costa, os quais construíram e decoraram a sede do Ministério; colocou Mário de Andrade na direção do Departamento de Teatro (através do Serviço Nacional de Teatro) em 1938 e no Instituto Nacional do Livro (INL)⁶⁸.

⁶⁷ MENDONÇA, G. L. de. **Um *gauche* nos trópicos: a ação política de Carlos Drummond de Andrade no Ministério da Educação e Saúde Pública nos anos de 1934 a 1945**. In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Universidade Federal de Mato Grosso, 2013, Cuiabá, p. 5.

Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/01-ESTADO_E_POLITICAS_EDUCACIONAIS_NA_HISTORIA_DA_EDUCACAO_BRASILEIRA/UM_GAUCHE_NOS_TROPICOS_A_ACAO_POLITICA_DE_CARLOS_DRUMMOND_DE_ANDRADE.pdf>. Acesso em: 07 out. 2017.

⁶⁸ KONRAD, op. cit., p. 73.

O caso de Graciliano Ramos é igualmente interessante: ele foi preso em 1936, ficando detido até janeiro de 1937, por acusação de vinculação ao comunismo. Graciliano escreveu *Memórias do Cárcere*, seu livro de memórias publicado postumamente na década de 1950 em que narra, entre as experiências na prisão, a deportação das alemãs Olga Benário Prestes e Elisa Berger pelo governo brasileiro aos nazistas⁶⁹. Ramos ainda colaborou na revista oficial do Estado Novo, estando junto ao seu lado muitos intelectuais favoráveis ao governo, como “Francisco Campos, Azevedo Amaral, Lourival Fontes, Cassiano Ricardo, Cândido Mota Filho, Menotti del Picchia, mas também Gilberto Freyre e Vieira Pinto”⁷⁰, de acordo com Konrad..

Outros escritores, no entanto, mantinham uma posição mais nítida em relação à política. É o caso, por exemplo, de Dyonélio Machado, no Rio Grande do Sul, que não poupou críticas ao governo Vargas. Machado também foi preso, pois envolveu-se e militou nas organizações de esquerda da década de 1930, especialmente na ANL e no PCB. Machado ficou preso por dez meses e meio, de 1936 a 1937, “sob a acusação de ser mentor intelectual de um panfleto criticando o fechamento da ANL”⁷¹. Tendo participado ativamente dos quadros da organização comunista, o auge da sua relação com os grupos de esquerda foi em 1947, quando foi eleito deputado estadual constituinte pelo partido, no curto período que o PCB esteve na legalidade. Por vezes, a relação entre os intelectuais e a política é ambivalente, isto é, assume dois aspectos diferentes, principalmente se forem tomados como exemplos os nomes já citados⁷². Neste sentido, no prefácio de *Intelectuais à brasileira*, de Sergio Miceli, Antonio Candido, em uma chamada de atenção aos que estudam a relação entre a literatura e os possíveis envolvimentos políticos dos escritores, tenta esclarecer a confusão:

[...] sinto falta de uma distinção mais categórica, e sobretudo teoricamente fundamentada, entre os intelectuais que ‘servem’ e os que ‘se vendem’. Com efeito, são duas modalidades de dependência (e há graus de combinação entre elas); não separá-las com clareza pode projetar injustamente o plano da verificação sobre o plano da avaliação. Talvez, repito, não seja grave se pensarmos apenas no resultado final e só focalizarmos o processo. Mas o

⁶⁹ RAMOS, G. *Memórias do cárcere*. São Paulo: Record, 1984, p. 274-278.

⁷⁰ KONRAD, op. cit., p. 73.

⁷¹ GERTZ, R. E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005, p. 129.

⁷² De acordo com a citação de Löwy feita por Eduard Trujillo sobre a ambiguidade dos intelectuais: “el intelectual puede ser reclutado en todas las clases y capas de la sociedad; puede ser aristócrata (Tolstoi), industrial (Owen), profesor (Hegel) o artesano (Proudhon). En otros términos: los intelectuales no son una clase sino una categoría social; igual que los burócratas y los militares se definen por relación con lo político, así los intelectuales se sitúan por su relación con la superestructura ideológica” (TRUJILLO, E. E. M. A conversão de olhares: os intelectuais comunistas frente ao desafio. In: HEINZ, F. M. (Org.). **Dos intelectuais na política à política dos intelectuais: pensadores, escritores e militantes no diálogo com o poder**. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 40).

fato é que no processo estão envolvidos homens, com sua carne e sua alma, de modo que conviria acentuar mais que um Carlos Drummond de Andrade ‘serviu’ o Estado Novo como funcionário que já era antes dele, mas não alienou por isso a menor parcela da sua dignidade ou autonomia mental. Tanto assim que suas ideias contrárias eram patentes e foi como membro do gabinete do ministro Capanema que publicou os versos políticos revolucionários de *Sentimento do mundo* e compôs os de *Rosa do Povo*. Já um Cassiano Ricardo se enquadrou ideologicamente e apoiou pela palavra e pela ação, porque o regime correspondia à sua noção de democracia autoritária e nacionalista [...]”⁷³.

Ao afirmar que “um Carlos Drummond de Andrade ‘serviu’ o Estado Novo”, na tentativa de compreender o papel desempenhado pelos intelectuais envolvidos com a política, distinguindo entre os que servem e os que se vendem ao Estado, Candido parece estar respondendo à afirmação de Simon Schwartzman sobre a participação do poeta mineiro no ministério do Estado Novo: “explicar a presença incômoda de Drummond neste Ministério por simples razões de amizade, ou dizer que a sua atuação foi simplesmente burocrática e administrativa, é fazer pouco de sua inteligência e seus valores”⁷⁴. Para Bomeny, “no Brasil da Era Vargas, o dilema da participação dos intelectuais na política teve no ministério Capanema um dos momentos memoráveis. Aquele ministério concentrou boa parte dos exemplos sempre referidos ao se tratar da relação nada pacífica entre intelectuais e política”⁷⁵. Assim, é possível afirmar que alguns intelectuais mantinham, no contexto do governo Vargas, uma relação bastante ambivalente e, até mesmo, controversa com a política na qual eles estavam sujeitos.

Dentro do corpo intelectual que fez parte do Estado Novo havia também muitos comunistas, simpatizantes com as ideias que vinham de Moscou ou vinculados diretamente ao partido, e liberais. Para D’Araujo, “nesse campo, vários projetos desenvolvidos pela esquerda e por progressistas brasileiros foram contemplados, e vários intelectuais foram convidados a participar do governo – sem que possamos dizer que com isso tenham se tornado fascistas”⁷⁶, apesar de se ter afirmado há algumas páginas que esses grupos eram tidos como inimigos do governo. Além de não poder afirmar que aqueles que colaboraram com o Estado Novo compactuavam com as ideias autoritárias de Vargas e seus aliados, é necessário também compreender que a maioria daqueles intelectuais eram também funcionários públicos, isto é,

⁷³ Antonio Candido, Prefácio. Sérgio Miceli. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 74.

⁷⁴ SCHWARTZMAN apud BOMENY, H (Org.). **Constelação Capanema**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 16.

⁷⁵ Ibidem, p. 14.

⁷⁶ ARAUJO, M. C. D’. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 34.

“serviam ao Estado”, mas não “se vendiam”, na compreensão de Candido, e, por isso, estavam investidos na estrutura do governo como uma forma de suprir as necessidades da sua sobrevivência. A propósito disso, Drummond de Andrade refletia:

Observe-se que quase toda a literatura brasileira, no passado como no presente, é literatura dos funcionários públicos (...). Há que contar com eles para que prossiga entre nós certa tradição meditativa e irônica, certo jeito entre desencantado e piedoso de ver, interpretar e contar os homens, as ações que eles praticam, suas dores amorosas e suas aspirações profundas – o que talvez só um escritor-funcionário ou um funcionário-escritor, seja capaz de oferecer-nos, ele que constrói, sob a proteção da Ordem Burocrática o seu edifício de nuvens, como um louco manso e subvencionado...⁷⁷.

Além disso, como o Estado Novo tinha como projeto a exaltação da figura de seu líder e a do Brasil, muitos intelectuais que foram convidados a colaborar com ele haviam feito parte do movimento modernista de 1922, que buscava um discurso nacional para a cultura, principalmente aqueles ligados a ala verde-amarela (já que haviam correntes diferentes dentro do movimento). Foi o caso, por exemplo, de Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Plínio Salgado. É com este grupo, diga-se, o mais conservador da Semana de Arte Moderna, que as tradições, a brasilidade, os símbolos e os heróis nacionais foram plenamente valorizados dentro principalmente das dependências do DIP. É correto afirmar também que este grupo representou a ala brasileira simpatizante do fascismo e nazismo europeus na década de 1930, e os demais intelectuais a serviço do Estado tiveram que conviver.

Para compreender o espaço ocupado pelos intelectuais no Rio Grande do Sul, esta pesquisa dialoga com três trabalhos muito pertinentes para o contexto dos anos 1930 e 1940 no estado⁷⁸: *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*, de René Gertz, a tese de doutorado de Marisângela Martins e a dissertação de mestrado de Glaucia Konrad, já citadas. A obra de Gertz traz vários capítulos sobre o período entre 1937 e 1945, onde um é sobre a cultura. Gertz dialoga com Konrad e outros autores que trabalharam o espaço cultural durante a Era Vargas. Na sua visão, diferente daquilo que aconteceu, em alguns casos, no centro do país (entendendo centro como os estados de São Paulo e Rio de Janeiro), os intelectuais do Rio Grande do Sul não estabeleceram uma oposição bem definida em relação aos interventores e demais administradores nomeados pelo governo Vargas para o estado. Mesmo ocorrendo episódios de censura a escritores, e a criação das sedes do DIP nos estados, os DEIPs, na década de 1940, e, por exemplo, a prisão de Álvaro Moreyra, teatrólogo sul-rio-grandense que residia no Rio de Janeiro, por acusação de subversão, em 1939, a intelectualidade gaúcha

⁷⁷ DRUMMOND apud BOMENY, H (Org.), op. cit., p. 30.

⁷⁸ GERTZ, op. cit., 2005; MARTINS, op. cit., 2012; KONRAD, op. cit., 1994.

manteve uma posição mais branda diante dos acontecimentos que ocorriam no governo federal. Gertz busca na influência das ideias positivistas uma tentativa de explicação para essa inação dos gaúchos intelectuais.

Para tanto, talvez o que ajude mais a justificar uma possível indiferença com a política nacional por parte dos escritores e intelectuais do Rio Grande do Sul é o fato de muitos também fazerem parte, como funcionários, das fileiras administrativas do Estado e não desejarem, assim, causar indisposição naqueles que os garantiam o emprego. Sobre isso, Gertz traz um exemplo interessante:

Em carta a Getúlio, de 20 de abril de 1938, Protásio Vargas falou de seu esforço para organizar, no Rio Grande do Sul, um Movimento Intelectual pró-Estado Novo, para popularizar o regime, em especial através de palestras radiofônicas. Reclamou que conversara, entre outros com Mem de Sá e com Edgar Schneider, ligados ao Partido Libertador, os quais teriam declarado que não poderiam colaborar, pois eram contra o regime. Mas o próprio Protásio lembrava que Mem de Sá era, naquele momento, chefe de gabinete de Walter Jobim, secretário de Obras Públicas, e Schneider era diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Porto Alegre, também um cargo de confiança do governo estadual. Em suas memórias, Mem de Sá admitiu a ambiguidade de seu comportamento, justificando-a pela necessidade de ganhar sustento para sua família⁷⁹.

O historiador cita alguns intelectuais⁸⁰ como Alberto André, Alcides Maia, Augusto Meyer, Ângelo Guido, Athos Damasceno Ferreira, Aurélio Limeira Tejo, Carlos Légori, Carlos Reverbel, Dante de Laytano, Ernani Fornari, Lila Ripoll, Manoelito de Ornellas, Manueto Bernardi, Mario Quintana, Moysés Vellinho, entre outros, para exemplificar a participação de um grupo significativo de escritores, jornalistas, advogados, professores e outros profissionais como funcionários/as nos órgãos da administração estadual durante o Estado Novo. Alguns autores, incluindo Gertz e Konrad, utilizam os conceitos de cooptação e convencimento para entender a participação de intelectuais, seja de apoio explícito ou não, na ditadura Vargas. Sobre a cooptação, Konrad cita uma interessante reflexão de Monica Velloso: “a cooptação nem sempre é indicadora de ‘consenso’. Isto porque se, muitas vezes, os intelectuais se integram ao Estado, é porque o percebem como único canal legal, através do qual podem passar alguns dos seus pontos de vista ao restante da sociedade”⁸¹. O convencimento era ponto estratégico da política varguista, utilizado com a participação de

⁷⁹ GERTZ, op. cit., p. 116-117.

⁸⁰ Nas palavras de Gertz, “aqueles considerados mais destacados do Rio Grande do Sul nas décadas de 1930/1940, tomando como referência as listas de membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Academia Riograndense de Letras, dos escritores ligados à Editora Globo e a sua revista, de destacados autores e jornalistas da imprensa regional e de professores de algumas áreas da Universidade de Porto Alegre” (Ibidem., p. 118-119).

⁸¹ VELLOSO apud KONRAD, op. cit., p. 98.

escritores e nomes importantes do momento, que escreviam, discursavam, publicavam em jornais e revistas, para ser aceita pelo restante da população.

Poucos são os casos de intelectuais que se opuseram clara e abertamente contra o regime da ditadura de Vargas. Um deles, como já mencionado no trabalho, foi Dyonélio Machado, que estando afastado do estado até 1937, retornou depois que teve a sua anistia assinada pelo interventor federal, Cordeiro de Farias, retornando, então, as suas atribuições de médico psiquiatra no Hospital São Pedro. Em 1942, Machado encontrou-se novamente em situação polêmica, quanto publicou, na *Revista do Globo*, o conto *Noite no acampamento*, provocando a sua convocação para dar explicações à polícia em função do teor da escrita e uma resposta bastante dura por parte do tenente-coronel Correia Lima, publicada no jornal *Diário de Notícias*, de Porto Alegre, em novembro daquele ano⁸².

Raul Pilla, intelectual e político pelo Partido Libertador no estado, não manifestou nenhum tipo de apoio ao governo Vargas, preferindo ausentar-se da cena política “até o momento em que o Estado Novo começou a declinar, quando, então, se juntou às vozes que começaram a clamar pela democratização do país”⁸³. Ao lado de Pilla, e com um comportamento de silenciamento diante dos fatos políticos, de certa forma, semelhante, é possível colocar Augusto Gonçalves de Sousa Júnior, que durante o Estado Novo continuou escrevendo os seus livros, era um homem influente, mas que preferiu não posicionar-se politicamente. De Sousa Júnior, jornalista e escritor, aparece em alguns momentos vinculado aos círculos intelectuais que se reuniam em Porto Alegre, nos cafés, livrarias no entorno do centro, restaurantes, mas não há, ainda, indícios de uma posição combativa da sua parte, já que pelo que se sabe, era partidário de Flores da Cunha, que encontrava-se, naquele momento, exilado no Uruguai.

Voltando ao exemplo de Dyonélio Machado, ou de como alguns daqueles que circulavam entre o grupo letrado do Rio Grande do Sul combatiam, *pelas palavras*, o governo Vargas, é possível citar Cyro Martins, que também era médico e escritor, vinculado mais modestamente às ideias comunistas, e Ivan Pedro de Martins. Ivan Pedro de Martins militou na ANL, tendo que buscar refúgio no interior do estado para não ser preso. Ele também envolveu-se em uma polêmica em relação ao seu romance *Fronteira Agreste*: em 1944, o livro foi apreendido pelo DEIP, tendo esse fato gerado fortes comentários entre aqueles que estavam vinculados à cultura escrita, muitos intelectuais inclusive se posicionando contra

⁸² Marisângela Martins reproduz em sua tese alguns trechos da resposta do tenente-coronel Correia Lima a Dyonélio Machado, na qual o militar critica veementemente o médico e escritor e também a *Revista do Globo* por ter feito a publicação. Ver: MARTINS, op. cit., p. 144.

⁸³ GERTZ, op. cit., p. 128.

aquela censura e outros a favor: “os jornais tratavam do caso com grande estardalhaço, e depoimentos pró e contra eram publicados diariamente”⁸⁴. De acordo com Marisângela Martins, a situação se deu da seguinte forma:

A apreensão repercutiu no centro do país, polarizou a intelectualidade sul-rio-grandense e gerou oportunidade de combater o Estado Novo por meio da defesa da liberação do livro, detido por Ângelo Guido (então na direção do DEIP) sob a alegação de ser indecente e atentar contra a dignidade moral dos gaúchos. Nesses termos, o responsável pelo órgão controlador do governo orquestrou uma campanha na imprensa contra Ivan Pedro de Martins e a Livraria do Globo⁸⁵.

O caso da apreensão do livro de Martins trouxe à tona mais que um entendimento de como se dava as ações de censura do DEIP para as publicações que não estavam de acordo com a filosofia política do governo. Ele mostrou também a indisposição causada entre o órgão controlador e a Livraria do Globo, espaço estimado por Vargas, no qual a obra havia sido lançada e que também era um polo importante para os escritores do estado. Sobre a Livraria, Guido, em uma nota no jornal *Diário de Notícias* do dia 18 de janeiro de 1944, afirmou: “Talvez o autor achasse que devia escrever uma obra com realismo absoluto. O que me admira, porém, é que a Livraria do Globo, uma livraria que tem merecido o prestígio de todos nós, da sua sociedade, publique uma obra dessas⁸⁶. A polêmica foi tanta que Henrique Bertaso, então responsável pelas empresas Globo, teve que se manifestar publicamente, defendendo a livraria e explicando que era da sua responsabilidade a publicação das obras ficcionais produzidas no estado. No entanto, de acordo com Martins, “a grande polêmica iniciada por ele [Ângelo Guido, diretor em exercício do DEIP] não comprometeu a venda de *Frenteira Agreste*, nem denegriu a imagem de seu autor e da Livraria do Globo. Antes, suscitou e alimentou a curiosidade pelo livro, convertendo-se num extraordinário sucesso editorial”⁸⁷.

Frenteira Agreste, de Martins, e *O louco do Cati*, de Machado, são duas obras com uma narrativa crítica interessante sobre a vida no interior do estado. Elas podem, de certa forma, ser colocadas lado a lado. Dyonélio Machado, por exemplo, buscou inspiração na aridez da vida na fronteira, na sua vida nesse espaço, no distanciamento das ideias para elaborar e ditar à esposa o seu livro, na década de 1940. Para ele, a fronteira e o pampa são espaços infinitos que lhe causavam mal-estar. O mal-estar do isolamento, da solidão, da longitude, do aprisionamento, do cerceamento da liberdade, dos quais o louco do Cati, da

⁸⁴ BERTASO, J. O. *A Globo da Rua da Praia*. São Paulo: Globo, 1993, p. 34.

⁸⁵ MARTINS, op.cit., p. 309.

⁸⁶ *Diário de Notícias*, 18 de janeiro de 1944, p. 10, apud KONRAD, op. cit., p. 164.

⁸⁷ MARTINS, op. cit., p. 309.

mesma forma que o seu autor, sofreram⁸⁸. Essa obra de Machado, é colocada muitas vezes como uma reflexão sua sobre o tempo em que esteve preso, a mando da polícia varguista, na década de 1930.

Assim, o cenário das relações intelectuais no Rio Grande do Sul durante os anos 1930 e 1940 se mostra complexo. É possível fazer inúmeros estudos panorâmicos sobre aqueles que se dedicaram às letras nesse contexto, aliando ou não a participação na política. Aqui é apenas o início de um estudo neste sentido, que não pretende, em nenhum momento, esgotar informações. Há alguns bons trabalhos sobre, por exemplo, o comportamento de Erico Verissimo durante esse período. Alguns pesquisadores o colocam ora como um apoiador, ora como um opositor de Vargas, e outros entendem o escritor de Cruz Alta como um caso de posicionamento neutro diante dos fatos. O mesmo escritor que afirma que “as ditaduras temem as palavras”, criticando as ações do DIP, participa do lançamento do Comitê Intelectual Pró-Estado Novo, um grupo intelectual, fundado em 1938, por Protásio Vargas, no Rio Grande do Sul, para defender, *pelos palavras*, as ideias do regime por todo o estado. Manoelito de Ornellas, diretor do DEIP, viajava pelo Rio Grande do Sul para palestrar e divulgar as ações do departamento. Por isso, as ações e relações dos sujeitos não são muito claras, pois eles circulavam por vários ambientes, e requerem cuidado na análise. O próprio Vargas foi colocado em alguns momentos como o “pai dos intelectuais”, alçando uma cadeira na Academia Brasileira de Letras no ano de 1943. Como afirma Velloso⁸⁹, era ele um homem não só do pensamento, mas também da ação. O pensar e o agir eram mecanismos da persuasão ideológica de Vargas, uma busca incessante por legitimação do seu governo, e estas características eram bastante exploradas pelos órgãos de educação e propaganda política.

De acordo com Gertz, boa parte dos intelectuais do Rio grande do Sul foi favorável à criação, em 15 de dezembro de 1943, do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, tendo como diretor Manoelito de Ornellas (a ideia era inclusive que fossem criados Departamentos Municipais subordinados aos DEIPs, mas o governo Vargas acabou antes que

⁸⁸ Para Dyonélio Machado, a vida na campanha sul-rio-grandense se resume assim: “Lá no pampa, o que nos cerca e aprisiona é o infinito, a falta de horizonte próximo, que marque uma etapa, como quem diz: uma finalidade...A ansiedade porém é a mesma. Aí a vida, que é movimento, não nos vem, nem do tempo, que não marcha, nem do espaço, que não muda (...). Pois outra cousa, não é o lugar senão uma planura aparentemente em abandono - como se sobre ela recaísse a maldição que pesa sobre os terrenos salgadiços. Rica no seu tapete vegetal onde os rebanhos pascem, mas parcimoniosa, senão estéril, na oferta dessas cambiantes que só esse outro rebanho - o humano - é capaz de proporcionar. (...) A solidão condiciona a hospitalidade. Todo forasteiro é bem vindo a nossa casa. Mesmo o mascate, com as impertinências próprias de quem quer vender. Porque trazem notícias - que é o mesmo que trazer gente vivendo” (MACHADO, D. **O cheiro de coisa viva**: entrevistas, reflexões dispersas e um romance inédito: *O Estadista*. Introdução, seleção e notas de Maria Zenilda Grawunder Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1995, p. 84-85).

⁸⁹ VELLOSO, M. P. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo do nacional - estatismo**. v. 2, 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 153.

eles fossem implantados). Para o historiador, “o argumento que justificava essa atitude foi o de que com isso haveria a possibilidade de subtrair-se à rigidez do DIP nacional”. Manoelito de Ornellas não tinha um perfil de censor repressivo, mesmo estando à frente do órgão, mas Ângelo Guido, que o substituíra, possivelmente tinha (fazia parte do grupo de intelectuais católicos que se aproximaram das ideias do Estado Novo), e fora na ausência do primeiro que o livro de Ivan Pedro de Martins foi apreendido. Guido era artista plástico e diretor da Divisão de cinema, rádio, teatro e diversões públicas do DEIP. Ao lado dele, dirigindo a Divisão de imprensa e divulgação, estava Carlos do Azevedo Légori. Arlindo da Fonseca Camargo e Freitas Lima eram os censores do órgão.

Antes da criação do DEIP, no Rio Grande do Sul, intensificavam-se a perseguição e a repressão contra aqueles que contestavam o governo, especialmente, os comunistas, por meio de ações policiais, concomitante à censura (que era praticada pela Seção de Censura ligada à polícia). Além disso, alguns setores da Igreja Católica auxiliavam na perseguição às ideias consideradas de esquerda⁹⁰. Assim que o Estado Novo se instaurou, a ideia de um anticomunismo se espalhou pelos meios de comunicação do governo e pela sociedade, a fim de alertar a população do perigo das possíveis ideias vindas de Moscou. A exemplo disso, Konrad traz um trecho do editorial do *Jornal do Estado*, periódico oficial do Estado Novo no Rio Grande do Sul, do dia 25 de novembro de 1937, intitulado “Mobilização Necessária”: “Assumindo uma atitude definitiva contra a ideologia falsa do marxismo, coordenando todas as forças honestas e dignas da Nação para a defesa do Brasil o Governo Federal veio ao encontro das aspirações máximas da coletividade”⁹¹. Ainda de acordo com Konrad, no contexto do Estado Novo, os arquivos do PCB no estado foram apreendidos e os nomes das lideranças do partido extraídas, sendo publicados na imprensa local sob o adjetivo de “elementos de desordem no estado”, com a intenção de torná-los conhecidos e reconhecidos pela sociedade. Segundo a historiadora, “entre as principais lideranças citadas pelo jornal *Correio do Povo* estavam Policarpo Machado e Demócrates Soares. A perseguição e a contrapropaganda ao comunismo se deu no Rio Grande do Sul desde o início até o final do Estado Novo”⁹².

No estado, de acordo com Martins, “pouco mais da metade dos intelectuais colaborou

⁹⁰ De acordo com Gertz, “os católicos constituíam um grupo que preferiria que o regime se mantivesse firme à direita. Quando o padre Fritzen criticou a livre comercialização do livro de Verissimo [na polêmica envolvendo o livro de Erico Verissimo e um comentário negativo sobre a obra de ficção na revista *O Echo*, do Colégio Anchieta, de Porto Alegre, em 1943, feito pelo padre jesuíta Leonardo Fritzen] estava, evidentemente, mesmo que de forma implícita, criticando a suposta brandura do regime, que não intervinha para retirar de circulação um livro ‘venenoso’ como *O resto é silêncio*” (GERTZ, op. cit., p. 140).

⁹¹ *Jornal do Estado*, p. 03 apud KONRAD, op. cit., p. 118.

⁹² KONRAD, op. cit., p. 113.

com o regime nas áreas de cultura, educação (Lila Ripoll entre eles), controle e repressão”⁹³. Alguns militantes de esquerda, no entanto, conseguiram, da sua forma, ultrapassar as investidas dos mecanismos de repressão aos quais estavam sujeitos. Foi o caso, por exemplo, da poetisa Lila Ripoll, supracitada da tese Martins. Ripoll fazia parte do grupo de intelectuais que não compactuava com as ideias do governo, mas que ocupava cargo na administração pública. Comunista e militante do partido desde antes de 1937, a poetisa se viu na situação de ter de trabalhar na Secretaria da Educação do estado, sob o secretariado de José Pereira Coelho de Souza, então nomeado pela Interventoria Federal para o cargo. Ripoll contou com o apoio dos companheiros do partido, mas, principalmente, o do círculo intelectual no qual transitava para ter os seus textos consagrados entre eles. Muito próxima de Justino Martins, diretor da *Revista do Globo* de 1939 a 1947, Ripoll pode ter os seus poemas e traduções publicados no periódico aquém da sua posição política, que, para o contexto no qual se inseria, poderia lhe causar algum tipo de apreensão. Para Marisângela Martins, “próximos ao grupo da Globo, contando com a influência de Justino Martins, Dyonélio Machado, Ivan Pedro de Martins, Cyro Martins e Lila Ripoll ajudaram a marcar uma época, produzindo literatura de uma posição distinta das estabelecidas até então”⁹⁴. Todos esses citados por Martins vincularam-se em algum momento com o PCB, mesmo ele estando na ilegalidade até 1945.

Justino Martins, citado pela sua proximidade com os escritores de esquerda foi jornalista e intelectual e dirigiu o quinzenário da família Bertaso durante boa parte do período do qual se está discutindo nesta parte da pesquisa. A posição que ele ocupava, mesmo diante do fechamento político que o Estado Novo representou, favoreceu, de certa forma, a difusão da literatura do estado, na medida em que era ele que permitia, ou não, como diretor, a publicação e a circulação dos textos e o aparecimento de escritores e demais intelectuais naquela que foi considerada uma das principais revistas do país. Justino, assim como os seus companheiros, também vinculou-se às ideias do comunismo.

1.3 O esgotamento político do Estado Novo e a contribuição dos intelectuais: uma relação de proporção

É notório o impacto que a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945) teve sobre o Estado Novo. O Brasil, que vivia sob um regime autoritário, entrou na guerra sob a pressão exercida pelos Estados Unidos, na tentativa deste aumentar a sua área de influência sobre a América

⁹³ MARTINS, op. cit., p. 308.

⁹⁴ Ibidem, p. 314.

Latina. Até então, o regime do Estado Novo no Brasil simpatizava com os regimes autoritários na Europa, sobretudo o salazarismo português, que vigorou por mais de quarenta anos, entre as décadas de 1930 e 1970 e muitos colaboradores e ministros das principais pastas do governo Vargas eram admiradores do fascismo e do nazismo. Entretanto, dada a sua posição estratégica e as diversas discussões diplomáticas que ocorriam com o decorrer da guerra e as tratativas da política externa, o Brasil declarou guerra aos países do Eixo em agosto de 1942, após o afundamento de inúmeras embarcações brasileiras na costa nordeste do país por submarinos alemães. Até aquele momento, no entanto, o governo brasileiro havia mantido conversas muito próximas tanto com a Alemanha quanto com os Estados Unidos, não tendo uma posição muito clara por um dos lados do conflito. Sobre isso, D'Araujo afirma:

Desde que começara a guerra, Getúlio recusava-se a se pronunciar a favor ou contra qualquer das partes envolvidas, embora seu Diário reflita uma aposta na superioridade militar do Eixo. Além disso, recorria ao pan-americanismo para explicar sua neutralidade e temia os prejuízos que qualquer posição política pudesse trazer ao comércio internacional do Brasil⁹⁵.

No entanto, com o ataque alemão em águas brasileiras, as conversas diplomáticas se romperam e iniciava, naquele momento, a investida do Brasil na guerra contra o Eixo. Dentro do país, a população letrada acompanhava o desenrolar da guerra, com especial atenção à imprensa nacional. O Estado Novo, para muitos intelectuais, entrava em uma contradição profunda e que lhe custou a sobrevivência, através do questionamento de como enfrentar países que viviam sob o manto do autoritarismo se dentro da própria sociedade brasileira o que se vivia era também um regime autoritário? Esse discurso foi empregado pelos intelectuais, que passaram a repensar o governo e a exigir a volta da democracia, já que as diretrizes de cerceamento da liberdade de expressão eram, naquele momento, fundamentadas na ação do DIP. A maioria da população, no entanto, não concebia o governo da mesma forma, já que, para ela, Vargas era um homem que se esforçava pelos mais necessitados, e a guerra não diminuiria esse empenho.

Neste ínterim, algumas manifestações começaram a surgir no país, com forte caráter de contestação ao autoritarismo e à falta de democracia política vivida há anos. Assim, já no primeiro semestre de 1943, ocorreu o IV Congresso da União Nacional dos Estudantes e a Semana Antifascista. Nos dois eventos protestava-se contra a ação nazista e o autoritarismo. Nesse mesmo ano, em agosto, no congresso realizado em comemoração ao centenário da Ordem dos Advogados do Brasil, defenderam-se as liberdades democráticas. Ainda em 1943,

⁹⁵ ARAUJO, M. C. D'. op. cit., p. 47.

em outubro, parte da elite política do estado de Minas Gerais pediu a volta da democracia, o que ficou conhecido como o Manifesto dos Mineiros. E neste momento de enfraquecimento e contestação do Estado Novo por parte de uma elite letrada que ocorreu um grande encontro de escritores e intelectuais, na cidade de São Paulo, em janeiro de 1945.

O I Congresso Brasileiro de Escritores, promovido pela Associação Brasileira de Escritores, colaborou muito para as reflexões a respeito do Estado Novo. Boa parte da historiografia demarca esse encontro como uma das manifestações que corroborou para o esgotamento político do governo Vargas, alicerçada nas outras que já aconteciam ou que passaram a acontecer a partir da entrada do país no conflito mundial.

É importante, no entanto, que se pense que esses eventos que sugeriam o fim do governo do Estado Novo não tinham um caráter popular. A maior parte da população brasileira, em especial os trabalhadores urbanos, estava satisfeita com aquilo que Vargas havia feito no governo. Essas manifestações de contestação são de uma minoria intelectual, de um grupo que tinha acesso à informação, à leitura e às publicações e que sentia a sua liberdade de expressão ser cerceada pelos órgãos do governo de Vargas. Justino Martins, o jornalista que dá nome a este trabalho, participou ativamente do Congresso, e, por isso, vai se discorrer um pouco sobre o evento.

1.3.1 O I Congresso Brasileiro de Escritores: um salto em 1945

Eu confesso a você que estou intimamente desesperado com esse Congresso (...). Comparecer? Não comparecer?

Um congresso de Intelectuais num regime destes, ou sai bagunça, tiro, prisão, ou é o avacalhamento da *Intelligentsia* nacioná (*sic*). Não encontro argumento que me tire desse dilema porque não vejo possível um Congresso de escritores não se pronunciar, agora, sobre o primeiro, senão único, alimento vital do que seja inteligência, liberdade de pensar. Você não acha?

(Carta de Mario de Andrade a Rodrigo Mello Franco de Andrade, em 8 de dezembro de 1944, avaliando se deveria participar do I Congresso Brasileiro de Escritores)⁹⁶.

O ano de 1945 recém iniciara e já se percebia os sinais de que o governo de Vargas não duraria muito tempo, expondo as suas fragilidades diante dos acontecimentos que vinham

⁹⁶ LUCA, T. R. de O 1º Congresso de Escritores e o Arquivo Astrojildo Pereira. **Cadernos Cedem**, Marília/Unesp, v. 1, n. 1, p.101-110, jan. 2008. Ainda segundo Luca (neste mesmo texto), Mário de Andrade, “dez dias depois, em carta à Henriqueta Lisboa, já havia decidido participar, sob o argumento de que ‘fica muito ridículo e bancar o besta, brilhar pela ausência. Prefiro a humilhação de ir numa coisa que sou contra, neste regime de DIP e ditadura’”, p.103.

desde anos anteriores. O I Congresso Brasileiro de Escritores aconteceu no Teatro Municipal de São Paulo, entre os dias 22 e 27 de janeiro de 1945. Esse encontro, convocado pela Associação Brasileira de Escritores, cuja sede era no Rio de Janeiro, vinha sendo organizado desde 1944, conforme expõe Lia Correa Duarte em uma fala sobre a preparação do Congresso naquele ano:

Os temas a serem discutidos são todos de grande importância e gravidade, essenciais a nossa profissão e de interesse para o público em geral. Entre as teses recomendadas pela comissão organizadora figuram: direitos autorais; democratização da cultura; bibliotecas populares; o escritor e a luta contra o fascismo; a liberdade de criação literária. Assim, nenhum setor da atividade nacional poderá permanecer indiferente a essa realização. Com tanta responsabilidade e trabalho (pensa-se em fazer duas reuniões por dia) e com assuntos tão vastos para tratar, creio que não sobrar, felizmente, tempo para as questões pessoais tão em moda, nem para questões bizantinas (...). A época não é para essas coisas. Há guerra, nazismo, fome, campos de concentração, intolerância, vida cara e analfabetismo. Pensemos nisso primeiro. O resto fica para depois⁹⁷.

A Associação Brasileira de Escritores era oriunda da Sociedade Brasileira de Escritores e foi criada com esse nome no ano de 1942. Participaram da transformação da Sociedade em Associação Brasileira de Escritores os intelectuais Manoel Bandeira, Astrojildo Pereira, Carlos Drummond de Andrade, Prudente de Moraes Neto, José Lins do Rego, entre vários outros nomes de destaque nas letras nacionais. A partir de então, a Associação passou a contar com seções estaduais, que promoveram o encontro nacional, e cujos presidentes estavam presentes no Congresso. Pela delegação do Rio Grande do Sul estavam presentes os/as escritores/as: Adail Moraes, Antonio Barata, Athos Damasceno Ferreira, Beatriz Bandeira, Carlos Duarte de Moraes, Carlos Reverbel, Casemiro Fernandes, Darcy Azambuja, Dyonélio Machado, Gilda Marinho, Guilhermino Cesar, Hamílcar de Garcia, Homero de Castro Jobim, Josué Guimarães, Justino Martins, Juvenal Jacinto, Lila Ripoll, Marcos Iolovich, Moisés Vellinho, Nilo Ruschel, Oto Alcides Ohweillerg, Pedro Wayne, Raul Ryff, Reinaldo Moura, Telmo Vergara, Nogueira Leiria, entre outros⁹⁸.

O evento iniciava e contava com um grande público, reunindo cerca de duzentos e cinquenta delegados, todos intelectuais, alguns convidados estrangeiros e o público em geral, que pode assistir a algumas sessões de discussão do evento nas galerias do teatro. De modo geral, segundo Ana Paula Palamartchuk, “cerca de duas mil pessoas, entre escritores, leitores

⁹⁷DUARTE apud LUCA, T. R. de. *Ibidem*, p. 103.

⁹⁸ Carlos Guilherme Mota enumera cada delegação dos estados e seus participantes: MOTA, C. G. **Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974): Pontos de partida para uma revisão histórica**. 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 2008, p. 177-178.

e ‘fãs’, compareceram às galerias para assistir à sessão inaugural do Congresso, cujo ingresso era público e gratuito”⁹⁹. Aníbal Machado, que era presidente da mesa diretora do Congresso e também da Associação, abriu os trabalhos do evento. Ao seu lado, no papel de vice-presidentes do encontro, estavam Sérgio Milliet, Dyonélio Machado, Murilo Rubião e Jorge Amado. Seus secretários eram Francisco de Assis Barbosa, Mário Neme, Lia Correia Dutra, Otto Lara Resende, Cristiano Cordeiro, Alberto Passos Guimarães e **Justino Martins**¹⁰⁰.

Carlos Guilherme Mota afirma que na plateia do evento estavam participando alguns convidados estrangeiros, “como Pierre Monbeig e Roger Bastide (da França) ou Jaime Cortesão (Portugal)”, instituições como a UNE e sindicatos dos jornalistas profissionais e dos autores de teatro, além de outros intelectuais brasileiros¹⁰¹. O encontro tinha um propósito principal: fazer valer o trabalho do escritor, dando a ele o reconhecimento necessário e, para isso, a questão dos direitos autorais dos escritores e a liberdade de expressão, frente à política censora do DIP, foram os cerne para muitas discussões.

E foi justamente a demanda de entender o papel social do escritor na sociedade que fez com que os escritores se reunissem. E este papel social só poderia se constituir e ser entendido e estendido com a liberdade de expressão e a democracia. Muitas teses apresentadas conclamavam pela democratização dos acessos à educação e cultura, em um tom nítido de crítica desses intelectuais ao pouco investimento do governo varguista às classes mais baixas¹⁰². Além disso, também entrava para o debate os apontamentos a respeito do direito ao voto para todos os brasileiros. Para Palamartchuk, “nesse debate, aspectos políticos, que dialogam com aspectos éticos, eram expressões da atribuição da função ‘civilizadora’ do escritor, ao mesmo tempo em que eram minados pela intervenção despolitizadora e homogeneizante do mesmo Governo Vargas”¹⁰³. Assim, o debate político e a situação do Brasil naquele contexto ganhou destaque na discussão dos intelectuais reunidos em conjunto com as demandas que lhe eram próprias. De acordo com Mota, no Congresso:

Foram montadas comissões para apreciação de teses; para análise da questão de direitos autorais; de cultura e assuntos gerais; de teatro, imprensa, rádio e cinema; assuntos políticos. E uma comissão de redação e coordenação.

⁹⁹ PALAMARTCHUK, A. P. Hamlet **acabará Narciso? Associação Brasileira de Escritores (1941-1945)**, Revista Antíteses, Londrina, v. 6, n° 11, p. 100-126, jan./jun. 2013, p. 105.

Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/15592>>, acesso em 01 nov. 2017.

¹⁰⁰ MOTA, op. cit., p. 177-178. Grifo meu.

¹⁰¹ MOTA, op.cit., p. 176-177.

¹⁰² Fernando de Azevedo leu um importante documento a respeito da democratização da cultura que versava também sobre a política, conforme I CONGRESSO BRASILEIRO DE ESCRITORES, 1945, p. 95 apud PALAMARTCHUK, 2013, p.117.

¹⁰³ PALAMARTCHUK, op. cit., p. 101.

Foram aprovadas treze teses; dezessete outras foram recomendadas à publicação nas Atas do Congresso¹⁰⁴.

Neste sentido, a comissão de assuntos políticos era a mais tensa. Isso porque o Congresso estava sendo preparado desde o ano anterior e havia, segundo Palamartchuk, muita divergência no posicionamento político dos futuros congressistas e nas suas opiniões frente à política varguista. Muitos eram comunistas ou sinalizavam certa simpatia pelo PCB, e o partido, na década de 1940, articulava apoio ao governo de Vargas, em prol da união nacional contra o nazismo e o integralismo. Mário de Andrade, por exemplo, que participava dos preparativos para o Congresso era contra os comunistas bem como com o desenrolar do governo Vargas¹⁰⁵. Chama a atenção também, a participação empolgada de Carlos Lacerda. Ele vinculou-se, no Congresso, à comissão de assuntos políticos e, por isso, teve de travar diálogos e discutir teses com Dyonélio Machado, comunista e participante da mesma comissão. Além deles, segundo Palamartchuk, faziam parte deste grupo:

Praticamente todos os nomes diretamente envolvidos na própria organização do congresso: Alberto Passos Guimarães, Jorge Amado, Astrojildo Pereira, Osório Borba, Eduardo do Prado Kelly, Iair Rebelo Horta, Carlos Drummond de Andrade (que não compareceu ao evento), Moacir Werneck de Castro, Carlos Lacerda, Caio Prado Júnior, Paulo Emílio Sales Gomes, Dyonélio Machado, Arnon de Melo, Fritz Teixeira de Sales e Raul Riff¹⁰⁶.

Ao longo do Congresso, muitos debates foram travados a respeito do momento político brasileiro. Não se poderia dissociar o evento do contexto em que ele se inseria. Menos ainda o exercício da profissão de escritor e intelectual, que exigia, por sua natureza, a preocupação com o público leitor e, principalmente, a defesa da liberdade de expressão e dos direitos democráticos:

Os escritores conscientes da sua responsabilidade na interpretação e defesa das aspirações do povo brasileiro, e considerando necessária uma definição do seu pensamento e de sua atitude em relação às questões políticas básicas do Brasil, neste momento histórico, declaram e adotam os seguintes princípios: Primeiro - A legalidade democrática como garantia da completa liberdade de expressão do pensamento, da liberdade de culto, da segurança

¹⁰⁴ MOTA, op.cit., p. 178.

¹⁰⁵ A respeito da posição de Mário de Andrade, Palamartchuk cita uma fala sua: “Já sabemos de fonte certa que o filho da puta de um grande romancista pseudo-esquerdista vem atrapalhar a dignidade da inteligência brasileira propondo apoio ao governo. O caso está se tornando grave porque o homem, além de ficar na posição comodista, arrasta muita gente para o mesmo comodismo fácil e gordo. Seria uma vergonha que, segundo penso, nos afeta a todos. Em São Paulo, há um grupo consciente e coeso que repudiará isso e as palavras de ordem de Moscou, da mesma forma que repudia Churchill na Grécia e as Nações Unidas [...] na Itália” (Cançado apud PALAMARTCHUK, op. cit., p. 107).

¹⁰⁶ PALAMARTCHUK, op. cit., p. 111.

contra o temor da violência e do direito a uma existência digna. Segundo - O sistema de governo eleito pelo povo mediante sufrágio universal, direto e secreto. Terceiro – Só o pleno exercício da soberania popular em todas as nações torna possível a paz e a cooperação internacionais, assim como a independência econômica dos povos. CONCLUSÃO - O Congresso considera urgente necessidade de ajustar-se a organização política do Brasil aos princípios aqui enunciados, que são aqueles pelos quais se batem as forças armadas do Brasil e das Nações Unidas¹⁰⁷.

Por fim, há um ponto importante ainda a ser levantado que é o de que o I Congresso Brasileiro de Escritores não contou com uma ativa atenção da imprensa nacional. Isso porque, provavelmente, os jornais estavam mais preocupados com a cobertura do desenrolar da guerra na Europa ou haviam recebido recomendações, digam-se, estratégicas, do governo para não cobrir o evento. Felipe Victor Lima fez uma atenta análise dos jornais de São Paulo, *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde*, *Correio Paulistano*, *Diário de São Paulo* e o *Estado de São Paulo*, que realizaram uma cobertura mais significativa, uma vez que, como o evento se dava naquele estado e movimentava a cidade com muitas pessoas vindas de fora e que usaram o espaço do Teatro Municipal para as conferências. Segundo Lima:

A imprensa, órgão dos mais interessados nos resultados do evento, exaltava a iniciativa dos escritores, em favor dos direitos básicos de uma sociedade dita democrática, a saber, a liberdade de opinião. Apesar da censura ainda atuar de forma um tanto quanto debilitada, até pelo enfraquecimento aparente do regime estado-novista, as críticas ao governo eram feitas de forma velada, implícitas em artigos dedicados a temas gerais, em grande parte relacionados ao processo de redemocratização da Europa, diante da eminente derrota das forças do Eixo¹⁰⁸.

Já no caso da imprensa do Rio de Janeiro, a cobertura no *Jornal do Brasil*¹⁰⁹, dirigido por Pereira Carneiro, foi bastante tímida, quase nula. Há pequenas notas a respeito do Congresso, a primeira delas data da quarta-feira, 17 de janeiro de 1945, em que anunciava o embarque da delegação da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, sediada no Rio de Janeiro, para São Paulo¹¹⁰. Já no dia 23 janeiro do mesmo ano, portanto, concomitante ao evento, o *Jornal do Brasil* publicou uma nota – a maior das que apareceram no periódico –

¹⁰⁷ I CONGRESSO BRASILEIRO DE ESCRITORES, 1945, p.154-156 apud PALAMARTCHUK, op. cit., p. 124.

¹⁰⁸ LIMA, Felipe Victor. **O Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores: movimento intelectual contra o Estado Novo (1945)**. 2010. 229 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 47. Disponível em <www.teses.usp.br/.../publico/2010FELIPEVICTORLIMA.pdf>, acesso em 01 nov. 2017.

¹⁰⁹ Acervo online: **Hemeroteca Digital Brasileira/ Biblioteca Nacional**: <www.hemerotecadigital.bn.br>, acessos dias 01, 02 e 03 nov. 2017.

¹¹⁰ **Jornal do Brasil**, 17 jan. 1945, n. 13, p.10. Disponível em **Hemeroteca Digital Brasileira/ Biblioteca Nacional**: <www.hemerotecadigital.bn.br>, acessos dias 01, 02 e 03 nov. 2017.

intitulada *Congresso de escritores*, escrita pela poetisa mineira, Maria Eugenia Celso. Ela pontuava que:

Pela primeira vez, de 22 a 27 deste mês de Janeiro, reúnem-se em assembleia escritores de todos os nossos Estados: prosadores, jornalistas, poetas, ensaístas, críticos, teatrólogos, novelistas, professores, homens de letras de todas as escolas e de todos os matizes, a fim de assentarem, juntos, o que deve ser feito em defesa da Cultura e dos interesses do escritor. [...] São múltiplas as questões a discutir, complexos e delicados por certo, muitos dos problemas a solucionar, variadas e muita vez antagônicas as opiniões a equilibrar e as tendências a harmonizar, mas o clima de cooperação em que se vão desenvolver estes trabalhos há-de, certamente, facilitar a concórdia eficiente dos resultados¹¹¹.

E, por fim, lança mão da crítica que vai percorrer parte do Congresso: a falta de liberdade de expressão que assolava a sociedade brasileira durante os anos do Estado Novo: “o perigo da literatura dirigida, cerceando a mais sagrada das liberdades humanas: a liberdade de pensar, e dirigida por que lado for, direita ou esquerda, é dos que merecem a mais escrupulosa atenção”¹¹². Somente no dia 11 de março de 1945 é que o jornal voltará a mencionar o I Congresso Brasileiro de Escritores, dada a comemoração ocorrida no Rio de Janeiro pelo sucesso do evento de São Paulo¹¹³. Naquele dia, o periódico assinalou a “manifestação de civismo e de fé na democracia” que permeou o reencontro dos intelectuais, em um almoço oferecido por eles aos organizadores do Congresso, Aníbal Machado, Sérgio Milliet e Dyonélio Machado, em reconhecimento pelo êxito do encontro. No almoço, segundo a nota do jornal, compareceram cerca de duzentas pessoas, dentre muitos eram congressistas. Além disso, após a refeição seguiu-se uma série de falas em agradecimento às discussões de janeiro. Foram feitas saudações às mulheres congressistas, aos estudantes representados pela UNE e ao candidato Eduardo Gomes, puxada por Carlos Lacerda. Também foram aplaudidos e saudados os antifascistas, conforme o jornal. Assim, “finalizando o almoço, usou da palavra o Sr. Osório Borba, que exprimiu a admiração da intelectualidade brasileira, pela ação daqueles três escritores, não só à testa do Congresso, mas em toda a sua vida em toda a sua obra de homens de letras representativos dos anseios do povo brasileiro”. Era um elogio claro ao pioneirismo do encontro, as suas discussões e a sua capacidade de reunir a intelectualidade brasileira, ainda que uma minoria, em torno das ideias de democracia e da liberdade de pensar.

¹¹¹ **Jornal do Brasil**, 23 jan. 1945, n. 18, p.5. **Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional**: <www.hemerotecadigital.bn.br>, acessos dias 01, 02 e 03 nov. 2017.

¹¹² **Jornal do Brasil**, 23 jan. 1945, n. 18, p.5. **Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional**: <www.hemerotecadigital.bn.br>, acessos dias 01, 02 e 03 nov. 2017.

¹¹³ **Jornal do Brasil**, 11 mar. 1945, n. 58, p. 6. **Hemeroteca Digital Brasileira/ Biblioteca Nacional**: <www.hemerotecadigital.bn.br>, acessos dias 01, 02 e 03 nov. 2017.

Embora a inserção do evento na imprensa tenha sido tímida, o significado do Congresso, em conjunto com as outras atividades que surgiram de contestação do regime, foi muito importante. No Estado Novo, as mentes pensantes eram muito visadas. Ou por serem subversivas, aos olhos do governo, devendo ser fichadas, interrogadas, repreendidas ou presas, quando se considerou que assim deveria ser feito, ou por fazerem pensar as outras mentes do Brasil, que era o restante da população. Quando os escritores resolveram se reunir – e como foi visto, o Congresso contou com a participação de parte significativa da intelectualidade brasileira – o Estado não conseguiu reagir a ponto de cerceá-los a liberdade de falar e discutir. Daí o protagonismo daqueles intelectuais reunidos e das discussões levantadas por eles. Ao que parece, não houve resistência de parte dos agentes do governo diante daquela mobilização. Curioso, pois o mesmo ocorria em uma grande cidade e em um ponto muito conhecido, o Teatro Municipal. O Congresso contou com uma participação intelectual bastante heterogênea: muitos deles haviam sido presos pelo Estado Novo, outros, colaboravam com ele. Aqueles que não concordavam com o que Vargas vinha fazendo como presidente viram-se em uma situação privilegiada para contestá-lo, o que em outros momentos, possivelmente, não poderiam fazer. Além disso, é possível pensar que mesmo aqueles que em algum momento apoiaram o presidente, já não o faziam, causando instabilidade no governo.

Capítulo 2

Justino Martins, jornalista e diretor da *Revista do Globo*: um estabelecido durante o Estado Novo.

Certa vez, lendo o livro do professor Benito Schmidt, *Um socialista no Rio Grande do Sul. Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)*, originado a partir de sua Dissertação de Mestrado sobre a biografia de um militante e operário socialista português que veio para o Rio Grande do Sul, me deparei, logo na apresentação do livro, com uma citação do livro de Robert Darnton, *Boemia literária e revolução*, na qual ele reflete a validade de se desenterrar histórias soterradas “por tantas camadas de história”. Darnton questiona essa tarefa para entender a relevância de seus estudos sobre a literatura clandestina que circulou na França do século XVIII, que ele se propunha naquele livro. Para ele:

Reconstruir mundos é uma das tarefas essenciais do historiador, e ele não a empreende pelo estranho impulso de escarafunchar arquivos e farejar papel embolorado – mas para conversar com os mortos. Fazendo perguntas aos documentos e prestando atenção às respostas, pode-se ter o privilégio de auscultar almas mortas e avaliar as sociedades por elas habitadas. Se rompermos todo contato com mundos perdidos, estaremos condenados a um presente bidimensional e limitado pelo tempo: achataremos nosso próprio mundo¹¹⁴.

Talvez não tenha sido a intenção imediata do historiador estadunidense, já que o questionamento é apontado para o seu estudo na época, mas, ao construir essa reflexão, ele está também pensando sobre o objetivo de se pensar e fazer a história, que é, para a maioria dos/das historiadores/as, o de desenterrar histórias soterradas, resgatar memórias, conversar com os mortos, em busca de informações pertinentes que eles podem nos dizer ou mostrar caminhos para o seu estudo no entendimento da sociedade. Não se trata de uma tarefa mediúnica, como recomenda Schmidt, mas sim de perseguir caminhos outrora percorridos em busca daquilo que podemos afirmar ou negar sobre o passado, em uma determinada época e lugar. Esse caminho nem sempre é feito de estradas em boas condições e, muitas vezes, quase sempre, o pesquisador se depara com pedras, como o extravio, a falta de documentação ou a falta de conservação das fontes de pesquisa (quantas histórias deixaram e deixarão de ser contadas por causa dessas pedras!). Perseguir caminhos é também ler aquilo que foi deixado, que ainda resiste à ação do tempo e que foi guardado, buscar referências bibliográficas, pesquisadores que executaram estudos próximos ao seu, ou nomes contemporâneos ao objeto

¹¹⁴ DARNTON apud SCHMIDT, B. B. *Um socialista no Rio Grande do Sul. Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000, p. 11.

de estudo, enfim, tudo aquilo que cerca a pesquisa historiográfica.

A *Revista do Globo* é, nesse exercício de reflexão, um material riquíssimo para avaliar o comportamento de uma parcela da sociedade, na qual ela estava inserida. O periódico começará, a partir deste momento, a ser mais citado e referenciado, pois, nos dois capítulos que seguem, esta será a fonte para pesquisa historiográfica sobre o mundo onde se encontrava Justino Martins.

2.1 Portas de livrarias e outros espaços de sociabilidade pública de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 1940

A pesquisa aqui empreendida sobre apenas um ano dos nove em que Justino Martins esteve à frente da direção da *Revista do Globo* é bastante tributária tanto dos ensinamentos de Darnton quanto dos de Schmidt. É, antes de tudo, uma tentativa de reconstruir a particularidade de um mundo. Especialmente, o mundo das ideias, localizado temporalmente na década de 1940, em uma Porto Alegre urbana, que vivenciava, de maneira ativa, a circulação de seus escritores, jornalistas e políticos entre os cafés, jornais e bares da cidade e nas livrarias da rua da Praia, considerada por muitos como a “artéria intelectual da cidade”. Não se trata aqui de fazer um estudo sobre a cidade de Porto Alegre. O livro de Charles Monteiro, *Porto Alegre e suas escritas. História e memórias da cidade*, faz isso de uma forma primorosa, tangenciando, em vários momentos, o assunto aqui abordado. A ideia deste trabalho é, desde o seu primeiro capítulo, quando se buscou cercar o contexto do qual está tratando, apresentar um lugar específico da cidade onde está sentado na cadeira da redação da mais importante revista que o estado já teve, a *Revista do Globo*, uma pessoa também específica, que é Justino Martins. A editora, a livraria, a revista, as pessoas que nelas circulavam e a modernidade que Porto Alegre experimentava na década de 1940 fazem parte de um mesmo mundo. É na “artéria intelectual da cidade” que esses elementos se encontravam. O estudo de Charles Monteiro, sobre a cidade de Porto Alegre na década de 1940, caracteriza a rua da Praia como:

Um espaço de experiências urbanas e de atuação profissional de um grupo de letrados; um território delimitado pelos seus trajetos a pé entre os cafés, restaurantes, bares, cinemas, hotéis, clubes, casas comerciais, bancárias e, sobretudo, repartições públicas, livrarias e redações de jornais onde trabalhavam. Mas, também, um lugar de memória, um espaço urbano de

referência para elaboração da memória das experiências de um grupo de letrados em Porto Alegre¹¹⁵.

É importante, portanto, compreender o local do qual se está falando, para compreender as pessoas que nele circulam. Porto Alegre, assim como outras cidades do país, passou por importantes mudanças na sua paisagem urbana, na primeira metade do século XX. Para Monteiro, “Porto Alegre deixou de ser uma cidade provinciana e isolada no extremo sul do Brasil, para tornar-se uma metrópole moderna em contato com o centro do país e o exterior”¹¹⁶. É na Porto Alegre que começava a respirar os ares da modernidade que a *Revista do Globo* localizada na rua da Praia, ou dos Andradas, 1416, 5º andar, foi criada. Sobre a criação do periódico, o sociólogo Odaci Luiz Coradini reflete que:

Numa situação de frágil institucionalização, ou, pelo menos, de dispersão da produção ou da transmissão da cultura erudita, até o início dos anos 1930, os principais pontos de aglutinação de intelectuais, no Rio Grande do Sul, encontram-se nos jornais, além de revistas de duração efêmera ou com público específico. A primeira publicação que conseguiu permanecer por mais tempo e também compartilhar em termos mais gerais da ‘problemática legítima’ (Bourdieu, 1979, p. 465) na esfera da ‘cultura’ e da ‘política’, em âmbito regional ou nacional, foi a *Revista do Globo*, a partir de 1929¹¹⁷.

A frente da Livraria, na rua da Praia, centro da capital do estado, era um lugar privilegiado para a circulação cultural; era, usando a ideia trazida por Coradini, “um dos principais pontos de aglutinação de intelectuais”. Pode-se afirmar, inclusive, que parte da modernização que a cidade passou era também advinda da cultura, que também se intitulava moderna, e que circulava por esse logradouro. A capital do estado contava com uma revista própria, editada e impressa aqui, que dava espaço aos autores locais, mas também aos nacionais e internacionais, não sendo necessária, embora fizesse, a importação das ideias que circulavam no centro do país e até mesmo fora dele. Ainda que um forte intercâmbio de informações existisse entre as regiões e seus escritores, na rua da Praia reunia-se a elite letrada do estado: escritores/as, funcionários públicos, professores, estudantes da Universidade de Porto Alegre, intelectuais, jornalistas, diversas outras pessoas que tinham a sua profissão, e eram também escritores, e vários políticos do Rio Grande do Sul, que utilizavam a frente da Livraria como um ponto de encontro para a troca de ideias e

¹¹⁵ MONTEIRO, C. **Porto Alegre e suas escritas. História e memórias da cidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, p. 40.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 39.

¹¹⁷ CORADINI, O. L. **As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões de elites culturais no Rio Grande do Sul (1920-1960)**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 32, p.125-144, 2003, p. 128. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2199>>. Acesso em: 20 out. 2017.

informações variadas¹¹⁸.

Além da porta da Livraria do Globo, outros espaços de sociabilidade pública podiam ser encontrados pela cidade, nas cercanias da rua dos Andradas, como o Café Colombo e Confeitaria Central, que ficavam um de frente para o outro¹¹⁹. Circular por esses espaços era muito importante para aquele que desejava conhecer e ser conhecido. Nas palavras de Monteiro, “todo cidadão de destaque social devia frequentar ao menos esporadicamente esses locais para ver os seus pares e ser visto”¹²⁰. Augusto Meyer, um desses “cidadãos de destaque” da sua época comenta sobre o convívio à porta da Livraria do Globo:

Mas quem diz Rua da Praia também diz Livraria do Globo. E aqui seria necessário avivar a fantasia, puxar pela memória, convocar engenho e arte, seu eu quisesse explicar às direitas o que chegou a significar para aquele momento da minha vida a Rua da Praia aos sábados, em frente da Livraria do Globo. (...) Os habituais da Livraria do Globo, atraídos pelo desfile, agrupavam-se às portas, ou encostavam-se ao anteparo das vitrinas. Observou certa vez o Velho Bertaso que, além do prejuízo inevitável que lhe davam com a edição das suas obras ainda tapavam as vitrinas da Livraria, julgando-se mais interessantes do que os livros expostos¹²¹.

Pensar as portas de livrarias e outros espaços de sociabilidade que Porto Alegre tinha na primeira metade do século XX é também pensar a cidade como um lugar plural de experiências e vivências, pois, de acordo com Monteiro, “os diferentes sujeitos se apossam desse espaço, o experienciam e produzem uma memória escrita que explica a dinâmica própria do construir-se desses grupos sociais na cidade, bem como desses grupos construírem a cidade enquanto tecido, trama, rede de relações sociais, econômicas, políticas, culturais e simbólicas”¹²². Os diversos livros estrangeiros que a Editora do Globo buscava traduzir, expor nas vitrines da Livraria e divulgar na revista, ao lado dos escritores nacionais que se tornavam conhecidos naquele momento, ou que já estavam consagrados, faziam parte também das leituras dos grupos letrados que circulavam pelo centro da capital.

Entender isso é reconstruir um mundo, um mundo de uma Porto Alegre intelectual que partilhava ideias, mesmo pontuando, por outro lado, duas considerações: a primeira diz respeito a questão da censura às publicações, como uma política de Estado desde os anos de

¹¹⁸ Monteiro, ao longo do seu livro, salienta que estes espaços de convivência eram frequentados majoritariamente por homens, por isso, aqui, não foram trazidos espaços frequentados pelas mulheres: MONTEIRO, op. cit., p. 42.

¹¹⁹ Na década de 1920, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, espaço social igualmente importante para os intelectuais das décadas de 1930 e 1940.

¹²⁰ MONTEIRO, op. cit., p. 42.

¹²¹ MEYER apud TORRESINI, E. R. **Editora Globo: uma aventura editorial nos anos 30 e 40**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Com-Arte; Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999, p. 83.

¹²² MONTEIRO, op. cit., p. 20-21.

1930 e, mais ainda, com a entrada do país na guerra. A segunda observação é no que tange ao acesso e hábito da leitura, que não eram disponíveis para toda população e sim, majoritariamente, para um grupo privilegiado que tinha condições de mantê-lo. Por isso, quando se trabalha com o grupo de intelectuais deste período, se está mais uma vez discutindo sobre um pequeno grupo, que tinha formas de acessar a leitura e a literatura, que a maioria da população, ainda analfabeta, não possuía.

2.2 Como Justino Martins se tornou um jornalista *estabelecido*.

Essa Porto Alegre intelectual era composta por vários nomes. Alguns já foram inclusive citados em outras linhas deste trabalho. E um deles era o de Justino Martins. Como diretor da principal revista de variedades do estado, a partir de 1939, Martins detinha um lugar de privilégio frente aos demais intelectuais, escritores e escritoras da sua época, justamente pela posição que ocupava neste meio cultural e intelectual. É possível, portanto, afirmar que Justino se tornou um *estabelecido* dentro da sociedade portoalegrense, na perspectiva teórica de Elias e Scotson, já apresentada na introdução deste trabalho. Ele ditava as regras de participação dos demais escritores na revista, permitia ou não a publicação de seus textos.

No outro extremo dessa perspectiva, encontravam-se os *outsiders*, aqueles que não conseguiam ingressar no grupo de letrados da época. Em um estudo bastante pertinente sob esse ponto de vista, Soraia Bertin¹²³ analisa a trajetória intelectual de Luiz Leon Petit, um farmacêutico, dono de laboratório, considerado conservador e anticomunista, que enviava as suas análises sobre política, economia e sociedade para os maiores jornais de Porto Alegre, no período posterior ao fim do Estado Novo. Petit tinha os seus textos publicados nas colunas “a pedido” dos jornais *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, portanto, pagas por ele mesmo, e também publicou um livro todo custeado pelo seu próprio bolso¹²⁴. Bertin afirma que seus escritos eram “um misto de pronunciamentos de valores, ideias e denúncias de casos de corrupção e de ‘imoralidade pública’”¹²⁵, e, embora Petit almejasse participar dos grandes círculos de escritores da capital, nunca manteve um tom ameno nas suas críticas, pelo contrário, eram sempre, de acordo com a pesquisa de Bertin, bastante duras.

Mesmo se tratando de um período posterior à análise deste trabalho, o exemplo do Sr. Petit é instigante para entender a dinâmica que o espaço intelectual da Porto Alegre dos anos

¹²³ BERTIN, S. **Luiz Leon Petit: Um “outsider” no meio intelectual porto-alegrense (1945-51)**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso de História. UFRGS: Porto Alegre, 2011.

Disponível em < <http://hdl.handle.net/10183/37067>>, acesso em 23 set. 2017.

¹²⁴ PETIT, L. L. **Ruínas de um regime e decadência de uma época: A desgraça que se abate agora sobre o Brasil decorre da falta de carácter** (*sic*). Porto Alegre: Organizações Sulina, 1950.

¹²⁵ BERTIN, op. cit., p. 6.

1940 impunha aos que tentavam acessá-lo. Ele era contemporâneo de Justino Martins e muito provavelmente o conheceu, já que o Sr. Petit tentara, insistentemente, segundo Bertin, publicar os seus textos nos meios impressos da cidade. Bertin classifica o Sr. Petit como um *outsider*, dentro da mesma perspectiva teórica de Elias e Scotson que aqui é utilizada, pois ele tentara se inserir no ambiente intelectual portoalegrense, o qual podemos colocar Justino Martins como um expoente do espaço dos *estabelecidos*, não tendo, no entanto, sucesso na tentativa. O Sr. Petit e Justino Martins, portanto, localizavam-se nos extremos do mesmo espaço social.

No entanto, para se afirmar que Martins ocupava um lugar de destaque dentro do meio intelectual de sua época, é necessário também compreender quem eram considerados intelectuais naquele momento, e o espaço ocupado por Justino nos empreendimentos Globo, que permitiu que ele fosse (re)conhecido e mantivesse relações dentro e fora do seu espaço de ação. Assim, para Coradini, ser intelectual, no contexto das décadas de 1930 e 1940, significava:

Ser alguém que publica, as principais atividades reconhecidas como ‘intelectuais’ estão mais associadas à literatura e ao jornalismo, o que não exclui outras, tais como as de ‘historiador’, ‘ensaísta’, ‘filósofo’, ou mesmo ‘sociólogo’, nem o fato de que a maior parte dos ‘intelectuais’ do período, em termos de condições profissionais formais, fosse constituída de ‘profissionais liberais’ e de ocupantes de cargos públicos ou de organizações privadas, que quase nunca exerciam uma única profissão, além de manterem algum tipo de engajamento político¹²⁶.

A partir desse entendimento, e seguindo também as ideias de Sirinelli, para compreender a posição que os intelectuais ocupavam, é igualmente importante entender o deslocamento que Justino Martins percorreu até se tornar diretor do periódico e a sua localização dentro do espaço social onde estava. Assim, é necessário recuar no tempo e ver como ele chegou até a família Bertaso, percorrendo caminhos difusos para, então, assumir a cadeira na redação de uma das principais revistas do país na sua época. Erico Verissimo ajuda a verificar um possível início na carreira profissional de Martins na *Revista do Globo*:

Um mocinho que como eu também viera de Cruz Alta – Justino Martins era o seu nome – trabalhava como revisor na tipografia da Globo. De Souza Junior, que exerceu por algum tempo as funções de diretor da Revista, ao deixar o cargo sugeriu que Justino fosse nomeado seu substituto, o que se fez. Ninguém tinha muita fé naquele rapazote magro e moreno, de bigode fino, pouco dado a conversas. No entanto ele viria a revelar-se um prodigioso “revisteiro” e durante o tempo em que ele se ocupou do

¹²⁶ CORADINI, op. cit., p. 128.

quinzenário da Globo, esta publicação chegou a obter uma reputação nacional, graças à maneira como era feito e à maneira que publicava¹²⁷.

Justino Martins, “aquele rapazote magro e moreno, de bigode fino, pouco dado a conversas”, conforme o excerto citado de Erico Veríssimo, dirigiu a *Revista do Globo* entre os anos de 1939 e 1947. A direção de Justino Martins no quinzenário da família Bertaso poderia passar despercebida dentro de uma pesquisa que explorasse apenas o conteúdo das suas publicações, como, de fato, durante muito tempo, passou¹²⁸. A *Revista do Globo* surgiu em 1929 e circulou em Porto Alegre até o ano de 1967, com duas edições mensais. Sua matriz foi, inicialmente, a Livraria Globo, que fazia, desde o início do século XX, serviços de traduções, publicações e vendas de livros nacionais e internacionais e outros materiais gráficos para o público letrado do estado. Os empreendimentos Globo compreendiam a Livraria, Revista e, a partir de 1942, com mais funcionalidade¹²⁹, a Editora. Juntas, elas produziram boa parte dos livros e publicações que foram lidos e divulgados no Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX. A partir de 1931, com a saída de Mansueto Bernardi, convidado por Getúlio Vargas a assumir a Casa da Moeda, no Rio de Janeiro, as empresas Globo foram administradas por Henrique Bertaso, filho de José Bertaso, que tornou-as nomes de referência da produção e divulgação da cultura escrita do estado.

A *Revista do Globo* contou com alguns diretores, dentre eles Mansueto Bernardi, que a criou, Luiz Estrela e Erico Verissimo, que ficou na direção do periódico até 1936, quando Henrique Bertaso o convidou para auxiliá-lo na seção de literatura comercializada pela casa. Em 1939, contudo, a cadeira da direção passa a ser ocupada por Justino Martins, então com apenas vinte e dois anos, que já trabalhava com revisões e traduções na editora. Não há indícios muito claros do motivo para a escolha de Justino para o alto cargo da *Revista*, apenas a justificativa de que ele era um ótimo profissional, tendo o seu nome sugerido por Augusto Gonçalves de Souza Júnior e que o dono dos empreendimentos, José Bertaso, teria acatado a sugestão por ter Justino Martins como um bom empregado.

Possivelmente a ideia de “bom empregado” que Bertaso tinha de Martins relacionava-se com seus textos bem produzidos, mas, principalmente, por estar sendo indicado por De

¹²⁷ VERISSIMO, E. **Um certo Henrique Bertaso. Pequeno retrato em que o pintor também aparece.** Porto Alegre: Editora Globo, 1972, p. 53.

¹²⁸ Há inúmeras pesquisas sobre a *Revista do Globo* nas áreas da História, das Letras, do Jornalismo, da Publicidade, especialmente na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, talvez por essa abrigar todo o acervo fotográfico do periódico. No entanto, nenhuma se debruçou inteiramente sobre a direção de Justino Martins. Algumas tangenciam o seu nome, ou apenas o citam. O trabalho mais próximo a que tive acesso foi o de Marisângela Martins, citado em vários momentos neste trabalho.

¹²⁹ A editora era apenas uma seção da empresa, mas em 1942, tornou-se uma empresa com sede própria, na Avenida Getúlio Vargas, também em Porto Alegre. Para maiores detalhes, ver: <<http://www.pucrs.br/delfos/?p=globo>>, acesso em 15 out. 2017.

Sousa Júnior, que todos estimavam; como já afirmado anteriormente, ele era uma pessoa influente no meio intelectual da época, pois, além de escritor, havia sido diretor da Biblioteca Pública do estado e Deputado Estadual na Assembleia Constituinte do estado, em 1935¹³⁰. Ter o nome sugerido por De Sousa Júnior era um ponto importante para qualquer intelectual que circulava por Porto Alegre nos anos 1930 e 1940. Pode-se afirmar que isso foi determinante para a mudança de Justino Martins da editora, onde exercia atividades secundárias, para a direção da revista. A fase de direção de Martins, que iniciou no primeiro número do periódico de 1939, como se pode depreender da afirmação de Erico Verissimo, representou muito para a propagação das ideias a que a revista se propunha e para as vendas da revista, chegando inclusive a alcançar o nível nacional, e se tornar, junto com outra revista da época, *O Cruzeiro*, do Rio de Janeiro, uma das principais publicações do país.

Conterrâneo de Erico Verissimo, pouco se sabe da vida de Justino Martins nos tempos de Cruz Alta¹³¹. Nascido em 1917, portanto, há cem anos, ano também da Revolução Russa, morreu em 1983 e a sua vida é envolta em algumas informações desencontradas¹³². Sabe-se que Martins era filho não reconhecido de um estancieiro uruguaio, mas não se tem também informações de sua mãe. Trabalhou desde cedo, como balconista de sapataria, pedreiro e depois na Cooperativa da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, em Cruz Alta, descarregando vagões de açúcar, arroz e feijão. O fato de muito cedo ter tido que trabalhar para ajudar nos sustentos demonstra que Justino não vinha de uma família abastada, portanto, não teve condições de uma educação com privilégios. Isso, no entanto, não impediu que ele se interessasse pela literatura e fosse um homem culto.

Devido possivelmente à falta de oportunidades que a sua cidade oferecia e à influência de Erico Verissimo, que circulava por Porto Alegre e Cruz Alta com certa regularidade, tomando a capital do estado como um lugar que poderia lhe render alguma chance de trabalho, muito cedo Justino Martins veio para Porto Alegre, começando, assim, a trabalhar com revisões e, posteriormente, com traduções na seção da editora da família Bertaso. Provavelmente, a oportunidade de trabalhar com os Bertasos advinha da sua ligação com

¹³⁰ BAKOS, M. M.; PIRES, L. de A.; FAGUNDES, A. A. **Os escritores que dirigiram a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

¹³¹ Uma pesquisa ao acervo documental do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) foi realizada no intuito de se obter alguma documentação referente a Justino Martins, tanto para o tempo em que esteve em Cruz Alta quanto para a época de Porto Alegre. Nenhum documento foi localizado, nem mesmo a sua certidão de nascimento. Também fiz contato com a Prefeitura Municipal de Cruz Alta, com a Secretaria de Cultura, Turismo e Eventos, responsável pela Casa de Cultura Justino Martins, mas não houve nenhuma resposta a respeito de possíveis documentos do jornalista que possam estar salvaguardados lá. Em uma futura pesquisa, de maior vulto, será necessária uma ida à Cruz Alta para a verificação dos materiais que a casa guarda e o que mais é possível saber do jornalista.

¹³² Ver também: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2017/04/ha-cem-anos-nascia-justino-martins-o-maior-revisteiro-do-brasil-9782414.html>>, acesso em 10 out. 2017.

Veríssimo (que pode ter facilitado a entrada de Martins na empresa e, desta forma, no espaço onde se consagrou como jornalista), através de algum convite, uma vez que, a essa época, Verissimo já havia conquistado o seu espaço nas empresas Globo, traduzindo, escrevendo e publicando por ela. Casaram-se com duas irmãs: Martins com Lucinda e Verissimo com Mafalda, ambas também de Cruz Alta. Havia, portanto, o parentesco entre eles, mas também um laço de amizade. Justino casou-se outras vezes e teve dois filhos, Carlito, morto em um acidente, e Maria Valéria, que hoje é também jornalista, escritora e mora no Rio de Janeiro.

As poucas notícias que se têm de Justino Martins hoje, de pessoas que conviveram com ele, é de que ele tinha um talento nato para o jornalismo, o que fez com que ele se tornasse “o maior revisteiro do Brasil”. Algumas informações dizem que Martins teria vindo para Porto Alegre para tentar estudar no curso de Medicina e que começara a trabalhar na Globo para poder manter os estudos. No entanto, não há nenhum registro da sua passagem por esse curso, por isso, é um pouco difícil de localizar a veracidade da informação. Foi no jornalismo que o talento de Justino Martins ficou evidente. Ele foi um “jornalista autodidata” nos dizeres de alguns conhecidos seus mais saudosistas, em uma alusão ao sucesso que teve na carreira e que o fez circular pelo meio cultural com certa facilidade.

Ter talento e ser autodidata merecem atenção para o contexto desta pesquisa. No livro *Mozart: sociologia de um gênio*, Norbert Elias problematiza a relação de indivíduos, considerados artistas, com a sociedade do século XIX¹³³. Utilizada de forma bastante resumida nesse trabalho, a reflexão de Elias tenta compreender como Wolfgang Amadeus Mozart saiu de uma situação de isolamento social em Salzburg, na Áustria, para se tornar um dos mais respeitados compositores e pianistas de música clássica que já se conheceu. O compositor, ao longo da sua vida, demonstrou um talento e uma facilidade para a música nunca vistos, tocou para a aristocracia austríaca da sua época, mas não se rendeu aos seus caprichos. Pelo contrário, de acordo com Elias, Mozart tentara, através da sua música, romper com o caminho que lhe era destinado, a sua incorporação à corte, e que era um desejo de seu pai desde que percebera no menino o talento com o piano ao tocar as mais difíceis óperas. Para utilizar outro conceito de Elias já discutido na pesquisa, Mozart era um *outsider* dentro da sociedade aristocrática em que vivia.

Desta forma, Justino Martins também poderia ter sido um *outsider*, como foi o Sr. Petit e Mozart. No entanto, o jornalista soube utilizar a sua habilidade com a leitura e a escrita, ou seja, o seu talento, bem como as relações sociais que ele foi construindo dentro e fora da empresa dos Bertasos, a favor da sua profissão, mas, principalmente, a favor de si.

¹³³ ELIAS, N. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

Dada às devidas proporções, é possível pensar a vida de Justino Martins à luz da obra de Elias, e sugerir para ele também a noção de talento, algo que se manifesta ou se adquire e permite ao indivíduo se inserir em um meio. Depois de deixar a *Revista do Globo*, Martins e a sua família foram morar em Paris, onde continuou as atividades jornalísticas, escrevendo e enviando reportagens para periódicos do Brasil. Em Paris ficou até assumir a direção da *Revista Manchete*, de Adolpho Bloch, no Rio de Janeiro, onde também imprimiu a sua característica, que era a de deixar os periódicos sob a sua responsabilidade com aspectos considerados modernos. Nos vinte e cinco anos da *Manchete*, em 1977, Bloch deu uma entrevista para a edição especial do periódico¹³⁴, comentando sobre como conheceu Justino Martins:

- Lendo sempre a *Revista do Globo*, de Porto Alegre, observava a inteligência com que era feita: bons textos, boas fotos, boa paginação. Seu diretor era Justino Martins, jovem, brilhante e dinâmico. Ele foi fazer um estágio em Paris como correspondente de jornais e revistas do Brasil. Eu gostava de ler suas matérias. Meu amigo Erico Veríssimo sempre se referia a ele com muito entusiasmo. Em Paris, fui vê-lo no seu apartamento, na Rue Laos. Gostei do gaúcho. Começamos a conviver e descobri que tínhamos muito em comum. Convidei-o para dirigir *Manchete*, e até hoje ele é nosso irmão e patrimônio da Casa.

Em 2017, no Dia Nacional da Imprensa, a *Revista Press*, de Porto Alegre, escolheu Justino Martins como um dos jornalistas mais influentes que a imprensa do Rio grande do Sul já teve. Para comemorar a data e a escolha, o periódico lançou, em meio eletrônico, um material compilado da vida de Martins através do jornalismo¹³⁵. Para tanto, ao considerar Martins um profissional influente é necessário também tentar compreender o que significava ser jornalista nos anos 1930 e 1940 no Brasil para entender, posteriormente, o espaço ocupado por Martins e os recursos que a profissão lhe rendeu e que ele utilizou para se tornar um *estabelecido* dentro do meio intelectual porto-alegrense.

No dia 05 de janeiro de 1939, o jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, publicou uma matéria sobre o registro da profissão de jornalista¹³⁶. Segundo o periódico, no mês de novembro de 1938, havia sido sancionado o decreto-lei nº 910, por Getúlio Vargas, que autorizava o exercício da profissão, sendo admitidos para essa os locutores, os revisores e os fotógrafos com registro no serviço de identificação profissional do Departamento Nacional do

¹³⁴ Conforme <<http://revistapress.com.br/v15/index.php/nomes/justino-martins/>>, acesso em 14 set. 2017.

¹³⁵ Idem, acesso em 14 set. 2017.

¹³⁶ **Correio do Povo**, 05 jan. 1939, *O registro da profissão jornalística*, p. 7.

O fichamento do jornal *Correio do Povo*, bem como suas imagens e outros materiais acessórios sobre o tema me foram cedidos por Marisângela Martins. O fichamento foi feito pela então bolsista Alana Basso, a qual eu também agradeço.

Trabalho e nas Inspetorias Regionais do Ministério do Trabalho. Justino Martins era então revisor na Livraria do Globo e, se estivesse devidamente registrado junto aos órgãos competentes, era considerado um jornalista. Dada a inexistência de documentos que comprovem que ele foi ou não oficializar a sua atividade de revisor, ou, pelo menos até o momento, não se teve informação da sua existência, deduz-se que ele fez o seu registro, uma vez que em todo o período posterior a esse decreto-lei, Justino utilizou do título de jornalista para se apresentar como repórter, produzir matérias e entrevistas para as revistas em que trabalhou e se consagrar como um profissional da comunicação e um intelectual.

Essa legislação foi a primeira que a profissão de jornalista teve no Brasil, sendo assinada pelos sindicatos da categoria, em conjunto com o Ministério do Trabalho. É de se pensar, portanto, que, com a assinatura do decreto-lei, o Estado passava a controlar o exercício da profissão, tanto na sua forma como na exigência de registro. Em 1938, ano dessa assinatura, o país já vivia sob o contexto do Estado Novo e, portanto, nada mais condizente com um governo autoritário do que o controle do exercício da profissão daqueles que poderiam opinar e publicar contra ele e, quando pensava ser necessária, a censura de seus textos.

O jornalismo não significava uma atividade de destaque no Brasil, se comparado com o Direito, a Engenharia e a Medicina, que foram os primeiros cursos de ensino superior criados no país, ainda no século XIX, sendo um espaço ocupado majoritariamente por uma elite letrada, que era minoria. Tampouco havia formação específica em jornalismo. Durante muito tempo, a atividade de jornalista foi exercida em conjunto com as atividades tradicionais como a de bacharel em Direito, que abria espaço para a atuação na política, com a de médico ou com a de engenheiro. Ao fazer parte de um grupo bastante restrito que tinha acesso ao ensino superior, muitos conseguiam também espaço para escrever em jornais e revistas sobre política ou publicar algum texto. A respeito disso, em um trabalho importante sobre a história do ofício de jornalista no Brasil, a socióloga Fernanda Rios Petrarca afirma que “no final do século XIX e início do XX, médicos, advogados, escritores valiam-se do título de jornalistas para diversificar as esferas em que poderiam se inserir e atuar tanto profissionalmente como politicamente”¹³⁷. Desta forma, segundo a autora, o jornalismo era entendido como “uma ferramenta essencial para ampliar as possibilidades de atuação em esferas sociais diversas”¹³⁸. Essas esferas sociais diversas e ampliadas podem ser compreendidas, para o contexto no qual

¹³⁷ PETRARCA, F. R. “O jornalismo como profissão”: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas do Rio Grande do Sul. 2007. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia: UFRGS, Porto Alegre, 2007, p. 59. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/10761>>, acesso em 27 out. 2017.

¹³⁸ Idem.

o presente trabalho se localiza, como a cultura, e assim, a literatura, e a política, já que o exercício do jornalismo esteve, em vários momentos, relacionado e confundido com esses dois universos.

O país, até a segunda metade do século XIX, não apresentava um mercado editorial consistente, a ponto de conseguir manter a publicação de livros. Muitos escritores, que eram também profissionais de outros ramos e até políticos, valiam-se então do espaço que o jornal disponibilizava para promover a divulgação de suas obras, fossem elas contos, folhetins ou romances, e para formar redes de relações com outros escritores. No Rio Grande do Sul, durante a primeira metade do século XX, havia uma intensa circulação de jornais de caráter político-cultural, partidário ou ligados a instituições religiosas. De acordo com Petrarca,

Esse é o período em que a literatura e os literários ganham espaço na imprensa, momento de articulação entre a atividade do jornalista e o homem das letras. Os ‘homens das letras’, como eram comumente designados os literatos, procuravam encontrar, nos jornais, a notoriedade e a recompensa econômica que não encontravam nos livros. Para muitos literatos da época, como Lima Barreto, a literatura e a profissão de escritor representavam, no Brasil, um mau negócio devido à fraca divulgação das obras literárias¹³⁹.

No Rio Grande do Sul, muitos jornais e pasquins que surgiram ao longo do século XIX traziam, por um lado, “fortes influências ideológicas, políticas e religiosas e, por outro, eram destinados a se tornar folhetins literários que surgiram e desapareceram no estado”¹⁴⁰, portanto, mantinham a relação entre jornalismo, literatura e política. No momento do incremento à indústria editorial, que é o início do século XX, surgiu a Livraria do Globo, que possibilitou o acesso dos grupos letrados a livros e a literatura, agora não restrita apenas às publicações dos jornais. A *Revista do Globo*, surgida em 1929, nascia com o trabalho de divulgar a literatura e os escritores do estado, e também com a tarefa de “ser o principal meio de aglutinação dos ‘intelectuais’ em âmbito estadual”¹⁴¹. Assim sendo, não somente os empreendimentos Globo, mas também o jornalista Justino Martins, que se consagrou dentro deles, são frutos deste tempo.

Na tese de Petrarca, ela diferencia as modalidades de ingresso e ascensão na carreira jornalística (capítulo 6) entre os jornalistas “por vocação”, isto é, os profissionais autodidatas, aqueles que têm um talento nato para a atividade, e os jornalistas “por formação”, os que possuíam título acadêmico para o exercício da profissão. Justino Martins é colocado por seus contemporâneos como um homem que havia nascido para o jornalismo, portanto, tinha

¹³⁹ Ibidem, p. 64.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 63.

¹⁴¹ CORADINI, op. cit., p. 129

vocação para o ofício. Mas nascer para a profissão na qual se consagra e se torna reconhecido significava muito mais que um talento. Significa também possuir uma rede de relações sociais forte, mesmo que essa rede, em um primeiro momento seja composta por poucas pessoas, mas que permite a entrada no meio.

Para o sociólogo francês Pierre Bourdieu¹⁴², que interpretou a sociedade e os espaços ocupados pelos indivíduos ou grupos de indivíduos dentro dela, e considerou que nem todos têm acesso aos mesmos recursos sociais que a ela dispõe, o capital das relações sociais é muito importante. Esses recursos sociais, Bourdieu compreendeu como capitais, que estavam, por sua vez inseridos em um campo relativamente autônomo. Como a ideia de campo não se aplica ao contexto desta pesquisa e requereria uma análise mais profunda da teoria bourdieutiana, ao invés deste conceito e o de capital, se utilizou o de recursos sociais. Justino Martins fazia parte de um grupo privilegiado que discutia ideias de literatura e também se envolvia com a política. Mas a sua entrada dentro deste espaço foi permitida pela sua relação com Erico Verissimo e a sua permanência permitida pelo uso que ele fez dos recursos sociais existentes e as demais relações que ele formou dentro deste espaço. Essas relações envolviam a vinculação do jornalista a um meio de comunicação conhecido na sua época e os laços de amizade e/ou identificação política entre ele e os escritores e intelectuais.

O meio intelectual no qual Justino Martins passou a circular era bastante dinâmico e heterogêneo no tocante às ideias políticas que incidiam, inevitavelmente, sobre a produção literária. Havia escritores e intelectuais simpatizantes e até atuantes na política empreendida por Vargas durante o Estado Novo, assim como havia também os que eram bastante contrários e críticos a ela. Além desses, havia aqueles escritores que não compartilhavam da ideia de escrever uma literatura engajada com a política, uma literatura denunciativa. É o caso, por exemplo, de Erico Verissimo, que sempre se apresentou como um escritor que não confrontava uma tomada de posição política com a escrita literária¹⁴³. Sobre a posição que a literatura teve quando cotejada com a política durante o Estado Novo, no Rio Grande do Sul, Konrad afirma que:

A visão crítica de Pedro Wayne, Ivan Pedro de Martins, Cyro Martins e Dyonélio Machado contrastou com a orientação oficial de Manoelito de Ornellas, Vianna Moog, Emilio Kemp, Dante de Laytano e Moysés Vellinho, sendo intermediada pela obra de Erico Verissimo. A censura estadonovista não conseguiu impedir essa diversidade de manifestações da

¹⁴² BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 12 ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2009.

¹⁴³ Sobre essa característica de Erico Verissimo, é interessante ler a entrevista concedida por ele a Justino Martins na *Revista do Globo*, *Um mundo que nós queremos*, na edição 327, do dia 26 de setembro de 1942 (p. 25-29). A mesma entrevista, pela informação trazida na *Revista do Globo*, circulou no jornal *Correio do Povo* e na revista *Diretrizes*, do Rio de Janeiro.

literatura no período. A convivência entre os autores decorreu de uma política de ‘boa vizinhança’ para com os escritores no regime Vargas. Foi em consequência disso que no momento em que *Fronteira Agreste* foi apreendido, mesmo os autores que tinham cargos oficiais no Governo Estadual colocaram-se ao lado da obra de Ivan Pedro de Martins. A exceção foi Ângelo Guido¹⁴⁴.

O período auge da *Revista do Globo*, então sob a direção de Martins, coincidiu com o período do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial. É de se imaginar, portanto, que as ideias, nesse momento, estivessem sob vigília, conforme a política de censura e apreensão de materiais que não condiziam com os planos do governo. Como explicado no capítulo anterior, antes da criação dos DEIPs, em 1943, a tarefa de executar a avaliação e a censura era da polícia, que contava com uma seção de censura para cumprir o papel. Isso demonstra que o caso da censura no Brasil durante boa parte dos anos em que vigorou o Estado Novo foi considerado um caso de polícia. Para se ter uma ideia de como isso se operava, na ocasião da polêmica publicação do conto *Noite de Acampamento*, de Dyonélio Machado, na *Revista do Globo*¹⁴⁵, que provocou uma forte e agressiva resposta do tenente coronel Correia Lima, publicada no *Diário de Notícias*, a Machado e uma crítica ao periódico da rua da Praia pela publicação, Justino Martins, então responsável pela revista, o autor do conto e Décio Freitas foram detidos pelo 3º Exército a fim de dar explicações¹⁴⁶. No entanto, não há nenhuma menção a esse fato na *Revista do Globo* no ano de 1942. Analisando o artigo de resposta do tenente coronel no episódio, Marisângela Martins afirma o seguinte:

Correia Lima colocou-se no lado da verdade, do brio, da dignidade e do civismo para atacar Dyonélio Machado e os redatores e diretores da Revista do Globo. Sem nunca mencionar seus nomes - talvez para não lhes dar ainda mais notoriedade - o tenente-coronel lhes direcionou um conjunto de predicados altamente depreciativos, colocando-os como mentirosos, desrespeitosos, irracionais, desordeiros e oportunistas, devido ao fato de servirem e adotarem não ao Brasil, mas a outros países, o que fazia deles apátridas e traidores. Os efeitos de suas investidas eram tanto mais perigosos quando promovidas por trás da máscara da ‘democracia’, da ‘cultura literária’ e da ‘regeneração social’¹⁴⁷.

É interessante perceber, neste caso da polêmica com o conto de Dyonélio Machado, que envolveu outras pessoas, inclusive o diretor do periódico no qual o texto foi publicado, o quanto algumas pessoas eram visadas enquanto outras não. Erico Verissimo, por exemplo,

¹⁴⁴ KONRAD, op. cit., p. 237.

¹⁴⁵ *Revista do Globo*, Ano XIV, 1942, n° 328, p. 62-64.

¹⁴⁶ GERTZ, op. cit., p. 131.

¹⁴⁷ MARTINS, op. cit., p. 145.

publicou um conto, chamado *Os devaneios do General*¹⁴⁸ no mesmo periódico que Machado, também na direção de Martins, não tendo, no entanto, nenhum tipo de problema ou repercussão negativa, até onde se sabe, com a polícia ou com alguém que se sentisse ofendido com a escrita. O conto é a estória do general Chicuta Campolargo, que lutou bravamente na Guerra do Paraguai, na Revolução de 1893 e no conflito de 1923, mas que se via, no momento em que se passa a estória, como um velho oligarca delirante e decadente. Suas forças de combatente haviam cessado, relembra os tempos de guerra, os massacres dos quais participou, as mortes que havia cometido e fala com os mortos. O negro Petronilho, seu empregado, vingava-se dele com maldade por ter matado seu pai quando ainda era um menino, aproveitando-se da fraqueza do velho general para lhe fazer o que bem entendia, rindo e discriminando o patrão.

Como mencionado anteriormente, Justino Martins relacionava-se com Dyonélio Machado, inclusive testemunhando no caso do conto. Possivelmente eram amigos muito próximos, mas o que é importante destacar, nesse primeiro momento, é a chancela de Martins à publicação do conto de Machado no periódico de sua responsabilidade – o que lhes causou a apreensão. Justino não foi afastado da direção da revista em virtude desse caso, que envolveu, conforme se viu, a polícia e o seu alto escalão. Pelo contrário, permaneceu nela até 1947. No entanto, no mesmo ano da publicação do conto do médico comunista, Justino envolveu-se em outra polêmica, desta vez com Erico Verissimo e Vianna Moog. De acordo com a tese de Karina Ribeiro Batista, que é citada por Marisângela Martins, o fato foi o seguinte:

Em carta enviada ao escritor Viana Moog em outubro de 1942, Erico Verissimo desculpou-se com o amigo por conta de **uma desagradável nota sobre ele publicada por Justino Martins na Revista do Globo**. Verissimo se explicou:

‘O Justino é um sujeito inteligente e vivo, mas duma leviandade de garoto de doze anos. Essa irresponsabilidade tem dado dores de cabeça tremendas a todos nós. Complicações com a censura, com particulares... o diabo. O velho B. me pediu encarecidamente para censurar a Revista daqui por diante, a fim de evitar complicações’¹⁴⁹.

A nota publicada por Justino Martins é quase imperceptível, estando em um canto de página na edição 327 da revista, mas causou o desagrado de Vianna Moog. Moog, nessa

¹⁴⁸ **Revista do Globo**, Ano XIV, 1942, n° 327, p. 46-49.

¹⁴⁹ BATISTA apud MARTINS, M. T. A. **Justino Martins: um comunista no comando da Revista do Globo (Porto Alegre/1939-1947)**. VI Simpósio Nacional de História Cultural. Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar, Teresina/PI, 24 a 28 de junho de 2012, p. 5. Disponível em <<http://gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/anais/Marisangela%20T.%20A.%20Martins.pdf>>, acesso em 28 set. 2017. Grifo meu.

época, era um importante intelectual que também circulava pelos espaços de sociabilidade e a nota do jornalista poderia lhe indispor com outros intelectuais, que liam a revista, e, principalmente, com Getúlio Vargas. Isso porque a nota dizia:

VIANA MOOG RECUSOU-SE

Paul Frischauer terminou há pouco a biografia do Presidente Getúlio Vargas. O famoso escritor austríaco pediu a Viana Moog que escrevesse um prefácio para a obra. Moog recusou-se¹⁵⁰.

Frischauer foi o biógrafo oficial de Vargas. Não se sabe ao certo se ele convidou, de fato, Moog para prefaciá-lo em homenagem a Vargas, e se convidou se obtivera uma resposta negativa. O fato é que Moog, com essa nota de Martins, se sentia atacado pelo diretor da revista. A sua reputação junto aos intelectuais estaria ameaçada ou, pelo menos, comentada negativamente dentro do espaço social dos escritores do estado. Isso levou ao escritor leopoldense a escrever a Erico Verissimo, possivelmente por ter conhecimento da relação entre os cruz-altenses e por ter, em Erico, um escritor que se responsabilizaria pelas atitudes de Martins dentro do periódico, em função também da sua relação mais próxima com os Bertasos. Assim, na edição posterior da revista, na contracapa, lugar onde geralmente vinha alguma notícia da redação, Justino escreve outra nota, dessa vez, contornando a situação que havia se estabelecido entre ele, Verissimo e Moog¹⁵¹, afirmando que:

“Na secção ‘Escritores e Livros’ do último número da REVISTA DO GLOBO publicamos uma notícia, segundo a qual, o conhecido escritor Viana Moog, residindo atualmente no Rio de Janeiro, ter-se-ia recusado a prefaciá-lo um livro do escritor austríaco Paul Frischauer. Esta notícia de acordo com uma informação posterior do próprio autor de ‘Um rio imita o Reno’ carece completamente de fundamento”.

As duas notas, bastante breves, dizem muito de como alguns sujeitos do meio intelectual das décadas de 1930 e 1940 se comportavam e agiam. Verissimo, na sua correspondência de resposta a Moog, relativiza o comportamento de Martins, afirmando que ele tivera uma atitude de adolescente, dando certa razão a Moog e prometendo atitude. Possivelmente, devido ao desagrado de Moog, ele tenha conversado com Martins e solicitado uma nota de reparação, que foi publicada na edição posterior. Martins, ao afirmar que Moog recusara-se a fazer o prefácio sobre o presidente da República, mexia com os bríos do escritor mais velho.

¹⁵⁰ **Revista do Globo**, Ano XIV, 1942, nº 327, p. 16.

¹⁵¹ **Revista do Globo**, Ano XIV, 1942, nº 328, p. 1.

Apesar da situação anterior e levando em consideração a relação que Justino Martins tem com o meio intelectual, é possível afirmar que o jornalista era um *estabelecido* dentro da sua época, e talvez um dos mais importantes, pois era ele quem permitia o que podia ou não ser publicado na revista durante a sua direção, mesmo que isso lhe cause algumas indisposições. Ao ter um texto publicado em um periódico de grande vulto, como foi a *Revista do Globo*, qualquer escritor alçava para si uma notoriedade e projeção dentro do espaço cultural, as quais o Sr. Petit, anteriormente trabalhado, não possuía, mas almejava. É pensando também na repercussão que a nota de Martins teria, sendo veiculada em um periódico de nome como a *Revista do Globo* – e o quanto isso poderia afetar a sua notoriedade –, que Moog recorre da nota publicada pelo jornalista escrevendo a Erico Verissimo.

2.3 Justino Martins: um jornalista, um *estabelecido*, um comunista.

Como já tem sido trabalhado ao longo desta pesquisa, Justino Martins era um jornalista que possuía uma forte circulação pelo meio intelectual de seu tempo, a ponto de poder ser colocado como um *estabelecido*. Ele, na condição de situado em uma posição política de esquerda, pode manter uma relação muito próxima com Dyonélio Machado, que é sempre referido como um homem explosivo, de posições radicais e que gostava de incitar greves¹⁵². Machado, como já foi discutido no primeiro capítulo deste trabalho, foi atuante de grupos de esquerda e fazia parte dos quadros do PCB. Junto aos dois, formavam ainda um grupo que se relacionava, Ivan Pedro de Martins, que também teve uma obra sua envolvida em uma polêmica com o DEIP, Lila Ripoll e outros. Todos eles eram militantes de esquerda, associados ou não ao PCB. Lila também contou com o apoio do amigo e jornalista Martins para a publicação de seus textos e traduções no quinzenário, indicando, assim, mais uma vez, que ele abria as páginas da revista para os seus companheiros, possivelmente em um gesto de solidariedade, onde os laços de amizade e identificação política se mostravam importantes.

Ao longo desta análise, foi possível perceber que Justino Martins divulgava os textos daqueles considerados seus companheiros mais próximos. Foi o caso da referida Ripoll, de Cyro Martins e de Dyonélio Machado que, na ocasião da publicação de *O louco do Cati*, em 1942, contou com notas e comentários “elogiosos” sobre a obra nas páginas da revista¹⁵³, mas, de acordo com Marisângela Martins, “o livro praticamente não foi explorado em outros veículos locais”¹⁵⁴, evidenciando a estima e a amizade que o jornalista também tinha pelo

¹⁵² BERTASO, op. cit., p. 23.

¹⁵³ *O louco do Cati*, artigo de Hugolino Uflacker, **Revista do Globo**, Ano XIV, 1942, ed. 328, p. 74-75; *Dionélio Machado e a tragédia do Cati*, texto de Eloy Pontes, **Revista do Globo**, Ano XIV, 1942, ed. 323, p. 8-9.

¹⁵⁴ MARTINS, op. cit., p. 154.

médico. Além deles, outros escritores contaram com esse apoio de Martins, tendo os seus nomes aparecendo com recorrência na revista. É o caso de Dámaso Rocha, Oswaldo Peralva, Décio Freitas, Carlos Scliar e Gilda Marinho, que era também colaboradora na revista.

A vinculação do *estabelecido* Justino Martins a grupos de esquerda, mais precisamente ao PCB remonta à década de 1930, segundo Marisângela Martins. Ao que parece, em um primeiro momento, esse fato não ofereceu riscos ao cargo que ele ocupava na revista. Talvez a despreocupação dos Bertasos quanto ao posicionamento político do diretor da sua revista se desse, não pelo fato de eles serem favoráveis às ideias de esquerda, e sim porque, com Justino na administração e direção, a *Revista do Globo* havia alcançado uma reputação nacional, ao lado das grandes revistas comerciais do sudeste do país, colocando o nome da família Bertaso e dos seus empreendimentos como um dos mais importantes em circulação no Brasil. Isso fazia com que a *Revista* vendesse mais, alcançando, assim, lucros financeiros e simbólicos. No entanto, como indicado pela carta que Verissimo enviou a Moog, Justino andava causando dores de cabeça aos seus colegas por conta das suas “irresponsabilidades”. Em uma pesquisa próxima, seria interessante analisar que “irresponsabilidades” foram essas que afetavam tanto a Erico Verissimo, aos Bertasos e aos demais escritores mais velhos que circulavam pela *Globo*, e se elas foram verdadeiras. Se forem, possivelmente estavam ligadas ao envolvimento muito próximo de Justino com as ideias de esquerda e com o PCB, em um momento que o mesmo se encontrava na clandestinidade, e com os seus militantes, como Dyonélio Machado e Lila Ripoll.

Por outro lado, cumpre destacar que, desde 1938, o então chefe da polícia no Rio Grande do Sul, Aurélio da Silva Py, havia aprovado as instruções a respeito da censura no estado. Portanto, já desde a atuação de Justino na revista, ele estaria sendo observado pelo setor de censura de Py. No entanto, não é o trabalho de Justino que vai chamar a atenção da polícia e sim o contato dele com membros do partido. Sobre isso, de acordo com Marisângela Martins:

No início da década de 1940, a polícia interceptou várias correspondências enviadas por Tito Batini – escritor e dirigente do PCB em São Paulo – para Justino Martins, por meio das quais Batini pedia o empenho de Justino no sentido de usar todos os meios que estivessem ao seu alcance para manifestar apoio ao governo Vargas em sua decisão de declarar guerra ao Eixo e de combater os integralistas¹⁵⁵.

Assim, entende-se que é diante dessa orientação, vinda do dirigente do partido em São Paulo com o qual, ao que parece, Justino Martins se relacionava, que ele usou da sua

¹⁵⁵ Ibidem, p. 3.

condição de jornalista e *estabelecido* dentro do meio cultural para selecionar, publicar notícias e reportagens, muitas vezes feitas pelo próprio, em defesa das ideias do partido, mesmo que isso, muitas vezes, aparecesse de uma forma muito sutil. Martins não instrumentalizou a revista a serviço do PCB e não houve, ao longo do que se pode verificar no ano da pesquisa, menção explícita ao partido no periódico, embora houvesse algumas ideias, como o combate aos nazistas e integralistas e uma associação nacional junto ao governo Vargas contra esses dois grupos, bastante recorrentes e insistentes.

No próximo capítulo, a ideia é tentar analisar em que medida Justino Martins abriu a revista para publicações favoráveis a um lado durante a guerra no ano de 1942, evidenciando uma tomada de posição da sua parte, em favor dos Aliados e, em especial, da URSS, e o combate ao nazismo e ao seu expoente nacional, o integralismo, colocados pelo jornalista como sinônimos de uma ameaça real, e de que forma isso se relacionou com o que os dirigentes do PCB articulavam para as ações dos comunistas diante daquele contexto.

Capítulo 3

A escrita como instrumento de ação ou em que medida Justino Martins abriu as páginas da *Revista do Globo* para uma tomada de posição (1942).

É difícil escrever sobre assuntos sérios neste nosso tempo. A pior censura é a que estabelecemos a nós mesmos. Se eu dissesse em meus artigos tudo o que penso, teria que renunciar à profissão para fazer proselitismo¹⁵⁶.

No terceiro e último capítulo desta pesquisa pretende-se fazer uma análise específica, após visto o contexto e o personagem, da forma como o jornalista Justino Martins abriu as páginas da *Revista do Globo* para uma tomada de posição sua diante dos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial e da entrada do Brasil no conflito¹⁵⁷. Não se trata de uma análise dos conteúdos das publicações, embora isso, às vezes, apareça; mas sim do indivíduo Justino Martins, jornalista, considerado para efeitos deste trabalho, um *estabelecido* dentro do ambiente intelectual, vinculado às ideias tidas de esquerda, agindo no espaço social no qual se encontrava.

Para a tarefa de análise da revista, se tomará como referência o ano de 1942, por ser esse um ano emblemático nas tratativas do Brasil diante do conflito que se desenrolava desde 1939, e como isso, de certa forma, atingia os debates intelectuais e estava exposto nas publicações que o jornalista fazia. Também é um momento em que se considera que Martins já havia se consolidado dentro do espaço cultural em questão, por isso ele podia publicar alguns assuntos em detrimento de outros. A análise que será feita também tem um direcionamento, que é o de observar se Justino Martins manifesta algum apoio ou faz alusão à URSS, ou Rússia, uma vez que ele mantinha relações com o PCB, que era ligado ao grupo soviético, que recomendara, no final daquele ano qual atitude os comunistas deveriam ter com relação ao conflito. Essa recomendação tinha como foco as manifestações daqueles que eram considerados os inimigos nacionais: no contexto interno, o integralismo, e no contexto externo, o nazismo. Essas recomendações vieram através da correspondência direcionada a Martins e que foi confiscada pela polícia política do Estado Novo no Rio Grande do Sul.

É possível verificar que Justino Martins assegurava muitas páginas do periódico para a cobertura da guerra, com notícias, fotografias e opiniões. O fato de estar acontecendo um grande conflito de ordem mundial fazia com que os olhos da imprensa se voltassem para ele. Para tanto, também é fato que, sendo Martins um intelectual de posições políticas definidas, a

¹⁵⁶ Justino Martins, em entrevista a Rubens Vidal Araújo, 1952

Conforme <<http://revistapress.com.br/v15/index.php/nomes/justino-martins/>>, acesso em 11 nov. 2017.

¹⁵⁷ Assim, sempre que houver uma citação de algum texto da revista, se fará a opção por manter a grafia e a pontuação originais.

revista com a qual trabalhava passou a ser o seu instrumento de ação diante daqueles acontecimentos. Desta forma, afirma-se que as publicações de Martins não são imparciais e, possivelmente, não desejasse que assim fossem. Elas são dotadas de seu posicionamento político enquanto um intelectual e comunista. Ao escrever as suas matérias, Martins as fazia de maneira bastante apelativa, recorrendo a um tom dramático para obter o apoio do leitor naquilo que queria dizer, sem, no entanto, fazer do periódico um meio de propaganda política do partido.

O capítulo que segue analisará as edições da revista do ano de 1942¹⁵⁸ (do número 311, de 10 de janeiro, ao número 331, de 19 de dezembro), ano em que o país adere, de fato, ao conflito ao lado da URSS, Reino Unido e Estados Unidos¹⁵⁹ contra os países que formavam o bloco do Eixo. O presente capítulo justifica também a abordagem feita pelos dois capítulos anteriores, onde se tratou de trabalhar o contexto no qual a pesquisa se insere (Capítulo 1) e vinculação de Justino Martins ao jornalismo, que é o meio do qual ele dispõe para expor a sua posição (Capítulo 2). É no jornalismo que Martins se torna um *estabelecido*. Nessa condição ele não é mais um jornalista como outro do seu tempo, e sim alguém que conseguia, de forma implícita e explícita, ditar as regras do jogo. Na direção e administração da *Revista do Globo*, Martins também consegue ser aquele que permite ou não a publicação de textos, permite o aparecimento de escritores/as ou o seu rechaço e o aparecimento de posições políticas através da revista, entre outras relações que o meio intelectual onde está inserido possibilitou que aparecessem.

Folheando a revista, é possível verificar o espaço que o diretor dedicou àqueles que com ele se relacionaram, para eles publicarem os seus textos, serem lidos e reconhecidos (a revista circulava por toda a região sul, recebia cartas de outros lugares de fora do Rio Grande do Sul e era reconhecida no centro do país), ou mesmo divulgando os seus livros em uma página inteira. Ao fazer isso, Martins estava em uma posição privilegiada com relação aos demais intelectuais, e isso permitia a ele acessar e dar acesso aos companheiros a lucros simbólicos do meio literário, como a consagração e o reconhecimento entre os pares, por exemplo¹⁶⁰. Não que Justino Martins se relacionasse apenas com esses nomes, uma vez que

¹⁵⁸ Em 1942, devido aos acontecimentos da guerra, houve uma crise na importação do papel utilizado para as publicações no Brasil, o que restringiu as publicações de jornais e revistas. A *Revista do Globo* recebia papel importado do Canadá para as suas edições, por isso em outubro e dezembro daquele ano o periódico contou apenas uma edição no mês.

¹⁵⁹ Ressalva-se que, possivelmente, existam mais informações a respeito do que se pretende pesquisar, em edições anteriores e/ou posteriores da revista, que, neste momento, não serão trabalhadas por uma questão de limitação a que o Trabalho de Conclusão de Curso está sujeito.

¹⁶⁰ Seria interessante um trabalho que se ocupasse apenas de verificar a inserção dos escritores mais próximos a Justino Martins na *Revista do Globo*, a fim de se avaliar a real abertura que o jornalista dá a eles para publicarem, exporem seus textos e opiniões neste importante instrumento de divulgação das ideias.

as relações sociais estabelecidas por ele, como diretor da revista, eram muitas, mas é possível situar Justino relacionando-se mais com intelectuais que tinham um posicionamento político considerado de esquerda. Por esse motivo foi importante trazer os nomes de Dyonélio Machado, Lila Ripoll e Ivan Pedro de Martins para dentro deste trabalho desde o seu primeiro capítulo. E essa relação, que é intelectual, mas é também de amizade e de identificação com um lado da política, foi fundamental para a reciprocidade e o reconhecimento que existia entre os escritores dentro do espaço em que circulavam. Pensando a relação de Martins com os demais intelectuais com quem se relacionava, são os recursos das relações sociais (a amizade e a identificação política, por exemplo) que definem a entrada no meio intelectual ou não. Embora não tenha a intenção de trabalhar, nessa pesquisa, as relações de reciprocidade existente entre os escritores dentro do espaço intelectual, é necessário citá-las e frisar a sua importância quando vistas em um recorte como o que aqui se propõe. A tese de Marisângela Martins trabalha com as relações que os escritores estabelecem entre o mundo da militância política, em torno do PCB, e o mundo da literatura, operando com os conceitos de reciprocidade, dádiva, contradádiva, entre outros.

É importante lembrar que parte do contexto em que Justino Martins está inserido com maior expressão na *Revista do Globo* foi o do Estado Novo, período bastante significativo no cerceamento da liberdade de expressão daqueles que não o aceitavam. Não há indícios da ação do DEIP na revista da rua da Praia, mas também não houve, por parte do seu diretor, uma posição de conformidade com a forma como a política varguista vinha sendo desempenhada. Tanto que em 1945, como foi possível abordar no primeiro capítulo, Martins participou ativamente, sendo secretário do I Congresso Brasileiro de Escritores, que tinha como um dos objetivos a crítica ao autoritarismo e à censura empregados pelo governo. O fato de, em muitos textos, Martins fazer alguma alusão positiva ao governo Vargas não significava, na interpretação deste trabalho, apoio ou adesão, mas sim uma estratégia da parte do jornalista comunista para conseguir comunicar a sua posição, mesmo antes da orientação do partido ao qual estava vinculado.

Justino Martins foi diretor da revista quinzenal dos empreendimentos Globo desde 1939, tendo, ao seu lado, o secretário Henrique Maia. Mesmo que o periódico tivesse a orientação de uma abordagem cultural dos seus assuntos, inevitavelmente, a questão política apareceu em suas páginas, principalmente a partir do momento que o comunista assumiu a direção, quando a publicação se pautou a defender um dos lados da guerra. Fato é que a revista, na direção de Martins, começou a ter um aspecto mais moderno¹⁶¹, no sentido de

¹⁶¹ Com Martins à frente da revista, o periódico passou a ser organizado de forma diferente, dando ares mais

organização e abordagem dos temas, dando menos ênfase a assuntos frívolos, diferente das primeiras edições, onde se centravam imagens de batizados, casamentos, formaturas, jantares e outros eventos da alta sociedade sul-rio-grandense¹⁶². A revista começou a adotar uma maior participação do público leitor na produção e na opinião sobre as matérias (através das *Notas da Redação*). A nota abaixo é um exemplo de como a revista passou a agregar a opinião dos/as leitores/as com relação às matérias que publicava, como uma espécie de termômetro, usada para averiguar como as matérias estavam chegando até eles:

Nota da Redação: - Nesta página a REVISTA DO GLOBO inicia, de maneira sucinta e leve, o registro de algumas notícias curiosas que nos chegam de todo o mundo, através de jornais e revistas famosas, dignos da máxima confiança. Será um registro simples e, quando possível, autenticado por fotografias. A redação aceitará qualquer opinião dos leitores no sentido de melhorar esta nova secção, no que diz respeito a um maior interesse público¹⁶³.

Esse aspecto de participação dos leitores relaciona-se com a modernização do periódico que Martins propôs e também com a abertura da revista para o público masculino. No seu início, a *Revista do Globo*, através dos seus diretores, mantinha a característica de ser uma publicação voltada ao público feminino, com propagandas de produtos voltados às mulheres e, inclusive, contando com algumas colunistas. Na direção de Martins, a revista volta-se a diversos assuntos, que agradasse a todos os públicos. Continuou-se com a participação feminina, com colunas escritas por mulheres (por exemplo, Gilda Marinho), mas também com uma publicidade voltada para os homens e assuntos que poderiam agradar também a leitura deles. Desta forma, a modernização aliada à abertura do público leitor auxiliava a revista a manter um bom histórico de vendas e perspectivas para que isso continuasse. Martins foi habilidoso ao se dedicar profissionalmente à revista. Foi a partir dessa ideia que, anos mais tarde, Adolpho Bloch o convidaria para trabalhar no Rio de Janeiro. A aparência mais moderna ajudou a revista a ganhar notoriedade nacional, em um

modernos à publicação, contando com um sumário e divisões por seções de assuntos. Essas seções eram a de Reportagem, muitas vezes feita pelo próprio Martins (chama a atenção, por exemplo, quando é ele quem faz a reportagem, o seu nome, em letras bastante grandes logo abaixo do título ou em um lugar de vista privilegiada da página, geralmente no centro), ou comprada/copiada de um periódico internacional, Literatura e divulgação, Cinema, Moda e Assuntos Femininos, Artes, Contos, Esportes e outros. Algumas mudanças foram feitas ao longo do tempo nessas divisões, mas a ideia que elas traziam manteve-se a mesma. Na página onde se encontra o Sumário, que é a contracapa da revista, é possível ler a explicação da arte que stampa a capa, o que está previsto para a próxima edição e também algumas sugestões enviadas pelos/as leitores/as e respondidas pelo diretor. Além disso, a revista contava com vários anúncios publicitários, que era bastante comum aos periódicos da época, também como uma forma de mantê-los financeiramente.

¹⁶² Estes eventos continuaram sendo mostrados pela revista, mas em menor quantidade, e as imagens foram colocadas nas páginas finais do periódico, o que faz pensar que não eram mais consideradas como ponto central do periódico.

¹⁶³ **Revista do Globo**, Ano XIV, 1942, nº 312, p. 17.

tempo em que os círculos intelectuais se encontravam predominantemente nos estados do Rio de Janeiro, enquanto capital federal, e São Paulo, sendo um sucesso de vendas.

É bem possível que o público leitor da revista tenha notado a mudança na abordagem dos assuntos que o periódico passou a apresentar e isso tenha chamado a atenção. Dessa forma, não só os jornais mais tradicionais da capital do Rio Grande do Sul, o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias*, cobriam os assuntos políticos, sendo essa tarefa feita também pela *Revista do Globo*, ainda que em menor escala. De maneira geral, as matérias produzidas por Justino Martins continham características políticas bastante denunciativas. Elas vinham, quando não nas primeiras páginas da revista, no centro. Não se tem a informação de que a *Revista do Globo* tinha, no quadro de seus funcionários, um paginador, ou nos termos atuais, um diagramador, que organizasse a disposição das matérias dentro do periódico. Mesmo que tivesse, certamente a organização, assim como todos os outros aspectos que circulavam pela revista, deveriam passar pelo aceite ou não do diretor. Pensa-se que Martins escolhia as páginas iniciais ou centrais da revista para trazer os textos mais denunciativos e polêmicos, escritos por ele na maioria das vezes, com a intenção de se posicionar e conseguir se projetar no espaço intelectual, sendo lido e tendo as suas ideias discutidas, referenciadas e reconhecidas por aqueles que circulavam nos espaços de sociabilidade da cidade.

Assim, é possível afirmar que, em 1942, Martins já havia consolidado o seu espaço como jornalista e diretor da *Revista do Globo*, o que pode ter lhe dado maior liberdade para publicar. Martins utilizou o meio do qual dispunha para expressar as suas considerações políticas. Desta forma, justifica-se a análise da revista durante todo o ano de 1942, sendo que em novembro deste ano o jornalista receberia as recomendações do seu partido. E diga-se que a *Revista do Globo* era um potente meio para propagar ideias. No entanto, não se pode afirmar, neste momento, que Justino Martins foi um comunista de espírito combativo com a prática, como foi, por exemplo, o “jovem capitão Agilberto Vieira de Azevedo”, trabalhado por Jorge Ferreira em importante obra sobre os comunistas do Brasil¹⁶⁴. Preso quando do Levante Comunista de 1935, tendo inclusive prisões e testemunhos forjados, Agilberto ficou privado da sua liberdade até 1945, com a anistia aos presos políticos do Estado Novo, tendo passado por várias prisões ao longo do período. “Homem de fortes ideais”, nas palavras de Ferreira, Agilberto não desistiu do ideal que acompanhava a sua vida, que era o comunismo. Nas palavras do comunista trabalhado pelo historiador: “pertencço ao glorioso Partido de Prestes, sou um combatente do proletariado brasileiro e, como tal, intransigente contra o

¹⁶⁴ FERREIRA, J. **Prisioneiros do Mito. Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)**. Niterói: EDUFF: Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

imperialismo ianque”¹⁶⁵. Desse modo, pode-se afirmar que Agilberto Vieira de Azevedo e Justino Martins não tinham o mesmo perfil político, embora pertencessem a uma mesma causa e sejam, praticamente, contemporâneos¹⁶⁶.

Martins, por sua vez, utilizou a escrita como um instrumento de ação. Ao longo dos seus textos, ele não desferiu ataques aos Estados Unidos e ao seu imperialismo, como Azevedo fez. Pelo contrário, colocou-se ao lado daquele país enquanto da luta contra as ideias nazistas que eram o inimigo maior naquele momento. Os Estados Unidos, para Martins, era um aliado do Brasil. Na edição 312 da revista, a segunda do ano de 1942, em uma matéria intitulada *A Terra é Redonda*¹⁶⁷, há fortes elogios aos chamados “homens de 1941”, os quais são colocados, lado a lado, Franklin Roosevelt, Chiang Kai-Shek, Winston Churchill, Getúlio Vargas e Joseph Stálin. De acordo com a matéria, todos eles haviam lutado incansavelmente contra o perigo nazista¹⁶⁸. Na edição anterior a essa, a revista expôs uma reportagem intitulada “*De Hollywood para o Brasil*”¹⁶⁹, na qual traz comentários positivos sobre a política da boa vizinhança empreendida pelos Estados Unidos sobre a América Latina durante a presidência de Franklin Roosevelt e do distanciamento do Brasil, ainda naquele momento, das disputas europeias, fazendo referência à guerra.

Além disso, traz também imagens de Carmen Miranda, como um símbolo nacional a ser seguido no continente americano, em especial pelos Estados Unidos, e da sua “maneira exótica de se vestir”: “os seus turbantes, as suas pulseiras, os seus sapatos...tudo isso constitui, hoje em dia, o ‘bégula’ de qualquer garota norte-americana”¹⁷⁰, afirma o texto. Outras reportagens sobre Carmen Miranda, bem como sobre os Estados Unidos da América voltam a aparecer com elogios muito semelhantes. Em quase todas as edições da revista que foram pesquisadas, há alguma referência ao país da América do Norte, sempre de maneira muito positiva.

¹⁶⁵ *Ibidem*, p. 20.

¹⁶⁶ É possível perceber, ao ler o livro de Ferreira, o quanto alguns comunistas comprometiam a sua vida ao partido. Agilberto, por exemplo, escrevia cartas à esposa, pedindo paciência a ela para que compreendesse o seu envolvimento na causa política e que cuidasse de seu filho, pois, no final, “tudo valeria a pena” em nome do partido e do comunismo, em prol de um mundo melhor no qual eles viveriam. A relação de Agilberto com o PCB era existencial, a ponto de abdicar da sua liberdade e do convívio com a família para se dedicar à militância. Justino Martins, assim como outros intelectuais que se envolveram com o partido, mantinha uma relação de mais autonomia, diga-se, assim, com o partido. Dyonélio Machado é o exemplo, para o Rio Grande do Sul, de um intelectual que se envolveu inteiramente com a agremiação comunista, tendo militado, sido preso e participado dos quadros administrativos do partido. Machado encerrou a sua relação com o PCB em 1947, quando era Deputado Estadual constituinte, e o PCB foi colocado na ilegalidade pelo então presidente da República, Eurico Gaspar Dutra. Todos os deputados pecebistas, naquele contexto, tiveram os seus mandatos cassados.

¹⁶⁷ **Revista do Globo**, Ano XIV, 1942, nº 312, p. 17, 54-55.

¹⁶⁸ **Revista do Globo**, Ano XIV, 1942, nº 312, p. 17.

¹⁶⁹ **Revista do Globo**, Ano XIV, 1942, nº 311, p. 2-3.

¹⁷⁰ *Idem*.

3.1 O “perigo alemão” na *Revista do Globo* e a política de união nacional do PCB nas ações de Justino Martins

Eu, nada mais fiz do que obedecer ao meu próprio ideal anti-totalitário, denunciando com antecedência, coisas que, de qualquer forma, seriam postas a público com o correr dos dias¹⁷¹.

Um ponto recorrente nas pesquisas que trabalham com o período do Estado Novo no Rio Grande do Sul é a questão da relação do governo com as populações de imigrantes alemães e italianos que residiam no estado. Durante o contexto do Estado Novo no Rio Grande do Sul e, principalmente, durante a guerra, as colônias de imigração distribuídas pelo estado passaram a ser bastante visadas. De acordo com os estudos de René Gertz¹⁷², na verdade, os imigrantes, especialmente os europeus, que vieram em maior número, desde o momento da sua chegada ao país, ainda no século XIX, tiveram certa resistência das autoridades brasileiras, que pensavam que, com a sua presença, a nacionalidade brasileira estaria ameaçada. Ainda conforme Gertz, os imigrantes italianos tiveram menos problemas com as autoridades do que os alemães. Esses problemas não advinham com as guerras ou com a ascensão do nazismo na década de 1930, mas sim desde a formação do Estado Nacional Alemão, onde se pensava que, com isso, a Alemanha incorporaria os territórios onde havia alemães e descendentes residindo. Esse temor, portanto, aumentou ainda mais com a ascensão do nazismo, na década de 1930, mas não se originou com ele.

A questão da valorização da nacionalidade, acompanhada da valorização dos símbolos nacionais, era um dos focos do Estado Novo e com a guerra, a partir de 1939, esse aspecto foi intensificado. A campanha da nacionalização foi perpetrada no Rio Grande do Sul pelo Interventor Federal, coronel Oswaldo Cordeiro de Farias, com o auxílio da Secretaria da Educação do estado e de seu secretário, José Pereira Coelho de Souza, e do chefe da polícia política, coronel Aurélio da Silva Py, diante do temor que a guerra começava a causar às autoridades. A campanha tinha o sentido de dar uma versão sobre a nacionalidade no estado, a fim de apagar quaisquer resquícios de uma identificação étnica que os grupos de imigrantes pudessem ter e manifestar, atingindo, para isso, a educação e as manifestações públicas. Gertz afirma que os três grupos étnicos que estavam na perspectiva da campanha da nacionalização eram os alemães, os italianos e os japoneses e eram considerados uma ameaça à nacionalidade brasileira. Mas destes “não há nenhuma dúvida de que os alemães e descendentes estiveram

¹⁷¹ Justino Martins. *Revista do Globo*, Ano XIV, 1942, nº 315, p. 2.

¹⁷² GERTZ, R. E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005, p. 164.

em primeiro lugar”¹⁷³.

Os alemães mantinham-se mais distantes geograficamente e não participavam da dinâmica política, e isso poderia sustentar a formação de ideias e de um grupo próprio, que não conseguiria ser controlado pelo governo caso se fortalecesse demais, e isso representaria um risco a todo país, na concepção daqueles que pensavam o projeto de nacionalização. Além disso, desde o início dos anos 1930, alguns alemães e descendentes passaram a se relacionar com o integralismo, fazendo parte de células integralistas e de manifestações públicas pró-AIB, que tinha muitas inspirações no nazismo e fascismo europeus, e isso, no contexto da guerra, principalmente após 1942, passou a não ser mais admitido. Desta forma, daqueles grupos étnicos, os alemães e seus descendentes que residiam no Rio Grande do Sul foram os principais alvos da campanha de nacionalização e da atenção policial.

A *Revista do Globo* durante a direção de Justino Martins não esteve inerte a este processo. Na edição de número 314, de 28 de fevereiro de 1942, Martins começa a apresentar uma série de reportagens suas sobre o “perigo alemão”¹⁷⁴ no Rio Grande do Sul, sobre aqueles alemães que estavam no foco da campanha empreendida pelo Interventor Federal no estado. O mal-estar com a guerra, de forma geral, só se estabeleceria a partir de agosto de 1942, quando do ataque alemão às embarcações brasileiras e da declaração do governo Vargas de entrada no conflito, mas antes disso, a revista da rua da Praia e o seu diretor já manifestavam a sua opinião.

Todas as reportagens com o conteúdo do “perigo alemão” são bastante longas quando comparadas com as demais, com mais de cinco páginas de imagem e texto, o que demonstra o engajamento do jornalista em denunciar os grupos nazistas do Rio Grande do Sul e também a filiação com os integralistas, ou aqueles que com eles simpatizavam. A primeira reportagem é apresentada em seis páginas centrais da revista, sob o título *Polícia do Rio Grande versus Gestapo*¹⁷⁵. Nela, Martins mostra que foi pessoalmente até a sede da Delegacia de Ordem Política e Social (algumas vezes chamada de Departamento de Ordem Política e Social – DOPS, que foi criada na década de 1930 pelo governo federal, após os incidentes com o Levante Comunista de 1935, a fim de ser o local que aglutinasse os casos considerados crimes contra a ordem social), no centro de Porto Alegre, para averiguar os materiais apreendidos até aquele momento dos grupos alemães que haviam manifestado simpatia e até mesmo vínculo formal com as células nazistas que existiam no estado, formando grupos pró-Hitler.

Para a produção da reportagem, o jornalista explorou os relatórios produzidos pela

¹⁷³ Ibidem, p. 146.

¹⁷⁴ Como a expressão não foi cunhada por mim, preferi deixá-la entre aspas.

¹⁷⁵ **Revista do Globo**, Ano XIV, 1942, n° 314, p. 20-24, 55.

polícia política a pedido do Interventor Federal para mostrar como as ideias nazistas haviam se infiltrado no Rio Grande do Sul, considerando como ponto de partida para as suas atividades no estado o início dos anos 1930. Essas atividades, de acordo com o tom denunciativo do jornalista, coincidem com a presença de membros da Gestapo, a polícia política alemã, em Porto Alegre, que saíram pelo interior do estado, especialmente nas zonas de colonização, recrutando novos membros que aceitassem aderir às ideias do nazismo. A reportagem de Martins traz inúmeras imagens dos materiais confiscados no DOPS, como materiais de propaganda nazista, armamentos, imagens de Adolf Hitler e mapas das zonas ocupadas pelos alemães e descendentes. A denúncia do “perigo alemão” no estado feita pela reportagem do jornalista comunista é permeada por trechos em que elogia a ação da polícia, citando o nome do coronel Py, e a campanha do governo do estado de nacionalização das áreas com colonização europeia. Uma nova notícia, com o mesmo título, volta a aparecer em uma edição posterior da revista também em 1942¹⁷⁶.

Uma das maiores perseguições feitas pelos nazistas na Alemanha, a mando de Hitler, era justamente contra os comunistas. Portanto, quando Martins se coloca ao lado da polícia e das suas ações, ele está, na verdade, defendendo os seus ideais de possíveis ataques, antecipando a orientação que o PCB iria lhe enviar no final de 1942. Sobre isso, basta lembrar que as recomendações que Martins recebeu do partido indicavam que os comunistas deveriam apoiar o governo Vargas nas suas ações na luta contra o nazismo e o seu representante brasileiro, o integralismo, e somente nesse sentido, por esses representarem, naquele momento, verdadeiros inimigos a todos eles e ao país. A URSS de Stálin havia sido ferida com a não obediência por parte da Alemanha ao Pacto Germano-Soviético (assinado em 1939), a partir de 1941, quando a guerra deixou de ser europeia, expandindo-se, avançando sobre os territórios asiáticos e ameaçando as fronteiras russas. Antes mesmo da recomendação que Martins receberia, já é possível verificar a sua disposição de denunciar as práticas dos grupos integralistas e nazistas no estado ao longo das edições do periódico. Para Martins, e isso fica evidente na leitura da revista, nazismo e integralismo significavam a mesma coisa: uma ameaça.

O jornalista ainda assegura que, de acordo com os dados policiais a que teve acesso, foi a partir de 1937 que “a campanha nazista no Brasil entrou em uma fase organizada”¹⁷⁷, tendo inclusive apoio financeiro vindo da Alemanha, o que mostra que havia certo interesse alemão nos simpatizantes brasileiros. Em seu trabalho de investigação sobre a origem das células nazistas no Rio Grande do Sul, Martins cita uma reportagem publicada no jornal

¹⁷⁶ *Polícia do Rio Grande versus Gestapo*. **Revista do Globo**, Ano XIV, 1942, nº 323, p. 6-7.

¹⁷⁷ **Revista do Globo**, Ano XIV, 1942, nº 314, p. 21.

Correio do Povo, em 17 de maio de 1933, feita pelo jornalista Nestor Ericksen, que noticiava, já naquele ano, a existência de atividades de grupos pró-Hitler em Porto Alegre. Além disso, Martins recorre a imagens da Grande Parada Nazista, ocorrida em Porto Alegre em 1º de maio de 1937, para mostrar que os seus membros ostentavam bandeiras com a suástica e estavam com uniformes pardos, tal como usavam os nazistas.

No Brasil, de acordo com a reportagem, havia cerca de dois mil quatrocentos e cinquenta agentes da Gestapo. Somavam-se a isso os membros honorários, que eram recrutados de todas as camadas sociais, e que formavam os grupos integralistas. O fato de haver reuniões de grupos favoráveis ao nazismo em Porto Alegre desde o início dos anos 1930, e elas estarem sendo noticiadas pelo jornalista da Caldas Júnior citado por Martins, bem como apresentarem-se publicamente com bandeiras alusivas ao regime nazista, demonstra que eles eram bastante conhecidos na cidade, não agiam somente no interior e nas regiões de colonização alemã, tampouco escondidos. Isso muito provavelmente alarmava a atenção dos comunistas, pois sabiam da intolerância nazista contra eles, fazendo com que denunciassem (através dos meios que lhes eram possíveis) aqueles que, se não o fizessem, levariam a um conflito. Na edição seguinte, Martins continua o seu trabalho denunciativo contra os grupos nazistas no Rio Grande do Sul. Desta vez, primeiramente, colocando a repercussão obtida pela sua reportagem da edição anterior já na primeira página da revista. De acordo com ele:

Estão chegando para mim, de todo o território brasileiro, telegramas e cartas de aplausos pela reportagem que, sob o título ‘Polícia do Rio Grande do Sul *versus* Gestapo’, publiquei nesta revista e em ‘DIRETRIZES’, do Rio de Janeiro. Tais aplausos, entretanto, não são merecidos por mim, em absoluto. Antes, devem eles ser endereçados aos homens que, silenciosamente, durante vários anos de luta anônima e árdua ‘cortaram as azas’ do Nazismo no Rio Grande do Sul¹⁷⁸.

É estratégico da parte de Justino Martins começar uma série de reportagens feitas por ele próprio sobre o nazismo no Rio Grande do Sul, diante do crescimento desses grupos e da posição que o Brasil passaria a ter no conflito entre os Aliados e o Eixo, sendo comunista e relacionando-se com outros militantes do PCB. Essas reportagens eram lidas pelo público feminino e masculino, a *Revista do Globo*, neste momento, mantinha um bom retrospecto de vendas e, quanto mais pessoas lessem a revista e tivessem conhecimento das ações desses grupos no estado, melhor para a posição do jornalista comunista, que conseguia, dessa forma, produzir uma opinião sobre os fatos (pelo menos daqueles que liam a revista sob sua direção) contra os simpatizantes do Eixo. As relações entre Brasil e Alemanha, que não eram

¹⁷⁸ *Revista do Globo*, Ano XIV, 1942, nº 315, p 2.

conflituosas, se tornaram muito tensas a partir de agosto de 1942, quando do ataque alemão na costa brasileira. Esse fato foi altamente noticiado na imprensa brasileira, e a Alemanha, os alemães e seus descendentes, que já não eram bem vistos internamente, devido aos problemas já citados com a nacionalidade, passaram a ser os inimigos nacionais. No bojo desses acontecimentos e motivadas pelas notícias que vinham pela imprensa, conforme afirma Gertz¹⁷⁹, aconteceram inúmeras manifestações de rua contra as ações praticadas pela Alemanha. Embora tenha sido empreendida por populares exaltados com os últimos fatos, o Interventor Cordeiro de Farias teria participado dos protestos, não coibindo as suas ações, que só foram cessadas após a intervenção do Exército, que o fez, ao que se sabe, sem a autorização do governo estadual. Isso demonstra a anuência do governo estadual à repressão aos grupos nazistas que aqui se estabeleciam.

Voltando ainda à segunda reportagem de Justino Martins sobre a presença dos nazistas e integralistas no estado, sob o título *A Biblioteca proibida*, o jornalista afirma que “o General Cordeiro de Farias, o Tenente Coronel Aurélio Py, o Delegado Plínio Brasil Milano, o Sr. Coelho de Souza e uma legião de heróicos investigadores – estes são os homens merecedores de tais aplausos”¹⁸⁰, referindo-se à divulgação e à repercussão da reportagem anterior. Martins, nessa mesma página, conclama à população leitora da revista a que participe no cerco contra os nazistas do estado e do país: “enquanto existir o Nazismo alemão, não poderemos estar descançados [*sic*]. Por isso, é necessário que todo o brasileiro que não quiser ver o nosso País cair de joelhos sob o ferro dos nazistas, auxilie o Govêrno nesta luta tenaz. Eis porque eu publiquei ‘Polícia do Rio Grande *versus* Gestapo’”. Sobre o chefe da polícia no estado, Aurélio Py, Martins ainda anuncia o livro que esse estava escrevendo sobre a sua intervenção nos grupos nazistas e que seria lançado pela Editora do Globo em 1942: *A Quinta Coluna no Brasil*. O referido livro, de acordo com Gertz, foi “exposto na vitrine num sábado, na segunda-feira já haviam sido vendidos 1.538 exemplares”¹⁸¹.

Curiosamente é o mesmo chefe da polícia que Martins elogiou e fez propaganda do seu livro, que vai interceptar as correspondências enviadas de São Paulo, pelo PCB, ao jornalista, causando-lhe certo desconforto, já que seu nome passaria a estar relacionado com atividades suspeitas. É também o chefe da polícia política no estado o responsável pela censura, até a criação do representante do DIP nos estados, no ano de 1943. A reportagem de Martins traz ainda informações de que os livros apreendidos pela Delegacia de Ordem Política e Social, cerca de vinte mil volumes, e que compunham uma “biblioteca proibida”, tratavam

¹⁷⁹ GERTZ, op. cit. p. 174-175.

¹⁸⁰ **Revista do Globo**, Ano XIV, 1942, n° 315, p. 2.

¹⁸¹ GERTZ, op. cit., p. 168.

de assuntos como o integralismo, fascismo, nazismo e até comunismo. Eram títulos que iam desde *Minha Luta*, do líder nazista, a *Capitães de Areia*, de Jorge Amado, além de livros escolares em alemão recolhidos pelo secretário da educação, Coelho de Souza, que era, para Justino Martins, um “batalhador incansável pela nacionalização do ensino entre nós, êle não permitiu que êsses livros continuassem a ser lidos e estudados pelos menininhos teuto-brasileiros”¹⁸².

Por outro lado, chama a atenção o fato de Martins afirmar, no início da matéria, que publicou também o seu texto (sobre a ação da polícia junto aos grupos nazistas no Rio Grande do Sul) na revista carioca *Diretrizes* e que de todo o território brasileiro chegavam a ele correspondências saudando a denúncia que fizera. A revista *Diretrizes* seguidamente aparece sendo referenciada na *Revista do Globo* por Justino Martins ou outros intelectuais que nela escreviam. É o caso, por exemplo, dessa mesma edição¹⁸³, com uma reportagem intitulada de *Inside 'Diretrizes'*, na qual Antonio Barata, que publicava com certa regularidade na revista de Porto Alegre, conta como conheceu as dependências da *Diretrizes* no Rio de Janeiro, impressionando-se com o seu sucesso. O fato de Martins ter a oportunidade de publicar na revista carioca e de Barata ter ido até a sua sede e conhecido seus colaboradores (que, inclusive, perguntaram-no sobre o Rio Grande do Sul), demonstra que havia uma intensa relação entre os intelectuais sul-rio-grandenses e os escritores e jornalistas da capital do país. A revista carioca foi criada por Azevedo Amaral, um dos idealizadores do Estado Novo, e Samuel Wainer. De acordo com Danilo Wenseslau Ferrari, sob a direção de Amaral, “o título *Diretrizes - Política, Economia e Cultura* simbolizou a tentativa de estabelecer ‘diretrizes’ para a política, economia e cultura do governo então em vigência, ou seja, o surgimento da publicação estava ligado à situação que havia se instalado no país”¹⁸⁴. Após desentendimentos entre Amaral e Wainer, a revista passou a ser dirigida apenas por esse último e alguns companheiros, que deram outro aspecto a ela, contrariando a forma como a revista havia sido gestada até então. De acordo com Ferrari, nas memórias de Wainer, ele reconhece que a cúpula da revista era formada por autores comunistas (inclusive afirmando que “um dos diretores do periódico, Octávio Malta, teria chegado de Pernambuco, com a intenção de assegurar o controle de *Diretrizes* para o Partido Comunista Brasileiro”¹⁸⁵) e

¹⁸² *Revista do Globo*, Ano XIV, 1942, n° 315, p. 57.

¹⁸³ *Revista do Globo*, Ano XIV, 1942, n° 315, p. 44, 45, 59 e 60.

¹⁸⁴ FERRARI, D. W. *DIRETRIZES: A primeira aventura de Samuel Wainer*. *Histórica: Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 31, p. 1-9, 31 jun. 2008, p. 3. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao31/materia01/>>, acesso em: 22 nov. 2017.

¹⁸⁵ *Ibidem*, p. 4.

contava com colaboradores como Álvaro Moreyra, Astrogildo Pereira, Carlos Lacerda, Nelson Werneck Sodré, Graciliano Ramos e o próprio Justino Martins. Para Ferrari:

O fato de agrupar autores comunistas fez com que as pressões da censura recaíssem crescentemente sobre a revista. Além disso, a situação da publicação complicou-se com o pertencimento de Wainer ao judaísmo. Os judeus sofreram conhecidas perseguições na Europa durante este período e muitos deles migraram para o Brasil onde também não tiveram trégua¹⁸⁶.

É justamente essa nova fase da revista que impressiona Barata quando foi visitá-la: “cada página e cada secção de ‘Diretrizes’ está confiada a homens experientes e capazes”¹⁸⁷. Para ele, além de *Diretrizes* ser um modelo de revista moderna¹⁸⁸, o periódico mostrava a sua posição com os acontecimentos políticos:

Eis o que me ocorre após uma visita prolongada à cozinha de ‘Diretrizes’, onde passei horas agradabilíssimas, no convívio de tôda essa gente camarada. Os homens de ‘Diretrizes’ sabiam o que estavam fazendo quando se envolveram no manto da Democracia. Eles têm lutado com ardor em defesa de um ideal que é na hora atual, o ideal de uma humanidade sadia e cheia de esperanças. Quando êles escrevem: ‘Fora com o Nazismo!’ – trinta e cinco mil leitores batem palmas para êles e os olham como a irmãos num campo de batalha¹⁸⁹.

Muito provavelmente, a revista carioca tenha sido um modelo de como fazer revista para Justino Martins na *Revista do Globo* (até as suas seções, descritas por Antonio Barata, são muito semelhantes à revista do Rio Grande do Sul)¹⁹⁰. A *Revista do Globo*, como foi afirmado em outros momentos desta pesquisa, na administração e direção de Martins, ganhou uma notoriedade que não tinha até então, o que permitia que seus textos e os daqueles que ele permitia publicar fossem amplamente lidos. É possível também que Barata tenha voltado ao estado e comentado com Justino Martins o funcionamento de *Diretrizes*, para que lhe servisse de inspiração. Ele escreveu esse artigo à *Revista do Globo*, ajudando a entender como uma das revistas de sucesso do Rio Janeiro operava. Mesmo incorrendo na possibilidade constante

¹⁸⁶ Ibidem, p. 4-5.

¹⁸⁷ **Revista do Globo**, Ano XIV, 1942, nº 315, p. 45.

¹⁸⁸ Para Antonio Barata, “numa revista moderna há dois fatores que importam tanto quanto bons redatores: fotografia e paginação. Nunca como agora o fotógrafo tem sido tão útil a uma publicação. Por sua vez, o êxito artístico de uma revista depende do paginador. É ele o homem de bom-gosto que sabe como distribuir a matéria e os clichês dentro de uma página, que conhece quais os tipos adequados a êste ou aquêle gênero de leitura” (**Revista do Globo**, Ano XIV, 1942, nº 315, p. 59).

¹⁸⁹ **Revista do Globo**, Ano XIV, 1942, nº 315, p. 60.

¹⁹⁰ Justino Martins, em um texto intitulado *Carta ao Leitor*, na última edição de 1942, faz um resumo de tudo o que havia publicado na revista naquele ano. Por fim, coloca que “há quatro anos atrás [portanto, desde que assumira a revista, em 1939], essa tiragem era pequena, não atingindo mesmo cinco mil exemplares. Com uma nova feição gráfica, porém, e com uma orientação modernizada, a tradicional revista que você conhece desde 1929 se expandiu vertiginosamente por todos os lares dos Estados sulinos, quadruplicando a sua tiragem” (**Revista do Globo**, Ano XIV, 1942, nº 331, p. 36-37).

de ser censurada pelos órgãos do governo Vargas (já que estava muito próxima geograficamente da sede do poder federal), o periódico carioca, no período em que Wainer o dirigiu, se assemelhou à abordagem trazida pela revista portoalegrense. Neste sentido, para Ferrari, as páginas de *Diretrizes* (e aqui parece que está diante da *Revista do Globo* sob a direção de Justino Martins, tal é a semelhança):

Apresentaram uma série de matérias sobre o contexto internacional da época. Com o advento da guerra, os editores posicionaram-se a favor dos aliados e, posteriormente, dos Estados Unidos. No entanto, alguns autores também apresentaram simpatia em relação à União Soviética¹⁹¹.

A terceira e última reportagem desta série que Justino Martins faz sobre a presença alemã no Rio Grande do Sul e os perigos da sua relação com o nazismo e com o integralismo se chama *Moças que salvam uma geração*¹⁹². Nela, usando como ponto de partida para o texto a história de uma professora recém-formada, Ana Luiza de Macedo, que é enviada, junto com outras professoras, a uma região de presença alemã, Martins discorre comentários favoráveis – novamente – à campanha de nacionalização. Para o jornalista, as professoras infiltradas naquelas regiões (é evidente a atenção que deu aos alemães, embora, às vezes, apareça uma menção aos italianos) “hão de aos poucos convencer aqueles pais de que a pátria dos seus filhos é o Brasil e não a Alemanha”¹⁹³. Como na reportagem da edição anterior ele havia dado um aspecto policial para a campanha, através dos livros proibidos apreendidos pela polícia, nesta ele articula a sua reportagem de acordo com o que foi pensado pelo secretário da educação do estado, Coelho de Souza. Assim, o jornalista traz um resumo de como foram as ações do projeto de nacionalização¹⁹⁴ e o relato do secretário sobre as suas viagens pelo interior do estado para verificar como as escolas estavam agindo após o decreto de 1938 (que obrigava a nacionalização do ensino). Para Martins, a ação nacionalizadora havia sido ideia de Coelho de Souza, e tanto o Interventor Federal, Cordeiro de Farias, quanto o presidente da República, Getúlio Vargas, haviam aderido à ideia diante de uma suposta ameaça que aquele grupo representava.

Junto ao nazismo estava o seu representante brasileiro, o integralismo, verdadeiras ameaças à sociedade, no pensamento do jornalista da *Revista do Globo*. A ideia de ameaça,

¹⁹¹ FERRARI, op. cit., p. 4.

¹⁹² **Revista do Globo**, Ano XIV, 1942, nº 316, p. 17-21, IV.

¹⁹³ **Revista do Globo**, Ano XIV, 1942, nº 316, p. 19.

¹⁹⁴ “Compreendendo a importância do problema, o Governo decreta, ainda, a nacionalização de tôdas as escolas estrangeiras, a obrigatoriedade do uso do idioma português nas escolas, a melhoria das escolas estaduais e uma fiscalização policial repressiva e vigilante. Esta última medida visa, principalmente, interromper de vez, tôda a propaganda de ideologias estranhas ao nosso meio, que estão sendo insufladas nas colônias teuto e ítalo-brasileiras, através, em parte, das escolas de ensino primário” (**Revista do Globo**, Ano XIV, 1942, nº 316, p. 18).

sendo, portanto, necessário algo para contê-la, advinha desde os anos 1930, quando houve o forte conflito entre os simpatizantes das ideias de Plínio Salgado e aqueles que formaram a ANL, os quais muitos estavam ligados às ideias do comunismo. No interior do estado, Martins denunciou que as crianças não sabiam uma palavra em português, liam e se comunicavam em alemão, faziam saudações nazistas e eram obrigadas, pela Igreja, a ouvirem sermões também em alemão. Assim, estavam se formando células altamente simpáticas ao nazismo no estado. Na edição de número 323 da revista, Martins ainda publicou uma reportagem sua feita na Argentina sobre a presença de grupos nazistas no país vizinho, intitulada *Onde a Gestapo dança 'el tango'*¹⁹⁵, denunciando a presença deles naquele país.

Neste contexto em que Justino Martins está escrevendo, dos anos 1940, com o Estado Novo instalado, com a guerra acontecendo e o Brasil aderindo ao conflito ao lado dos Aliados, os simpatizantes e militantes do PCB receberam a recomendação de dar apoio ao governo Vargas na luta contra as consideradas ameaças, e, portanto, mudar o aspecto das suas ações¹⁹⁶. O governo do Estado Novo deixava, assim, de ser o inimigo principal, mesmo com as perseguições que havia perpetrado contra os comunistas. A recomendação de mudança de ação foi formalizada na segunda conferência nacional do partido, conhecida como Conferência da Mantiqueira, ocorrida em agosto de 1943, em que participaram dirigentes e militantes de várias partes do país. No encontro, dentre outras ações, foi traçada a linha política do partido para aquele contexto, estabelecendo, assim, a necessidade de uma união nacional contra o fascismo e, no escopo disso, a volta das liberdades democráticas no país, que vivia sob um governo contínuo de Vargas desde 1930. A ideia de uma união nacional também pretendia fortalecer a URSS, colocada ao lado do Brasil no cerco às ideias do nazismo.

Sobre a política de união nacional há ainda dois aspectos a serem considerados: primeiro, ela não era aceita por todos os setores de esquerda, ou melhor, aqueles que não compactuavam com as ideias do Estado Novo, mas era por todos os comunistas, mesmo que esses tivessem entendimentos diferentes da sua forma de colocar em prática. Segundo, no entendimento de Prestes, a unidade nacional facilitaria o processo de democratização do país,

¹⁹⁵ **Revista do Globo**, Ano XIV, 1942, n° 323, p. 17-23, 58-60.

¹⁹⁶ Na entrevista que Erico Verissimo concede a Justino Martins, *Um mundo que nós queremos*, há um tom exatamente de unidade, de apoio ao governo para vencer o nazismo, pois recém os navios brasileiros haviam sido atacados pelas embarcações alemãs. Martins relembra Verissimo de sua série de reportagens sobre os nazistas infiltrados no estado, ao qual Verissimo responde que devem ser combatidos. Além disso, Verissimo afirma que “há uma sabotagem intelectual que é a de considerar os Estados Unidos, os judeus e o comunismo como ameaças” Sobre os russos e os comunistas, Verissimo afirma: “uma pessoa pode não aceitar o credo de Moscou, mas acho que esta não é a hora de discutir detalhes de doutrina política. Porque os russos estão com suas vidas, seu sangue e seu esforço, fazendo alguma coisa que redundará indiscutivelmente em nosso benefício” (**Revista do Globo**, Ano XIV, 1942, n° 327, p. 25-29).

pois, para ele, o Estado Novo não resistiria à derrota nazista¹⁹⁷. O fato de a ação dos comunistas ter sido formalizada somente em 1943 não exclui de pensar que muitos já agiam conforme o que ficou estabelecido antes daquele ano, uma vez que esses comunistas se relacionavam e debatiam ideias e planos de ação, mesmo com o partido na clandestinidade e com Luiz Carlos Prestes preso. Os dirigentes do PCB, ao articularem apoio a Vargas contra os nazistas, estavam estrategicamente, o comprometendo a não se aliar aos demais grupos políticos, como os integralistas.

Desta forma, é possível perceber porque Justino Martins recebera a recomendação do partido em 1942 quando já agia de forma a tomar uma posição diante dos acontecimentos, denunciando os grupos considerados perigosos no estado. A ação de Martins, portanto, estava relacionada a um contexto maior, de luta contra as ideias nazistas que, através do uso de uma violência incomparável, provocavam o aprisionamento e a dizimação de inúmeras pessoas pelo mundo. Sobre isso, Marisângela Martins traz uma importante reflexão de Marco Aurélio Garcia, no tocante ao cumprimento das orientações do partido pelos militantes e da sua forma de ver e sentir os acontecimentos:

Partilhando da visão de Marco Aurélio Garcia, compreendemo-los como mulheres e homens que, ao ingressar no PCB e nele atuar, carregam consigo valores éticos, convicções políticas, influências religiosas, refletindo, em seu cotidiano, sua formação cultural, suas heranças familiares e um conjunto de ‘determinações’ que incidiam na forma como aplicavam a linha partidária na sociedade¹⁹⁸.

Não se pretende afirmar que Justino Martins, e mesmo os demais militantes do PCB, fizeram uma crítica mecânica, até mesmo cega, ao nazismo e ao integralismo, só porque isso era algo que o PCB recomendava. Como referenciado pela historiadora, a ação política dessas pessoas era imbuída de muitas “determinações”, que se manifestavam mais ou menos em algumas delas. O grupo com o qual Justino Martins se relacionava poderia até não partilhar dessas mesmas “determinações”, que, muitas vezes, eram convicções pessoais ou individuais. Mas a ideia do comunismo era o elo que os ligava. Como afirmado anteriormente, Martins relacionava-se com Dyonélio Machado, por exemplo, que era inteiramente ligado ao PCB no Rio Grande do Sul. Possivelmente essa tomada de posição verificada em Justino, de denúncia dos grupos nazistas no estado, estava sendo influenciada pela sua relação com os demais comunistas. E isso já poderia ser um sinal da nova estratégia que o partido articulava diante dos acontecimentos, pois, nas palavras de Segatto, “no início de 1942, vários grupos

¹⁹⁷ PRESTES, A. L. **Luiz Carlos Prestes - um comunista brasileiro**. São Paulo: Boitempo, 2015.

¹⁹⁸ MARTINS, op. cit., p. 28.

comunistas procuraram encaminhar sua reorganização em São Paulo (Comitê de Ação), Rio de Janeiro e Bahia (Comissão Nacional de Organização Provisória)”¹⁹⁹, mesmo antes da conferência de 1943.

Ao denunciar os autoritarismos alemão e integralista, Justino Martins conseguia uma brecha, ainda que bastante sutil, mas possível, para uma crítica ao autoritarismo de Vargas, que passou a ser bastante contestado por cercear as liberdades democráticas enquanto estava em conflito com aqueles que faziam o mesmo, e fazer uma defesa da volta à democracia. Sobre isso, recorda-se aqui a citação colocada na introdução deste trabalho, de Passiani, “a estrutura apresenta fissuras, rachaduras por entre as quais atuam, com alguma liberdade os agentes, por onde se infiltra a história, e por isso mesmo a estrutura se modifica”. Essa liberdade é limitada, mas possível para a ação dos sujeitos. Além disso, também lembra-se o fato de Justino não ser jornalista de palavras camufladas, como no exemplo trazido no capítulo 2 deste trabalho, em que ele escreveu uma nota na *Revista do Globo*, em 1942, que desagradou ao escritor Vianna Moog e que causou uma resposta de Erico Verissimo, tentando amenizar a situação, trazendo a informação de que as “irresponsabilidades” de Martins estavam causando “complicações com a censura, com particulares”. Complicações com a censura, neste contexto em que o DEIP ainda não existia, como já afirmado em outros momentos, eram casos considerados de polícia. Mais ainda com um jornalista ligado às ideias comunistas.

Talvez seja por isto que, após a série de três reportagens denunciativas trazidas anteriormente sobre o nazismo no Rio Grande do Sul, Justino Martins tenha amenizado o tom das denúncias, fazendo reportagens menos polêmicas²⁰⁰. Mesmo que fizesse uso de elogios à ação policial e ao Interventor Federal, Martins andava na companhia de indivíduos ligados ao PCB. Seria inocente pensar que os comunistas não eram observados de perto pelos agentes policiais neste contexto, mesmo que os inimigos diretos fossem outros. Com a celeuma que se deu a partir da publicação do conto de Dyonélio Machado, os olhos policiais, possivelmente, se voltaram para aquele que havia aberto a oportunidade do médico publicar tal texto, que desagradou profundamente aos militares, na pessoa do tenente-coronel Correia Lima. Após o

¹⁹⁹ SEGATTO, J. A. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. v. 3, 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 220.

²⁰⁰ Como as seguintes reportagens de sua autoria: *Caimy, um violão e o mar...* (**Revista do Globo**, Ano XIV, 1942, nº 328, p. 18-19, 70-71); *O papagaio ‘Zé Carioca’ goza o ‘Pato Donald’* em que fala bem do filme *Alô Amigos*, de Walt Disney: “Estou certo que verei ‘Alô Amigos’ umas dez vezes, no mínimo” (**Revista do Globo**, Ano XIV, 1942, nº 328, p. 77); *Um tango percorre o mundo* (**Revista do Globo**, Ano XIV, 1942, nº 330, p. 2-3, 63);

recebimento das correspondências enviadas de São Paulo, por Tito Batini, em 1942, segundo Marisângela Martins:

Os passos de Justino Martins continuaram sendo monitorados pelos agentes do DOPS até, pelo menos, 1949. Em 1944, novos documentos relataram as ligações de Justino, Barreiro e Luiz Madureira (atuante em Santana do Livramento) com Tito Batini, havendo em um deles referência à declaração do anarquista Frederico Kniestedt de que Martins era ex-secretário do Partido Comunista de Porto Alegre²⁰¹.

Um ponto importante e que merece atenção a respeito da direção de Justino Martins na *Revista do Globo* é o fato de ele trazer para dentro da revista assuntos com aspectos populares. Esse aspecto poderia, nestes momentos de tensão em que, muitas vezes, o jornalista se colocava, ajudar a desviar os olhares daqueles que estavam insatisfeitos com as atitudes do jornalista comunista. É o caso, por exemplo, da reportagem de Gilberto Miranda, *Ai, Ai, Que coisa louca!*, na qual fala da vida de Caco Velho, compositor e vencedor de concursos de músicas populares em Porto Alegre e que foi colocado ao lado de Lupicínio Rodrigues²⁰². É possível encontrar também matérias sobre o carnaval nas escolas de samba ou de rua da cidade, o futebol porto-alegrense, ciganos, negros, vendedores de jornal da capital, moradias populares e outras temáticas semelhantes feitas pelo diretor. Esses assuntos não haviam tido espaço antes de Martins entrar para a administração do periódico, e ele deu a eles atenção e visibilidade em um momento estratégico em que ele também necessitava resguardar as suas opiniões. Um assunto não tão popular, mas que apareceu também nas páginas da revista foi o teatro, inclusive com entrevistas concedidas por Álvaro Moreyra a enviados do periódico até o Rio de Janeiro, onde residia²⁰³. Recordar-se o fato do teatrólogo ter sido preso, por suspeita de subversão, nos anos 1930 pela polícia do Estado Novo.

Finalmente, na última edição da revista de 1942, Justino Martins entrevistou o historiador Dante de Laytano²⁰⁴. *Um país democrático* é o título da entrevista, que ocorreu nas dependências da revista, após Laytano voltar de uma estada de quatro meses em que ficou viajando e estudando pelos Estados Unidos: “quatro meses após aquele dia venturoso, Dante de Laytano voltou a Porto Alegre. Isso foi na quinzena passada quando Stalingrado ainda

²⁰¹ MARTINS, M.T.A. **O comunismo e a União Soviética nas páginas da *Revista do Globo* (1930-1945)**. História em Revista, Pelotas, p. 91-114, v. 16, dez./2010, p. 107.

<<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/12243>>, acesso em 20 nov. 2017.

²⁰² **Revista do Globo**, Ano XIV, 1942, nº 313, p. 4, 50-51.

²⁰³ “*Sou um homem escancarado*”, **Revista do Globo**, Ano XIV, 1942, nº 314, p. 17-19; *É o luar que faz a noite silenciosa*, reportagem de Justino Martins com Álvaro Moreyra, **Revista do Globo**, Ano XIV, 1942, nº 321, p. 22-23, 58.

²⁰⁴ **Revista do Globo**, Ano XIV, 1942, nº 331, p. 31-32, 60-61.

perigava sob as garras alemãs. Dante chegou como uma tempestade democrática”²⁰⁵. O país democrático a que Laytano se referia era os Estados Unidos, mas chama atenção também o uso que o jornalista faz de certos termos, no sentido de comparar acontecimentos com aquilo que ocorria na Rússia. Por outro lado, não foi muito recorrente, pelo menos nas edições da revista de 1942, a publicação de autores russos ou sobre o povo russo, embora se saiba que o jornalista teria dado mais espaço para eles publicarem²⁰⁶, o que evidenciaria mais uma vez uma possível posição da sua parte. Há poucas contribuições como: *Stálin - Gênio ou demônio. O grande sonho de Stalin é implantar o comunismo na Alemanha*, por Emil Ludwig²⁰⁷, *Stálin não que a paz com Hitler*, de Joseph Davies²⁰⁸, *A luta pelo petróleo da Rússia*, um artigo de Miguel Benario²⁰⁹ e *As ruínas de Stalingrado*, por Konstantin Simonov, um jornalista russo²¹⁰.

Para encerrar a análise, volta-se a uma afirmação de Laytano, “os Americanos, assim como os seus aliados, sabem que estão lutando por um mundo melhor que virá depois, sob a democracia política de todos os povos, e que, acima de tudo, estão defendendo a suprema liberdade de pensar dos homens, que nenhum regime de força jamais poderá anular”²¹¹; tal afirmação parece ter sido proposital, atribuindo a Laytano aquilo que Justino Martins tinha vontade de dizer abertamente, mas, talvez, não poderia. A ideia vinha ao encontro da orientação do partido que Martins receberia no final de 1942. A entrevista com Laytano acontecia em dezembro e a recomendação do PCB chegara em novembro. Possivelmente, Martins deu ênfase a essa frase do historiador, tentando se valer da sua fala para aproveitar uma brecha, uma fissura, da qual Passiani se referia, para criticar a censura da “liberdade de pensar dos homens” e a falta de democracia, que eram dois aspectos contestados e pensados por aqueles que circulavam nos espaços culturais durante o período em que vigorou o Estado Novo.

²⁰⁵ Ibidem, p. 32.

²⁰⁶ MARTINS, M.T.A., op. cit., 2010.

Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2017/02/16.-martins.pdf>>, acesso em 20 nov. 2017.

²⁰⁷ **Revista do Globo**, Ano XIV, 1942, n° 320, p. 22-23, 52-53.

²⁰⁸ **Revista do Globo**, Ano XIV, 1942, n° 325, p. 22-23, 56.

²⁰⁹ Sobre o autor do artigo há uma nota: “esteve durante muito tempo na Rússia e conhece de perto e a fundo os assuntos soviéticos”. **Revista do Globo**, Ano XIV, 1942, n° 327, p. 18-19.

²¹⁰ **Revista do Globo**, Ano XIV, 1942, n° 331, p. 26-27.

²¹¹ Idem, p. 61.

Considerações finais

Este trabalho chega ao fim com a sensação de dever cumprido. Isso porque ao analisar o jornalista da *Revista do Globo*, o objetivo foi resgatar a sua memória, por ora esquecida ou deixada em caixas guardadas. O papel dos historiadores deste tempo em que se vive e se faz história a todo tempo é o de dar voz àqueles e àquelas que não podem mais falar e resgatar as suas ações, problematizando-as e relacionando-as com outras vivências. Ações essas que são direcionadas por convicções que todo sujeito carrega consigo e que são moldadas, ressignificadas, repelidas e agregadas pela convivência na sociedade. Acredita-se, assim, que este trabalho de pesquisa conseguiu dar a sua contribuição ao conhecimento histórico, ao mostrar a ação de um sujeito, Justino Martins, relacionando-o com o espaço social em que estava inserido e com pessoas as quais ele estimava e que lhe estimavam.

Da análise do primeiro capítulo é possível concluir que o contexto político em que Justino Martins administrou e dirigiu a *Revista do Globo* foi bastante peculiar, o do Estado Novo. Esse período do governo Vargas foi considerado o mais autoritário desde que ele entrara na presidência da República. A noção de autoritarismo, no entanto, não era vista por toda a população brasileira. Isso porque boa parte das pessoas via no presidente da República um defensor de seus direitos, como um homem bom, não sentindo a necessidade de contestá-lo. Mas o mesmo homem que ajudava a população, por um lado, por outro, ditava regras de cerceamento da liberdade de expressão e criava órgãos como o DIP, que se responsabilizava pela tarefa de promover a censura a publicações que o questionassem, atingindo principalmente os jornalistas e aqueles que publicavam em jornais e revistas, além de fazer a propaganda do governo.

Nesse contexto, as ideias que vinham dos grupos de esquerda também sensibilizavam muitas pessoas. Uma delas possivelmente tenha sido Martins. Isso porque ele envolveu-se com o PCB e com os militantes do partido, que eram também escritores. Esses militantes escritores já relacionavam-se com ele também pelo fato de ser diretor do periódico da rua da Praia. Seria difícil ignorar a presença de intelectuais comunistas, escritores que eram também jornalistas, médicos, advogados, funcionários públicos, professores, que publicaram na *Revista do Globo* durante a direção também de um comunista. Conforme a ideia trazida na introdução da pesquisa, Martins possibilitou a pessoas próximas a oportunidade de publicarem seus escritos no periódico, o que, por fim, contribuía para que elas circulassem dentro um espaço social intelectual, que era, por sua vez, restrito, ou para poucas pessoas.

Por isso, no segundo capítulo, após trabalhar com todo o contexto em que Martins se encontrava, houve a ideia de pensar o jornalista através da categoria de intelectual, e, mais do

que isso, um intelectual *estabelecido* que ditava muitas regras do seu espaço de ação, de inserção ou não dos escritores e intelectuais naquela que foi a principal revista de variedades do estado. Este capítulo também traz a problematização deste espaço de ação, um espaço social circunscrito a escritores, que também agiam na política e se encontravam em locais de sociabilidade da cidade de Porto Alegre. A ênfase foi dada a um destes locais, a Livraria do Globo, onde, na sua porta, muitas ideias a respeito de literatura e de política, por exemplo, foram trocadas por esses intelectuais. Eles viam nestes locais um pequeno de mundo onde circular, ver e ser visto eram condições essenciais para participar do meio.

Justino Martins circulou por este meio, a partir da sua inserção, com atividades secundárias, na editora pertencente à família Bertaso. Logo em seguida, conseguiu projetar-se para o jornalismo e se tornar o administrador do periódico, oferecendo ao público leitor uma revista moderna, nos moldes dos periódicos produzidos na capital do país. Esse fato deu a ele notoriedade com os Bertasos, afinal, a revista passava a vender mais e a circular por mais espaços, e com os escritores, que passavam a buscar em Martins a chancela para as suas publicações. Desta forma, os conceitos de *estabelecido* e *outsider* apareceram neste capítulo para tentar compreender a posição de Martins neste ambiente social e as ações que essa posição lhe permitiu.

Por fim, o terceiro capítulo sustentou as ideias que vinham sendo construídas desde o primeiro capítulo, que eram a de observar as atitudes do jornalista no contexto e no veículo de comunicação sob sua responsabilidade, a partir das relações sociais construídas por ele. Essa é a razão que norteou a análise da *Revista do Globo* e, mais precisamente, das matérias produzidas por Martins a respeito do contexto em que estava vivendo, durante o ano de 1942. Esse foi o momento principal da ação do jornalista, pela sua vinculação às ideias comunistas, que se concretizou em uma tomada de posição diante dos fatos que advinham com a guerra. A partir da análise da revista, foi possível verificar que Martins mostrou claramente o seu posicionamento político ao denunciar os grupos integralistas e nazistas no Rio Grande do Sul e ao elogiar a ação da polícia política na repressão e a campanha da nacionalização sobre os alemães e seus descendentes. Esse posicionamento de Martins antecedia às recomendações vindas do PCB no final de 1942, que orientava os comunistas a se aliarem ao governo Vargas contra esses grupos considerados perigosos. Essa também era uma mudança no plano de ação dos comunistas, que não viam mais o governo Vargas como o seu principal inimigo.

Assim, esse trabalho encerra, mas tem o desejo de continuar. Continuar a caminhar ao lado de Justino Martins, de participar das suas entrevistas e reportagens e de observar ainda mais a sua posição, enquanto profissional do jornalismo, e, principalmente, como comunista.

Referências

- ARAÚJO, M. C. D'. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BAKOS, M. M.; PIRES, L. de A.; FAGUNDES, A. A. **Os escritores que dirigiram a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- BERTASO, J. O. **A Globo da Rua da Praia**. São Paulo: Globo, 1993.
- BERTIN, S. **Luiz Leon Petit: Um “outsider” no meio intelectual porto-alegrense (1945-51)**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso de História. UFRGS: Porto Alegre, 2011.
- BOEIRA, N.; GOLIN, T. (Coordenação Geral). **História Geral do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Méritos Editora. 2007. Vol. 04. República (1930-1985).
- BOMENY, H (Org.). **Constelação Capanema**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- BONAVIDES, P.; AMARAL, R. **Textos políticos da História do Brasil**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2002. Cap. 210.4. p. 275-291. (Volume 5 - Segunda República (1934-1945)/ Estado Novo (1937-1945)).
- BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOTELHO, D. **A pátria que quisera ter era um mito: história, literatura e política em Lima Barreto**. 2 ed. Curitiba: Prismas, 2017.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 12 ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2009.
- CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.
- CHARTIER, R. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- CORADINI, O. L. **As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões de elites culturais no Rio Grande do Sul (1920-1960)**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 32, p.125-144, 2003.
- DALMÁZ, M. **A imagem do Terceiro Reich na Revista do Globo (1933-1945)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- ELIAS, N. **Mozart: sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- _____; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FERRARI, D. W. **DIRETRIZES: A primeira aventura de Samuel Wainer**. *Histórica: Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 31, p. 1-9, 31 jun. 2008.
- FERREIRA, J. **Prisioneiros do Mito. Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)**. Niterói: EDUFF: Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.
- FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). **O Brasil Republicano: O tempo do nacional - estatismo**. v. 2, 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. v. 3, 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FRAGA, A. B. **Os heróis da Pátria: política cultural e história do Brasil no governo Vargas**. 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

- GARCIA, M. A. **O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política.** Cadernos Pagu. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, (8/9), 1997.
- GERTZ, R. E. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul.** Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.
- GOMES, A. de C. **Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo.** Estudos Históricos, v. 6, n. 11, 1996, p. 62-77.
- HEINZ, F. M. (org.). **Dos intelectuais na política à política dos intelectuais: pensadores, escritores e militantes no diálogo com o poder.** São Leopoldo: Oikos, 2015.
- HOBBSAWM, E. **Sobre História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KONRAD, G. V. R. **A política cultural do Estado Novo no Rio Grande do Sul: Imposição e Resistência.** 1994. 332 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós Graduação. Mestrado em História do Brasil. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.
- LECLERC, G. **Sociologia dos intelectuais.** São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2005.
- LIMA, F. V. **O Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores: movimento intelectual contra o Estado Novo (1945).** 2010. 229 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- LUCA, T. R. de **O 1º Congresso de Escritores e o Arquivo Astrojildo Pereira.** Cadernos Cedem, Marília/Unesp, v. 1, n. 1, p.101-110, jan. 2008.
- MACHADO, D. **O cheiro de coisa viva: entrevistas, reflexões dispersas e um romance inédito: O Estadista.** Introdução, seleção e notas de Maria Zenilda Grawunder. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1995.
- MARTINS, M.T.A. **O comunismo e a União Soviética nas páginas da Revista do Globo (1930-1945).** História em Revista, Pelotas, p. 91-114, v. 16, dez./2010.
- _____. **Justino Martins: um comunista no comando da Revista do Globo (Porto Alegre/1939-1947).** VI Simpósio Nacional de História Cultural. Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar, Teresina/PI, 24 a 28 de junho de 2012.
- _____. **À esquerda do seu tempo: Escritores e o Partido Comunista do Brasil (Porto Alegre – 1927-1957).** 2012. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História: UFRGS, Porto Alegre, 2012.
- MENDONÇA, G. L. de. **Um gauche nos trópicos: a ação política de Carlos Drummond de Andrade no Ministério da Educação e Saúde Pública nos anos de 1934 a 1945.** In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2013.
- MICELI, S. **Intelectuais à brasileira.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MONTEIRO, C. **Porto Alegre e suas escritas. História e memórias da cidade.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- MOTA, C. G. **Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974): Pontos de partida para uma revisão histórica.** 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 2008.
- MOTTA, R. P. S. **Em guarda contra o perigo vermelho. O anticomunismo no Brasil (1917-1964).** São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.
- PALAMARTCHUK, A. P. **Hamlet acabará Narciso? Associação Brasileira de Escritores (1941-1945).** Revista Antíteses, Londrina, v. 6, n° 11, p. 100-126, jan./jun. 2013.
- PASSIANI, E. **Afinidades seletivas: uma comparação entre as sociologias da literatura de Pierre Bourdieu e Raymond Williams.** Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 14, n. 27, p. 285-299, 2009.
- PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação.** São Paulo: Ática, 1990.

- PETIT, L. L. **Ruínas de um regime e decadência de uma época: A desgraça que se abate agora sobre o Brazil decorre da falta de caracter** (*sic*). Porto Alegre: Organizações Sulina, 1950.
- PETRARCA, F. R. **“O jornalismo como profissão”: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas do Rio Grande do Sul**. 2007. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia: UFRGS, Porto Alegre, 2007.
- PINSKY, C. B (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- PRESTES, A. L. **Luiz Carlos Prestes - um comunista brasileiro**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- RAMOS, G. **Memórias do cárcere**. São Paulo: Record, 1984.
- RÉMOND, R. **Por uma História Política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2003.
- PROJETO HISTÓRIA: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo (10), dez. 1993.
- ROSA, J. G. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- SCHMIDT, B. B. **Um socialista no Rio Grande do Sul. Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000.
- SEGATTO, J. A. **Breve História do PCB**. Coleção A questão social no Brasil. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- TORRESINI, E. R. **Editora Globo: uma aventura editorial nos anos 30 e 40**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Com-Arte; Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.
- VERISSIMO, E. **Um certo Henrique Bertaso. Pequeno retrato em que o pintor também aparece**. Porto Alegre: Editora Globo, 1972.
- _____. **Solo de Clarineta**, memórias, vol. 1. 20 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Outras referências

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea/ Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV)
 DELFOS - Espaço de Documentação e Memória Cultural/PUCRS
 Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional
 Revista Press/Porto Alegre-RS